

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO RELIGIOSA *VERSUS* LAICISMO:
O “CORREIO CATÓLICO” E AS ESCOLAS DO TRIÂNGULO MINEIRO
1930-1945**

JOSÉ EDUARDO BITTAR

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE-UFSscar), sob a orientação do Prof. Dr. Amarílio Ferreira Jr.

SÃO CARLOS
2006

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

B624er

Bittar, José Eduardo.

Educação religiosa *versus* laicismo: o "Correio Católico" e as escolas do triângulo mineiro 1930-1945 / José Eduardo Bittar. -- São Carlos : UFSCar, 2006.

89 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2005.

1. Religião secular e educação. 2. Laicismo. 3. Igreja Católica. I. Título.

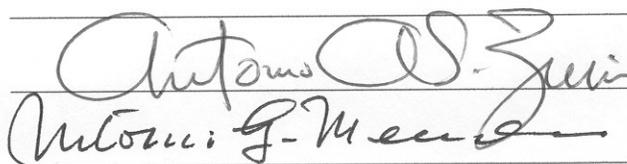
CDD: 377.1 (20^a)

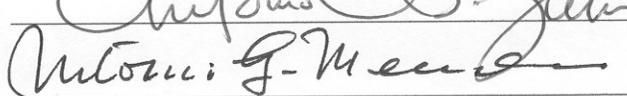
BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Amarílio Ferreira Junior

Prof. Dr. Antonio Álvaro Soares Zuin

Prof. Dr. Antonio Gouveia Mendonça





Dedico, aos meus filhos Túlio e Eduardo e a
minha esposa Alessandra.

Agradeço, à Maria Aparecida Manzan – Diretora do Arquivo Público de Uberaba, a Prof. Ms. Ivani de Lourdes Marchesi de Oliveira - Dirigente Regional de Ensino da Região de Franca e a todos que de alguma maneira contribuíram para a elaboração desta pesquisa.

“A história é êmula do tempo, depósito de ações, testemunha do passado e aviso do presente, advertência do porvir”.

Miguel de Cervantes – 1547-1616

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I - SITUAÇÃO DO ENSINO CONFSSIONAL NO BRASIL 1891-1937	13
1.1 Os Caminhos da Educação Católica na Sociedade Mineira 1906-1930.....	25
CAPÍTULO II - A DÉCADA DE 30 E OS CONFLITOS IDEOLÓGICOS ENTRE CATÓLICOS E LIBERAIS	32
2.1 O Catolicismo brasileiro e a Educação na Década de 30.....	41
CAPÍTULO III - UBERABA: ORIGENS HISTÓRICAS	49
3.1 A Formação Econômica de Uberaba no Século XIX.....	49
3.2 A Educação em Uberaba – Séculos XIX e XX.....	51
CONCLUSÃO	78
FONTES PRIMÁRIAS	84
BIBLIOGRAFIA	87

INTRODUÇÃO

Iniciei meus estudos em Franca, meados da década de 1960 no então Instituto Estadual de Educação Torquato Caleiro. Permaneci nessa escola até 1974, quando transferi-me para Uberaba, cidade que desde a década de 1950 destacava-se no campo educacional, com vários estabelecimentos de ensino, que iam desde o primeiro grau até ao superior. Em Uberaba, passei a freqüentar o Colégio Diocesano, mantido pelos Irmãos Maristas desde a primeira década do século XX. Como novo aluno do Colégio Diocesano, o esperado aconteceu: a comparação entre os dois métodos pedagógicos. De um lado, as posições muitas vezes agnósticas de meus mestres do Instituto Estadual em Franca, e do lado Marista, a influência do catolicismo conservador era claramente sentida. Se no Instituto Estadual em Franca, nossos professores interpretavam a História utilizando o viés marxista, e isso na conturbada década de 1960, em Uberaba o enfoque era completamente diferente, pois nossos mestres do Colégio Diocesano interpretavam a mesma como sendo uma sucessão de acontecimentos muitas vezes guiados pelas mãos divinas e que nesse caso, a Igreja seria a condutora dos destinos humanos e que fora do catolicismo, o mundo seria um local de perdição. Muitos de nossos mestres no Colégio Diocesano eram ligados ao clero conservador, sendo que alguns nutriam fortes simpatias pelo grupo da Tradição, Família e Propriedade e o comunismo ateu deveria ser combatido, pois era a fonte de todo mal. Para esses mestres, era necessário erguer muralhas contra o mundo contemporâneo afastando a juventude das idéias esquerdizantes. Na realidade, muitos de nossos professores do Colégio Diocesano eram entusiastas do que estava ocorrendo no Brasil no campo da economia, ou seja, o “milagre econômico”, sendo fator de ufanismo, levando a classe média ao paraíso. Outro detalhe vivenciado foi a existência no Diocesano, de aulas de religião-, coisa desconhecida no Torquato Caleiro, e que serviriam de ponto de partida para vários questionamentos de ordem pessoal e profissional. Esse mesmo Colégio manteve desde a primeira década do século XX o jornal Correio Católico, órgão oficial da Diocese de Uberaba, que era distribuído em todas paróquias do Triângulo Mineiro, assim como possuía um vasto grupo de colaboradores, quase todos ligados ao clero local. Era uma mistura perfeita: Colégio voltado para as elites, corpo docente em sua maioria conservador e um jornal que enxergava o mundo contemporâneo com uma boa dose de desconfiança. De volta à Franca, graduei-me em História pela Unesp e as aulas de história

da Educação brasileira nos remeteriam às posições conservadoras defendidas com denodo pelos meus antigos professores do Diocesano, que baseados na cosmovisão católica o mundo estava em crise, principalmente de ordem moral, advinda principalmente do “afastamento do homem em relação à sua própria natureza e ao seu Criador¹”, sendo que as conseqüências desse distanciamento em grande parte deve-se ao desenvolvimento das ciências que tornaram os homens orgulhosos, capazes de guiarem seus próprios destinos.

No campo oposto, a visão do liberalismo, que centrado no desenvolvimento da natureza humana, destaca as qualidades do indivíduo, em detrimento do social e nesse caso a educação, calcada no progresso da ciência tornou-se a viga mestra para que a sociedade se transformasse libertando-a das concepções medievais. Em que pese o fato de que o liberalismo não possuir contornos e parâmetros definidos, a educação para essa vertente ideológica, exerceria um papel fundamental na sociedade, sendo enxergada como direito de todos e dever do Estado. Calcado no “desenvolvimento das ciências, a sociedade transforma-se em seu aspecto econômico e social e com ela a escola, instituição fundamental²”, para o desenvolvimento da mesma. Para os liberais, a “educação transforma-se numa vantagem e até mesmo num processo de ascensão social, sendo grande o incentivo para procura-la³”, e é diante desse pressuposto que a instrução terá caráter universal, não sendo mais um privilégio das elites.

Após minha graduação, meus contatos com Uberaba não cessaram, e freqüentando o Arquivo Público reencontraria o jornal Correio Católico, assim como uma vasta documentação referente à educação no Triângulo Mineiro. Para efeito de estudo e pesquisa, achamos mais adequado um corte cronológico estabelecendo os limites entre 1930-1945, pois foi justamente nesse período é que o jornal Correio Católico iria dirigir suas farpas ao mundo contemporâneo, principalmente à Escola Nova e ao modelo pedagógico implantado na Escola Normal de Patos de Minas. Durante esse conturbado período, o poder executivo no Brasil mudaria de mãos, saindo a elite agrária e entrando em cena a Aliança Liberal liderada por Getúlio Vargas, que mesmo sendo um governo de características conservadoras, em muitos aspectos modificaria os rumos do país. O exemplo mais claro dessa mudança seria a criação através do Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930 o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, cujo primeiro

¹ CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. Católicos e Liberais. 4. ed. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1988, p. 28 (Coleção Educação Contemporânea).

² CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. Católicos e Liberais. 4. ed. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1988, p. 70 (Coleção Educação Contemporânea).

³ TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Educação é um direito**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1968, p. 49.

titular o político mineiro Francisco Campos, que em 1927 tivera atuação destacada ao criar em seu Estado a Universidade de Minas Gerais. Homem de idéias conservadoras, Francisco Campos iria acirrar os debates em todo o país sobre a questão do ensino religioso, repellido de forma agressiva no início do período republicano, por influência dos positivistas. Mesmo sendo facultativo o ensino religioso nos cursos primário, secundário e normal, pelo Decreto de Francisco Campos os alunos só ficariam dispensados desse ensino mediante requerimento dos pais; senão, deveriam freqüentar aulas de religião conforme o credo declarado. Outra mudança que mobilizaria a sociedade brasileira nessa época foi a Constituição de 1934, pois no Artigo 153 o ensino religioso mesmo tendo freqüência facultativa e ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, constituiria matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais. Em 1937 seria implantado o Estado Novo que consumaria o desejo de Getúlio há muito tempo evidente de permanecer no poder. O golpe de novembro de 1937 fecharia o sistema político brasileiro e com ele todas as previsões de força eleitoral e a justificativa para o mesmo era a falência do liberalismo econômico e político assim como a desordem que campeava o país. No dia 10 de novembro de 1937, era outorgada uma nova Constituição de cunho claramente autoritária e centralizadora baseada em modelos da Europa vigoraria até deposição de Vargas pelos militares em outubro de 1945. No que se refere à Educação, o caráter cívico não foi esquecido, pois o Artigo 131 era claro ao afirmar:

A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais, serão obrigatórios em todas as escolas primárias normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência⁴.

Em relação ao ensino religioso, o Artigo 133 torna-o facultativo, não sendo objeto de obrigação dos mestres e professores e nem exigindo freqüência por parte dos alunos. Em 9 de abril de 1942 era promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário pelo então ministro da Educação Gustavo Capanema, que teoricamente propunha um ensino de caráter universal, mas centrado num patriotismo calcado nos ideais de missão e responsabilidade diante dos deveres com a pátria. Na realidade a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que os editores do Correio Católico citariam algumas vezes, proporcionaria uma formação humanística e alimentaria uma política centrada no respeito à ordem, na hierarquia, no patriotismo e no nacionalismo, tão ao gosto da ideologia do Estado Novo. A nova lei daria continuidade ao “processo de seletividade acentuado com a Reforma de

⁴ COSTA, Messias. **A educação nas Constituições do Brasil**. Dados e direções. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.

Francisco Campos sendo que o sistema de provas e exames continuava o mesmo, mantendo-se assim, a tradição de rigidez e seletividade⁵”.

De posse desses pressupostos o presente trabalho tem por objetivo estudar os conflitos ideológicos centrados no campo educacional brasileiro que a imprensa católica de Uberaba MG, entre os anos de 1930- 1945, reproduziria em suas páginas e nesse estudo o papel desempenhado pelo jornal *Correio Católico* foi de grande importância, como órgão oficial da Diocese uberabense os seus articulistas espelhavam o pensamento da Igreja em relação à educação como um todo. Para os redatores do jornal *Correio Católico* a educação ideal seria ministrada pela Igreja, sendo que nesse caso o Estado, com todas suas implicações e contradições, não estava preparado para tal função, pois como a nação brasileira era fruto do catolicismo, e o mesmo era mais “aparelho de Estado⁶” desde a Era Colonial, caberia ao clero comandar os destinos educacionais do país, afastando quaisquer interferências nesse assunto. A reação católica diante dos acontecimentos que campearam o mundo nessa época estava centrada em um ideal de sociedade, onde os valores medievais, a vida rural, a obediência ao papa tornariam os homens imunes de tais perigos, que nesse momento eram representados pelo capitalismo, pelo socialismo, assim como pelo laicismo, este visto como fruto direto da Revolução Francesa, tão odiada pela Igreja. Para enfrentar o mundo moderno, a Igreja iria arregimentar um grupo de pensadores, que de uma forma ou de outra a defenderiam dos males advindos de tais mudanças. Para tais pensadores, o mundo era visto como um local de pecados e perdições, e para evitar a queda dos homens nesses abismos, o amparo da Igreja seria fundamental. Desde a Reforma Protestante a Igreja tomaria uma função ora defensiva, ora ofensiva perante os novos desafios que a esperavam, pois as mudanças ocorridas nos séculos vindouros em muitas ocasiões a deixavam manietada, praticamente sem voz e poder. Um dos grandes golpes sofridos pela Igreja foi a advento das teorias materialistas, principalmente o marxismo que em sua essência afasta qualquer intervenção divina nos rumos da humanidade. Era essa humanidade sem Deus que a Igreja tenta resgatar para si, reconduzindo os homens para o bom caminho, onde uma sociedade perfeita, livre de todas contestações esperava pelos fiéis. As revoluções ocorridas na Europa deixariam a Igreja em posição secundária, e para reverter essa situação, o papado iria valer-se das teorias de um grupo de pensadores, que centrados no conservadorismo iriam dirigir suas farpas contra o mundo contemporâneo.

⁵ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. Rio de Janeiro: Vozes. 1988, p. 159.

⁶ CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. Católico e Liberais. 4. ed. São Paulo: Cortez- Autores Associados, 1988, p. 13 (Coleção Educação Contemporânea).

Para garantir a sobrevivência da Igreja como instituição, praticamente todos os papas dos séculos XIX e XX produziram encíclicas, bulas e alocuções sendo que esses escritos percorreriam o mundo católico sendo divulgados em todas as dioceses e paróquias, e nesse contexto a imprensa seria uma arma de grande valor e poder. Essas eram as armas que a Igreja enfrentaria o mundo contemporâneo e possuíam endereço certo: evitar a queda da humanidade, que desde a Reforma Protestante estava açoitada por ventos contrários.

O Brasil não fugiria à regra, pois desde os primórdios da colonização a Igreja deitaria raízes em nossa sociedade onde sua ação muitas vezes era confundida com o papel do Estado. Com a República, as relações Estado – Igreja sofreriam abalos, pois os novos donos do poder trilhariam os caminhos do positivismo, e nesse momento a laicização das instituições colocariam o catolicismo em posição de desvantagem. A partir desse momento, é que se tem início a reação católica perante os novos desafios impostos pelas idéias republicanas e alguns privilégios que foram perdidos na Constituição de 1891, como o ensino religioso seria as bandeiras da Igreja nessa nova cruzada.

As primeiras décadas do século XX seriam decisivos para os rumos do catolicismo brasileiro que afastado do poder pelos republicanos, voltaria seus olhos para Roma de onde uma série de encíclicas visavam barrar o mundo contemporâneo. Dessa forma, o catolicismo brasileiro passaria por transformações significativas, não mais possuindo características domésticas e sim ligado diretamente à Roma. Essa mudança de rumos, produziria nas fileiras católicas um grupo de intelectuais que, capitaneados pelo cardeal D. Sebastião Leme enfrentariam os males do mundo moderno, que para a Igreja eram o marxismo, a maçonaria e o laicismo.

É nesse momento que proliferaria no meio católico brasileiro a chamada imprensa mirim, constituída por periódicos que circulavam uma ou duas vezes por semana, sendo que seus articulistas eram provinham do clero, ou também do meio laico. A tônica desses periódicos em sua maioria, estava centrada no combate aos inimigos da Igreja, criticando com veemência o “nefasto espírito laicista da época, divulgando inclusive, os vários movimentos de espiritualidade e devoções, quase sempre trazidas da Europa⁷”. O público alvo da imprensa católica seria a família, pois dessa forma os apelos vindos da parcela mais intelectualizada da Igreja garantiria um número maior de fiéis, sendo que a palavra escrita foi o meio mais eficaz que a Igreja encontraria para divulgar suas idéias.

⁷ MATOS, Henrique Cristiano José. **Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936**. Belo Horizonte: O Lutador, 1990, p. 110.

Nesse estudo, o Jornal Correio Católico órgão da diocese de Uberaba editado pela primeira vez em 1897, e voltando a circular a partir de 1924, será analisado entre os anos de 1940 à 1945, pois durante esse período seus editores atacariam com extrema virulência a escola pública, notadamente a Escola Normal de Patos de Minas, vista por muitos como local de agnosticismo e laicismo. O jornal Correio Católico foi pesquisado no Arquivo Público de Uberaba constituindo em fonte riquíssima pelo grande número de informações a respeito de vários assuntos. Outro jornal pesquisado foi a Gazeta de Patrocínio, que entraria nesse estudo um pouco pela tangente, pois foi o único periódico que daria espaço na defesa da Escola Normal de Patos de Minas, diante da virulência dos ataques do Correio Católico. Nosso trabalho está estruturado em três capítulos:

O primeiro capítulo trata da situação do ensino confessional no Brasil, entre os anos de 1891 a 1937, quando a Constituição republicana entraria em vigor e nos parágrafos 6º e 7º estão explicitados a separação Igreja-Estado. A partir desse ato dos republicanos, a Igreja no Brasil, que desde a Colônia possuía privilégios de regalias, passa a enfrentar o Estado por meio de uma série de Cartas Pastorais, assim como através de periódicos semanais.

No segundo capítulo, o cerne da questão é a década de 30 e os conflitos ideológicos que a nortearia, transformando a mesma em um barril de pólvora, onde liberais e conservadores ergueriam suas trincheiras, e em muitos lugares tomariam de assalto o poder.

Já o terceiro e último capítulo, o objeto de estudo será as origens históricas de Uberaba e principalmente os artigos do Jornal Correio Católico, que cerrando defesa na educação confessional criticava fortemente o laicismo educacional, principalmente a Escola Nova assim como a orientação pedagógica da Escola Normal de Patos de Minas, vista como anti-católica e maçônica.

Esse trabalho irá somar a outras dissertações realizadas por alunos de Mestrado, enfocando as instituições escolares de várias cidades do Triângulo Mineiro, onde personagens comuns passaram a serem vistos como agentes da história, e nesse contexto acreditamos estar contribuindo para o entendimento desse conturbado período de nosso país.

CAPÍTULO I - SITUAÇÃO DO ENSINO CONFSSIONAL NO BRASIL 1891-1937

A Proclamação da República em 1889 representaria para a Igreja um golpe fulminante, pois como religião oficial do Brasil, toda sorte de privilégios e regalias marcariam os passos do catolicismo, seja na esfera oficial, seja na esfera privada.

Com o advento da República, a Igreja iria sofrer pesados golpes, uma vez que a Constituição de 1891 consumava a sua separação do Estado, impondo a laicização do ensino administrado nos estabelecimentos públicos.

Para a Igreja, os novos desafios seriam imensos, pois além de perder o monopólio do ensino, novas idéias iriam campear o mundo, principalmente no século XX em diante, quando a sociedade brasileira sofreria mudanças radicais em todos os aspectos. É nesse momento crucial, que a Igreja tenta recuperar sua influência na sociedade capitalista que de todas as formas lhe é antagônica e hostil.

A recuperação das rédeas do poder católico “passava pela atuação dos católicos em movimentos laicos, partidos, sindicatos, sem contar com os movimentos romanticamente inspirados como o culto ao Sagrado Coração⁸”. O antagonismo entre católicos e liberais ficaria mais claro durante a propaganda republicana, sendo que o objeto dessa disputa estava centrada na organização da sociedade e do Estado.

Logo no início da República, os positivistas direcionaram seus objetivos para a separação definitiva entre Estado e Igreja, consumada pelo decreto 119 A de sete de janeiro de 1890. Os novos rumos laicizadores da República brasileira eram ameaças à sobrevivência da Igreja Católica, pois a igualava às demais igrejas protestantes, retirando seus privilégios como instituição “organizadora da sociedade e legitimadora do Estado, por exemplo, ao instituir o casamento civil⁹” e a laicidade do ensino.

Entretanto, a Constituição de 1891, pouparia os bens da Igreja, permitindo inclusive o estabelecimento de ordens e congregações em todo território nacional. Segundo Roberto Romano, a República garantiu “ao poder secular um espaço de concórdia e não hostilidade com ela, condição necessária, embora não a única, de estabilidade e consenso com a sociedade civil¹⁰”. Esse jogo estratégico dos positivistas brasileiros estava centrado no fato

⁸ MALATIAN, Teresa. M. **Império e missão: um novo monarquismo brasileiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p. 19.

⁹ ROMANO, Roberto. **Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1974, p. 130-4.

¹⁰ ROMANO, Roberto. **Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1974, p. 134.

de que compartilhava com o catolicismo a ambição de se manter a ordem pública. Essas “forças antagônicas quanto aos fins últimos tinham em comum, projetos que solicitavam a adesão dos dominados, numa estrutura vertical marcada pela autoridade, submetendo a vontade individual ao todo social¹¹”, sendo que os positivistas enxergavam na tradição católica brasileira suas possibilidades de implantarem um projeto político autoritário centrado na ordem e respeito às instituições. Foi dessa forma que os positivistas brasileiros apararam as arestas com a Igreja Católica, dando determinada autonomia à mesma, como a expansão de suas estruturas organizacionais (dioceses, seminários, obras de caridade, novas associações religiosas).

Por outro lado, foi vedado à Igreja o acesso as escolas públicas para o ensino religioso, assim como o casamento civil. Mas, como a Igreja havia desfrutado de parte da estrutura do Estado desde a Era Colonial e sempre no centro das decisões, essa exclusão imposta pelos positivistas era inaceitável e é nesse período de enfraquecimento que se criará condições para a “recatolização da sociedade, sendo que as classes médias emergentes passaram a ser o foco de atenção a Igreja e, para que fossem sensibilizadas via sistema escolar e associações religiosas, foi montada uma estratégia específica de sermões, devoções, atividades com endereço certo¹²”, visando restabelecer no plano constitucional e do funcionamento das instituições a sua presença, quando não sua hegemonia.

Os caminhos para os confrontos entre liberais e católicos estavam abertos, pois os novos dirigentes políticos utilizariam-se da imprensa, das escolas e das faculdades, para exercerem uma ação educacional fora dos parâmetros do catolicismo, sendo que o foco principal dessas investidas estava localizado nas escolas de nível superior, formando uma elite intelectual estranha e distante do pensamento religioso e dirigida para a racionalização de interesses temporais alheios à escatologia popular desenvolvida pela Igreja.

Mesmo alijada do ensino público primário e secundário, a Igreja manteve colégios próprios, onde procurava formar famílias oriundas das classes médias e de proprietários rurais. Essa era a estratégia da Igreja, atingindo a sociedade pelo alto, “restando para as classes trabalhadoras, sobretudo da zona rural, as visitas dos missionários, para a desobriga pascal, os batizados, os casamentos e as pregações das missões¹³”.

¹¹ MALATIAN, Teresa M. **Império e missão: um novo monarquismo brasileiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p. 19.

¹² MALATIAN, Teresa. M. Catolicismo e monarquia na primeira República. **História**, São Paulo, Unesp, v. 11, 1992, p. 260.

¹³ MALATIAN, Teresa. M. Catolicismo e monarquia na primeira República. **História**, São Paulo, Unesp, v.11, 1992, p.260.

Reagindo de forma vigorosa, os bispos do Brasil já em 1890, portanto antes da promulgação da nova Constituição, passam a condenar veemente o ensino leigo nas escolas. Para o clero católico, a laicização do ensino era considerada uma forma de ateísmo, foco de todos os males. Na Carta pastoral de 6 de agosto de 1890, os bispos condenavam de forma explícita o ensino leigo:

“Que há de ser, dentro de poucos anos, quando as funestas doutrinas de ateísmo nas escolas públicas, houverem produzido entre nós os deploráveis frutos da dissolução e imoralidade que a experiência de outros países já deixou tristemente evidenciados?¹⁴”

Já na virada para o século XX, outra pastoral coletiva, na comemoração do quarto centenário da descoberta do Brasil, os bispos voltariam à carga:

Decretou-se que nossas escolas primárias e superiores fossem seminários de ateísmo, onde nada se ensinasse de religião, nada de Deus. Este nome adorável poderão os mestres proferir para insultar ou negar, não terão liberdade de infundir na inteligência e no coração dos alunos conhecimento e amor de Deus criador deles e do universo¹⁵.

A manipulação dos bispos ficava evidente, uma vez que não passava na mente dos legisladores uma intenção de promover o ateísmo nas escolas. O ensino religioso continuava a ser mantido livremente nas escolas confessionais das diferentes denominações religiosas.

Mantendo uma prudente distância, o governo republicano deixava plena liberdade para que a instituição eclesiástica se expandisse e se fortalecesse nesse período, fato que não ocorrera na fase Imperial.

O novo regime iria instituir a neutralidade escolar e “a escola que antes se desenvolvia à sombra da Igreja, religião oficial no Império, continuou a progredir pela iniciativa privada e sob o impulso de diversas ordens religiosas¹⁶”. Como não bastasse a separação do Estado e Igreja, é nesse contexto que o surgimento de novas ramificações protestantes também irão aventurar-se no campo educacional, embaladas pela liberdade de crenças.

A conseqüência mais direta da presença protestante no campo educacional seria o acirramento das posições, que de um lado estava o Estado laico, do outro, o ensino confessional-, representado pela Igreja, assim como pelas diversas ramificações protestantes.

¹⁴ EPISCOPADO BRASILEIRO. *Carta pastoral coletiva*. São Paulo: Salesianas, 1890, p. 18-19.

¹⁵ EPISCOPADO BRASILEIRO. *Pastoral Coletiva* (1910). Rio de Janeiro: Tip Leuzinger, 1911, p.10.

¹⁶ AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. Introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4. ed. Brasília: UnB, 1961, p. 618.

É nesse contexto de guerra declarada que a escola pública, desprovida do seu caráter sacral, era condenada explicitamente pelos membros da hierarquia eclesiástica e o marco desse período foi a realização, em 1898 em Roma do concílio plenário latino-americano permitindo que a cúria romana confirmasse de forma definitiva seu domínio sobre as igrejas oriundas do colonialismo ibérico.

Esse contra-ataque da Igreja na área educacional enfatizava a necessidade de promover ao máximo a criação de escolas católicas como forma de contrapor às diretrizes laicas dos estados modernos, onde os estabelecimentos de ensino controlados pela Igreja seriam “os remédios para esses males, todos eles resumidos em uma única receita: devolver o controle social e filosófico à sabedoria incontestada e revelada pela Igreja Católica, abolir o ensino leigo e retomar, com toda fé a sua doutrina¹⁷”.

A palavra de ordem agora era no sentido de recristianizar o Brasil, expressão que foi usada com muita frequência na imprensa católica dos anos 20 e que ganharia força quando Pio XI cria a festa de Cristo-Rei no ano de 1925. Na Encíclica Quas Primas Pio XI exortava os fiéis

combaterem o laicismo com seus erros e atentados criminosos, exigindo que o Estado se reja totalmente pelas leis de Deus e os princípios cristãos, quer se trate de fazer leis, ou de administrar a justiça, quer da educação intelectual e moral da juventude, que deve respeitar a sã doutrina e a pureza dos costumes¹⁸.

O objetivo era a necessidade de escolas de confissão católica e o clero diocesano foi chamado para essa jornada, principalmente no âmbito das paróquias, pois o temor da Igreja era “educar sem religião é formar revolucionários; e a revolução é a contrapartida da religião¹⁹”.

A finalidade básica da escola paroquial era no sentido de não perder o fiel, pois a Igreja já enfrentava dupla concorrência; a das escolas oficiais e as escolas protestantes. Para isso, era oferecido aos meninos uma instrução elementar que lhes permitisse assimilar melhor os conceitos da doutrina católica, preparando-se assim de forma adequada para a recepção dos sacramentos da penitência e da eucaristia.

A primeira década do século XX assiste a intensificação no país do ensino secundário, sendo que os religiosos passaram a ocupar lugar significativo nessa área, com a

¹⁷ MANOEL, Ivan. A. Igreja e laicismo educacional: as bases do conflito. *Didática*, São Paulo, v. 21, 1985, p. 8.

¹⁸ HOYOS, Federico. *Colección Completa Encíclicas Pontificiais 1832-1963*. 4. ed. Buenos Aires: Guadalupe, 1963, p. 75.

¹⁹ MANOEL, Ivan A. Igreja e laicismo educacional: as bases do conflito. *Didática*, São Paulo, v. 21, 1985, p. 8.

fundação de escolas e colégios em diversas regiões, sendo que foi na região sul-, local de forte imigração europeia-, onde o apelo da Igreja foi mais sentido.

Já em 1900, instalam-se no Rio Grande do Sul os irmãos Maristas e sua atuação foi decisiva na formação dos párocos na promoção das escolas católicas. Em Santa Catarina, foi fundada em 1913 a Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas cuja finalidade específica era o magistério nas escolas paroquiais.

Nesse momento, três motivos podem ser indicados para essa opção de atividade dentro da Igreja do Brasil.

Em primeiro lugar, as congregações européias já se dedicavam anteriormente a esse tipo de atividade e o que fizeram foi no sentido de transplantar para o Brasil desse modelo, com poucas adaptações. Outro importante está no fato de que o governo republicano, recém-instalado no Brasil, negava-se a apoiar e financiar as obras de cunho religioso e nesse caso a ajuda de missionários europeus preencheriam essa lacuna. Finalmente, a separação Estado e Igreja iria provocar a reação do clero, que agora destituído da proteção estatal teria que mostrar forças perante a onda positivista e do liberalismo que assolava o país.

Nos decênios posteriores, o clero católico iria enfrentar pesados embates ideológicos, notadamente nas regiões mais desenvolvidas do país. O maior exemplo nesse novo contexto foi a instauração de uma política federativa, de clara tendência liberal, e a manutenção de um executivo forte, de inspiração positivista.

Para os participantes do golpe republicano de 1889, interessava afastar a Igreja de toda a participação dos destinos da nação, e a ampla liberdade de culto e de crença são os exemplos mais claros desse liberalismo.

Esse jogo político desenvolvido pelos liberais e positivistas transmitia a imagem de uma Igreja retrógrada, afinada com a monarquia caduca e escravista. Era, pois necessário colocar o Brasil no caminho da modernidade e do futuro, onde as ciências e a liberdade seriam os paradigmas. O projeto republicano pregava a laicização completa do Estado, a secularização do sistema público de ensino, a secularização dos cemitérios, a instituição do casamento civil, enfim, o completo distanciamento entre Estado e Igreja Católica e outros credos, como fundamento de uma nova ordem, progressista e esclarecida.

Na realidade, o projeto de uma sociedade moderna, como pregavam os republicanos e positivistas brasileiros, estava centrado na completa separação entre Igreja e Estado, sendo que as duas esferas de poder ficariam em pólos distantes, sem se misturarem. Mas, o grande entrave da Igreja nesse período foi sua profunda simbiose com

o poder, não somente no caso brasileiro, mas datando de longo tempo na sociedade Ocidental, onde reis e papas eram aliados naturais. Desta forma, a Igreja rejeitava o liberalismo, tachando-o como individualista e fortemente impregnado de idéias francesas.

Para fazer frente à modernidade, a Igreja, no século XIX, iria munir-se com o que era disponível nesse momento: uma série de encíclicas, bulas e alocuções, que saídas do Vaticano, iriam ao encontro de todos os católicos no mundo todo. Os alvos escolhidos pela Igreja do século XIX eram o liberalismo, a República e o laicismo.

Esses três pressupostos nasceram durante a Revolução Francesa e tiveram implicações profundas nos destinos dos povos que de forma ou de outra foram atingidos pelos ventos republicanos da França. Essa onda revolucionária teria seu ápice entre 1830-1848, modificando com isso todo o panorama político europeu e por conseqüência o restante do mundo.

Enxergando o mundo como sendo um local de perdição, onde os valores cristãos foram esquecidos, a “alta hierarquia católica se propôs a desmontar o mundo moderno, recristianizá-lo e reconstruí-lo conforme os paradigmas da sociedade medieval²⁰”.

Esse movimento da Igreja contra o mundo moderno ficaria conhecido como ultramontanismo, que em sua essência era uma retomada dos princípios doutrinários do Concílio de Trento. O ponto de referência do ultramontanismo seria um retorno aos ideais da Idade Média “e nesse contexto, a educação escolarizada desempenharia uma tarefa básica²¹”.

Em sua essência, o ultramontanismo “é uma reação ao mundo moderno, ao capitalismo, ao Iluminismo, ao liberalismo e a todo o conjunto de novas idéias²²” sendo que

em uma definição bastante esquemática entende-se por catolicismo romanizado ou ultramontano, aquele catolicismo praticado entre 1800 e 1960, nos pontificados de Pio VII a Pio XII, informado por um conjunto de atitudes teóricas e práticas, cujo eixo de sustentação se apoiava em: 1) reforço do atual magistério, incluindo a retomada do tomismo como única filosofia válida para o cristão e aceitável para a Igreja; 2) condenação à modernidade em seu conjunto (sociedade, economia, política, educação e cultura); 3) centralização de todos os atos da Igreja em Roma, decretando para isso a infalibilidade do papa, no Concílio Vaticano I, em 1870, de modo a reforçar a hierarquia, onde o episcopado foi bastante valorizado,

²⁰ MANOEL, Ivan A. A presença católica na educação brasileira: 1859-1959. **Didática**, São Paulo, v.28, 1992, p. 12.

²¹ MANOEL, Ivan A. A presença católica na educação brasileira: 1859-1959. **Didática**, São Paulo, v.28, 1992, p. 12.

²² WERNET, Augustin. **A igreja paulista no século XIX**. São Paulo: Ática, 1987, p. 180.

submetendo todo o laicato ao seu controle; 4) adoção da medievalidade como paradigma de organização social, política e econômica²³.

Era o contra ataque católico contra as idéias racionalistas que campearam o mundo desde o século XVI e que acabariam desembocando na Revolução Francesa e por consequência na vaga liberal de 1830-1848.

Para enfrentar o mundo moderno, a Igreja iria munir-se de uma série de encíclicas, cujos conteúdos expressavam iradas críticas ao racionalismo, ao materialismo histórico e as teses evolucionistas. Nesse período, os papas Gregório XVI, (1831-1846) e Pio IX, (1846-1878) atacaram de forma decidida o mundo contemporâneo. Gregório XVI publicou em 1832, a Encíclica *Mirari vos*, onde a crítica aos novos rumos do mundo e a liberdade de imprensa, que “era a fonte de todo o mal²⁴”.

Na mesma Encíclica, Gregório XVI lembrava que o Concílio de Trento havia criado o Index, ou seja, a lista de obras proibidas pela Igreja e que nortearia os caminhos do catolicismo romano por mais de três séculos.

Se Gregório XVI abriu o caminho para a volta dos ideais da Idade Média, Pio IX, seu sucessor iria aplainar com mais empenho essa estrada, pois durante seu longo governo, as idéias burguesas já estavam bem cimentadas. Entretanto, outra ameaça para a Igreja estava surgindo no panorama mundial: era o socialismo, que em 1848 marcaria presença com o Manifesto Comunista de Engels e Marx.

Diante desse duplo dilema liberalismo e socialismo, a Igreja sob Pio IX contratacou a modernidade de forma vigorosa, pois os piores inimigos de Deus e da Igreja são o racionalismo e o liberalismo.

Foi no pontificado de Pio IX que realizou-se o Concílio Vaticano I (1869-1870) onde foi decretado a infalibilidade papal. Para cimentar mais ainda seu conservadorismo, Pio IX publicaria a Encíclica: a *Quanta Cura* e o anexo *Syllabus errorum*, ambos em 1864.

Na *Quanta Cura* são condenados vários erros, como o naturalismo, o liberalismo, o comunismo e o socialismo,

não contentos com desterrar a Religião da sociedade pública, querem excluir a família. Ensinando e professando o funestíssimo erro do comunismo e do socialismo, afirmam que a sociedade, ou a família recebem toda sua razão de ser do direito puramente civil; e que, em

²³ MANOEL, Ivan A. **O pêndulo da História**. A filosofia do catolicismo conservador (1800-1960). 1998. Tese (Livre Docência em História)- Universidade Estadual Paulista, Franca: Unesp, p. 38.

²⁴ GREGÓRIO XVI, Papa. **Mirari vos (Sobre os principais erros do seu tempo 1832)**. Petrópolis: Vozes, 1947.

conseqüência, da lei civil partem e dependem todos os direitos dos pais sobre os filhos, tendo ainda os direitos de instruí-los e educa-los²⁵.

No mesmo texto, Pio IX indicaria o caminho para a educação e instrução,

para esses homens falacíssimos, o objeto de suas máximas ímpias e maquinações é de eliminar a saudável doutrina e a instrução e a educação da juventude a fim de manchar e depravar com os erros mais perniciosos, e toda maneira de vícios, a alma terna dos jovens²⁶.

No *Syllabus errorum* existe uma condenação total desses erros da modernidade, sendo que nesse contexto, “a direção das escolas públicas, onde se educa a juventude de uma nação cristã, pode e deve ser entregue às autoridades civis”. Indo ainda mais longe, na preposição XLVIII, Pio IX deixaria claro o papel da Igreja ao afirmar que era um erro

os católicos aprovarem um sistema de educação da juventude, que não tenha conexão com a fé católica nem com a potestade da Igreja; e cujo único objeto, ou é principal, ao menos seja somente a ciência das coisas naturais, e as vantagens da vida social sobre a terra²⁷.

A recusa da Igreja ao mundo moderno, foi acompanhada de uma volta ao passado, ao assumir uma postura monárquica e combativa dos males da moderna sociedade. Nesse momento, a Igreja irá buscar mais do que nunca a devoção dos fiéis, ao mesmo tempo incitando-os na manutenção da ordem e da disciplina. Essas práticas iriam converter-se nos pilares do ultramontanismo,

que identificava na modernidade o laicismo, o ateísmo, o liberalismo, as idéias positivistas, a maçonaria e no último limite o comunismo, e essa novidades ela considerava como inimigos mortais, tanto por serem ateus, quanto porque eram formas de pensar que não se submetiam ao controle doutrinário da Igreja²⁸.

As revoluções do século XIX eram para a Igreja um atentado contra a ordem natural estabelecida por Deus e nesse momento, a ideologia cristã estava sendo desafiada pelas ideologias científicas, pelo liberalismo e pelo marxismo. Esses intensos movimentos que sacudiram a Europa no século XIX não buscaram apoio na Igreja, pelo contrário, afastaram-na por completo dos centros de decisões.

²⁵ HOYOS, Federico. *Colección Completa Encíclicas Pontificiais –1832-1963*. 4. ed. Buenos Aires: Guadalupe, 1963, p. 157.

²⁶ HOYOS, Federico. *Colección Completa Encíclicas Pontificiais - 1832-1963*. 4. ed. Buenos Aires: Guadalupe, 1963, p. 157.

²⁷ HOYOS, Federico. *Colección completa Encíclicas Pontificiais - 1832-1963*. 4. ed. Buenos Aires: Guadalupe, 1963, p.158.

²⁸ MANOEL. A. Ivan. A presença católica na educação brasileira: 1859-1959. *Didática*, São Paulo, v.28, 1992, p. 26-27.

Nesse conflito com a modernidade, com o temporal e espiritual, era natural que a Igreja procurasse sacramentar seu domínio sobre questões espirituais de maneira mais determinada, uma vez que perdia campo e territórios junto ao mundo contemporâneo.

Manietada, com poderes fragilizados, a Igreja perdeu-se em posições tomistas, defendendo concepções absolutistas de Estado e recusando terminantemente os novos rumos do mundo. Nessa encruzilhada, a Igreja sustentava uma posição saudosista e idealista frente aos novos desafios e diante disso, iria propor um retorno à ordem antiga, reconduzindo a sociedade ao bom caminho; caminho esse que há tempos a sociedade havia se afastado. Nesse contexto, o papel da Igreja deveria ser o de educar e conduzir o povo, evitando que ele se entregasse à degeneração. Ou seja era preciso “trabalhar a fim de impedir que o povo pouco instruído na doutrina cristã e a lei de Deus seja debilitado na larga tirania dos vícios²⁹”.

A nova orientação da Igreja seria no sentido de direcionar a sociedade civil, onde a Ação Católica teria papel fundamental, assim como na criação de escolas religiosas, na criação de jornais e revistas, na ampliação de paróquias e dioceses numa escala sem precedentes, pois o mundo já não pertencia à Igreja, e diante desse desafio era convocada para mais uma luta. Era portanto a reação católica perante um mundo hostil e ameaçador. Segundo Pio IX,

não retroceder ante nenhum trabalho de afrontar todas as dificuldades de empregar toda força de nosso zelo pastoral a fim de proteger nos povos o culto da Religião Católica, e não só opondo-se energicamente ao exemplos dos ímpios [...] como também trabalhando com empenho de faze-los voltar ao verdadeiro caminho àqueles filhos degenerados da Itália que já tiveram a debilidade de deixar-se seduzir³⁰.

Se no século XIX a Igreja lançava suas farpas contra a modernidade, no século XX a mesma prática repetiria-se, pois no longo governo de Pio XI é apresentada ao mundo em 31 de dezembro de 1929 a Encíclica “*Divini Illius Magistri*” que estava centrada na educação cristã. Durante o governo de Pio XI, a Igreja vivenciaria os pesados embates ideológicos que percorriam o mundo e com o intuito de marcar presença nesse período conturbado, Pio XI já na primeira preposição da *Divini Illius Magistri* deixava claro que

²⁹ HOYOS, Federico. **Colección Completa Encíclicas Pontificiais - 1832-1963**. 4. ed. Buenos Aires: Guadalupe, 1963, p. 113.

³⁰ HOYOS, Federico. **Colección Completa Encíclicas Pontificiais - 1832-1963**. 4. ed. Buenos Aires: Guadalupe, 1963, p. 1179.

“O papa sempre trabalhou para a educação cristã, fazendo eco ao Divino Mestre dirigimos palavras saudáveis já de aviso, já de direção aos jovens e aos educadores³¹”.

E no mesmo documento, Pio XI ressaltaria o papel da Igreja como baluarte da educação quando afirma:

O direito educacional da Igreja abarca todo âmbito cultural. A Igreja fomenta a cultura como meio de chegar na educação cristã, pois como pleno direito, a Igreja promove as letras, ciências, artes com quanto são úteis para a educação cristã e ademais para toda sua obra de salvação das almas, ainda fundando e mantendo escolas e instituições próprias em todas as disciplinas e em todo grau de cultura³².

O pontificado de Pio XI marcaria de forma definitiva os rumos da Igreja, pois esta buscava reafirmar sua presença na sociedade e a multiplicação das escolas católicas é a resposta mais adequada perante as ameaças do mundo moderno.

Nessa mesma época, o Brasil também passaria por grandes mudanças, pois a década de vinte foi um período marcado pelo surgimento de correntes contestatórias da ordem até então vigente. São desse período o Tenentismo, que iria sacudir a estrutura política do país, abalando os alicerces das oligarquias encasteladas no poder, assim como a Semana de Arte Moderna, que introduziria a preocupação com temas realmente nacionais. Essa mesma década viu surgir a criação da Associação Brasileira de Educação, criada em 16 de outubro de 1924 por iniciativa de Heitor Lira da Silva na então capital federal, o Rio de Janeiro. Essas conferências de educação “constituem um momento do processo de organização do campo educacional: o momento da consciência da especialidade da educação, em particular da educação escolar³³”. Nos seus quadros estavam professores, jornalistas, políticos escritores e funcionários do governo.

A principal diretriz da ABE consistia em reuniões onde a temática educacional era discutida principalmente em cursos, publicações, pesquisas e, principalmente Congressos e Conferências Nacionais de Educação. A Associação Brasileira de Educação forneceria combustível para o revigoramento das teorias pedagógicas, analisando fatos e coordenando debates na busca de caminhos e soluções para os problemas educacionais.

A Primeira Conferência Nacional de Educação foi realizada em Curitiba, entre 19 a 22 de Dezembro de 1927 e os temas discutidos foram a criação de escolas normais,

³¹ HOYOS, Federico. **Colección Completa Encíclicas Pontificiais - 1832-1963**. 4. ed. Buenos Aires: Guadalupe, 1963, p. 1179.

³² HOYOS, Federico. **Colección Completa Encíclicas Pontificiais - 1832-1963**. 4. ed. Buenos Aires: Guadalupe, 1963, p. 1180.

³³ CUNHA, Luiz Antonio. A Organização do Campo Educacional: As Conferências de Educação. **Educação & Sociedade**. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação- ano III – nº 9 maio 1981. p 6.

liberdade de programas pedagógicos, uniformização do ensino primário. A Segunda Conferência Nacional de Educação seria realizada em Belo Horizonte entre os dias 4 à 11 de Novembro de 1929, sendo que o tema da mesma seria preparar através da educação, o jovem que em vez de ser um simples bacharel, exploraria suas próprias aptidões tornando-o apto para vencer na vida. Já a Terceira Conferência Nacional seria realizada em S.Paulo entre os dias 7 à 15 de Setembro de 1929 e o tema da mesma seria a responsabilidade da família no processo educacional da criança.

A Quarta Conferência Nacional seria realizada na Capital Federal em Dezembro de 1931 e seria marcada por pesados embates sobre a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas, assinado pelo então ministro da Educação Francisco Campos. Como essa Conferência seria marcada por enfrentamentos de toda ordem, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova seria lançado antes da Quinta Conferência que seria realizada em Niterói na passagem de 1932 para 1933. Esse Manifesto, publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos defendia a necessidade de renovação educacional para o Brasil, onde o Estado teria papel preponderante. Nesse contexto, para os Pioneiros da Educação Nova,

A laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação são outros tantos princípios em que assenta a escola a escola unificada e que decorrem tanto da subordinação à finalidade biológica da educação de todos os fins particulares e parcaes (de classes, grupos ou crenças), como do reconhecimento do direito biológico que cada ser humano tem à educação. Defendendo o ensino laico de forma contundente o mesmo Manifesto ressaltava que, a laicidade, que colloca o ambiente escolar acima das crenças e disputas religiosas, alheio a todo dogmatismo sectário, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação, à pressão perturbadora da escola quando utilizada como instrumento de propaganda de seitas e doutrinas³⁴.

O antagonismo entre essas duas correntes estava instalado e para marcar posições, a imprensa católica seria o braço da Igreja nesses embates que marcariam as décadas subsequentes onde as ideologias encontrariam campo fértil para tal.

Época de grandes e velozes mudanças, as décadas de vinte e trinta iriam assistir ao declínio do Estado oligárquico liberal, e para contra-balançar a essa situação a Igreja apresentaria-se como um baluarte contras essas mudanças. É, sobretudo a ação do Centro D.Vital que a Igreja mobilizará entre 1924-1926, para conseguir que “as emendas católicas” sejam introduzidas na Constituição, por ocasião da revisão constitucional promovida pelo conturbado governo de Artur Bernardes. O pressuposto básico dessas

³⁴ GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 80.

emendas apresentadas pelo grupo católico seria de que o reconhecimento do catolicismo era consequência natural, pois a maioria da população do País era católica. Outra emenda apresentada seria a reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas.

A grande divulgadora das idéias católicas nesse período foi a revista *A Ordem*, fundada por D. Sebastião Leme, em 1921. Em que pese o apoio de alguns deputados - inclusive Francisco Campos-, as “emendas católicas” foram rejeitadas por Artur Bernardes, como afirma Tânia Salem: “esse fracasso denota que o grupo católico, na Primeira República, não se constituía ainda num ator suficientemente expressivo a ponto de conseguir impor seu programa na esfera de decisões políticas³⁵”.

Para lutar para que suas reivindicações sejam atendidas no novo governo que se iniciava, a Igreja iria montar uma grande estratégia de mobilização nacional, que desembocariam em grandes concentrações religiosas, principalmente em maio e outubro de 1931, no Rio de Janeiro.

Em outubro desse mesmo ano é inaugurada a estátua do Cristo Redentor no Rio de Janeiro e milhares de pessoas participam ativamente das cerimônias que foram conduzidas pela Arquidiocese sob o comando de D. Sebastião Leme. Confiante no apoio de Francisco Campos, agora no Ministério da Educação, a Igreja apressa o encaminhamento da questão da reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas com a máxima urgência, pois o clero percebendo que as cidades, a cada dia que passava ganhavam novos moradores, advindos do campo, a escola, fatalmente seria o fator de inserção dessa massa na sociedade e não perde-los seria fundamental.

Se a Igreja tinha presença marcante no nível do ensino secundário, que ela mesmo controlava através de sua vasta rede, e também presente entre os intelectuais através do Centro D. Vital, e da Associação dos Universitários Católicos fundada em 1929, no ensino primário, era praticamente nula a atuação do clero.

Diante do êxodo rural que entrava em processo de aceleração, fazendo com que a maioria das cidades brasileiras em muitos casos dobrassem o número de habitantes, a Igreja direcionaria seus esforços para garantir sua influência sobre as massas que buscavam melhores condições de vida. Como bem observa Beozzo:

A educação das massas era tão importante quanto a conquista espiritual e cultural das elites. A luta no campo político podia dar à Igreja acesso ao

³⁵ SALEM, Tânia. Do centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN'S (Org). **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982.

Estado e à legislação, mas seria um erro se descuidasse do acesso direto à população através da educação³⁶.

1.1 Os Caminhos da Educação Católica na Sociedade Mineira 1906-1930

Minas Gerais, por ter sido durante largo espaço de tempo ligada diretamente à Metrópole portuguesa, a consequência mais direta desse processo, foi que a Igreja teve presença vigorosa nas terras mineiras, e a expressão maior dessa presença, foi o estilo Barroco que floresceu durante os tempos da mineração, assim como uma infinidade de ordens religiosas presentes em quase todo o território mineiro.

O catolicismo estava tão bem estruturado em Minas Gerais, que os conflitos entre o Estado e a Igreja durante a fase final do Império passariam ao largo, sem provocarem dano algum.

Enquanto o decreto republicano que separava Igreja e Estado campeava pelo Brasil, o ensino religioso católico foi adotado nas escolas mineiras em caráter facultativo durante os primeiros quinze anos da República, sem ter praticamente nenhum oponente. Foi no governo do positivista João Pinheiro da Silva que as relações com a Igreja sofreriam os primeiros abalos.

O cerne da discórdia desencadeada por João Pinheiro foi o decreto que eliminaria a instrução religiosa das escolas públicas, pois Pinheiro enxergava no ensino religioso nas escolas, um sinal de atraso e retrocesso, submissão às teses da Igreja. O decreto de João Pinheiro também proibiria que o Estado auxiliasse financeiramente os seminários católicos e isso manietava a Igreja em Minas. A resposta católica à política laicista de João Pinheiro não tardaria, pois o clero mineiro sob a liderança de D. Joaquim Silvério Pimenta, bispo de Mariana, mobilizaria a sociedade católica para a luta.

Nesse contexto, a mobilização católica atingiria todo o Estado de Minas, e o alvo dessa cruzada seria o público leigo, pois através deste, a Igreja espera barrar os protestantes, os liberais, os socialistas e toda forma de descaminho da moral católica. Entre os meios utilizados pela Igreja Católica em Minas, foi a criação de vários jornais em praticamente todas as dioceses do Estado. Em Belo Horizonte é criado em 1922 o jornal *O*

³⁶ BEOZZO, José Oscar. A igreja entre a Revolução de 1930. O Estado Novo e a redemocratização. In: PIERUCCI, Antonio Flavio de Oliveira et. al. **O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 270. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, t. 3, v.4).

Horizonte; e em 1924 voltaria a funcionar em Uberaba, depois de duas décadas sem circular, o *Correio Católico*.

O resultado imediato “foi a mobilização do clero católico em Minas, pois surgem organizações como Associação de Moços Católicos, União Popular, Ligas pela Moralidade, Confederação Católica do Trabalho, etc³⁷”. É nesse momento, que o clero mineiro usa todo seu poder para a reintrodução do ensino religioso nas escolas estaduais e um dos meios dessa forma de coerção foi à imprensa mantida pelas dioceses. Visando manter essa influência e combater o laicismo, a Igreja faz uso da “afirmação visível da fé católica nas instituições brasileiras, procurando mobilizar o sentimento patriótico do povo³⁸”.

Se no governo de João Pinheiro a Igreja em Minas sofreria os primeiros abalos, no governo de Antonio Carlos (1926-1930) não seria diferente, pois Francisco Luiz da Silva Campos, Secretário dos Negócios do Interior daria total apoio à participação ativa do Estado nos negócios da Educação e a grande perdedora obviamente seria a Igreja. O cerne do projeto de Francisco Luiz da Silva Campos seria a introdução em Minas de uma escola compatível com os avanços da tecnologia, com os novos rumos do País, onde a industrialização já se fazia presente, assim como as ideologias que marcariam de forma profunda esse período. A reação da Igreja em Minas perante a Reforma de Francisco Luiz da Silva Campos fez com que o governo de Antonio Carlos promulgasse a Lei 1092/28 reintroduzindo o ensino religioso nas escolas oficiais. Essa atitude de Antonio Carlos incentivaria os católicos de todo o país a reagirem de forma vigorosa durante toda a década de trinta contra o ensino laico e as conseqüências seriam as lutas entre conservadores e liberais.

Capitaneados pelo Cardeal do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme e o grupo de católicos leigos reunidos no Centro D.Vital, essa luta adquire um caráter de verdadeira Cruzada. Se durante os primeiros anos da República a Igreja foi colocada no ostracismo pelos liberais e positivistas, agora no final da década de Vinte, passa a ser vista como importante instrumento para a manutenção do próprio regime, que era conservador em suas estruturas. Nesse sentido, a ação de D. Sebastião Leme foi fundamental para a divulgação das idéias conservadoras, voltadas principalmente para as elites, e centradas na ação educacional.

³⁷ PEIXOTO, Ana Maria Cassasanta. A luta dos católicos pela escola em Minas Gerais nos anos 30. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, Faculdade de Educação, UFMG, n. 17, jun., p. 57, 1993.

³⁸ AZZI, Rioldo O fortalecimento da restauração católica no Brasil (1930-1940). **Revista Síntese**, Nova Fase, v. VI, n. 17, p. 69-85, 1979.

Devolver a ordem, recuperar o princípio da autoridade, estabelecer os valores que sempre nortearam a tradicional família brasileira, tudo isso passava pela recatolização do país. O cerne do pensamento de D. Sebastião Leme nortearia para a atuação dos católicos no cenário político nacional, pelo qual, “leis, governos, escolas e imprensa se revelavam contrários ou alheios aos princípios e práticas do catolicismo, apesar de sermos a maioria absoluta no Brasil, como Nação, não temos e vivemos vida católica³⁹”.

O então bispo de Olinda idealizava uma ação mais firme da Igreja no meio social: “somos uma maioria que não cumpre os seus deveres sociais, mas uma força que não atua, e não influi, uma força inerte. Somos, pois, uma maioria ineficiente. Eis o grande mal⁴⁰”. O que D. Sebastião Leme pregava era um catolicismo atuante, de posicionamento firme e presente, onde os fiéis não seriam apenas coadjuvantes, mas sim participantes dos valores cristãos. Para D. Leme, o Brasil vivenciava um “catolicismo de clausura”; pois, a fé se restringia ao “encerro do oratório ou a nave das igrejas [...]. Quando fora da portada dos lugares santos tremulam os nossos pendões, é certo que neles não fremem entusiasmos de uma reivindicação jurada⁴¹”; e demonstrando maior indignação com os católicos acomodados completava: “braçadas de flores é que eles levam em suas dobras perfumadas; não são bandeiras de ação, são vexilos de procissão⁴²”.

Nessa carta pastoral, D. Sebastião Leme, apontava que todo o católico deveria ser atuante, e ativista da causa católica, o que D. Leme queria é que os católicos deveriam ser ouvidos, pois eram a imensa maioria do povo brasileiro e a República simplesmente os relegou a um segundo plano. Para que esse plano desse certo, D. Leme acreditava na força do laicato e por conseqüência na força da propaganda, assim como na resistência às idéias consideradas nefastas. “Não agitamos, não movemos, não agimos. Que propaganda fazemos? Que programa desdobramos? Que resistência opomos?⁴³”. Esse sentimento de ser brasileiro e católico militante era a tônica das pregações de D. Sebastião Leme: “dormir é fatal, os resultados aí estão. Nega-los é cegueira; seria inépcia dissimula-los [...]. Somos

³⁹ DOM LEME, Carta Pastoral (1916) citado por GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. **O Cardeal Leme**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1916, p. 52-3.

⁴⁰ DOM LEME, Carta Pastoral (1916) citado por GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. **O Cardeal Leme**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1916, p. 52-3.

⁴¹ DOM LEME, Carta Pastoral (1916) citado por GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. **O Cardeal Leme**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1916, p. 52-3.

⁴² DOM LEME, Carta Pastoral (1916) citado por GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. **O Cardeal Leme**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1916, p. 52-3.

⁴³ DOM LEME, Carta Pastoral (1916) citado por GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. **O Cardeal Leme**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1916, p. 52-3.

uma maioria que não atua, como uma maioria asfíxiada. O Brasil que aparece, o Brasil Nação, esse não é o nosso. É o da minoria⁴⁴”.

Os males do mundo moderno, aliados a apatia dos católicos, eram ameaças que deveriam ser combatidas e a ordem cristã um caminho a ser trilhado, pois o mundo estava ‘incrédulo’; repleto de armadilhas e perigos. Seria necessário então, gerar idéias no sentido de colocar novamente o catolicismo na ordem do dia na sociedade brasileira, pois, ainda como alertava D. Leme; “a consciência nos doeria se, por falta de lançar-las, morressem idéias de obras que se impõe. Há dificuldades? Onde não há? Ponhamos a mão naquilo que julgamos dever fazer, certos de que aos bem intencionados não falta Deus com sua graça⁴⁵”.

Finalizando essa Carta Pastoral, D. Sebastião Leme pedia aos católicos uma maior atuação, militando e “exigindo um retorno aos privilégios que a Igreja tivera no passado⁴⁶”, indicando assim que a afirmação da Igreja no Brasil, durante esses conturbados tempos se daria com a criação de uma elite católica, oriunda das fileiras das classes altas, capazes de fazerem frente ao anticlericalismo, ao ateísmo, ao laicismo na educação e à indiferença religiosa que marcou as primeiras décadas da República brasileira.

Sobressaindo como símbolo emergente da classe média que já se fazia cada vez mais presente no cenário brasileiro, a elevação de D. Sebastião Leme ao cardinalato em 1930, iria assinalar “o fim da predominância da aristocracia fundiária na hierarquia eclesiástica” iniciando uma era onde a “mobilização efetiva dos leigos de classe média como uma força política especificamente pela Igreja⁴⁷”.

Esses intelectuais católicos formariam um grupo, conservador que de forma organizada a partir de década de 20 cerrariam fileiras em torno de seus ideais, travando batalhas contra o que se convencionou chamar de modernidade. Nessa cruzada, um dos maiores defensores do conservadorismo católico foi o de Jackson de Figueiredo, que escolhido pela alta hierarquia católica iniciou o movimento de grande envergadura, disposto a dar novos rumos à Igreja Católica no Brasil.

Esse conservadorismo católico

⁴⁴ DOM LEME, Carta Pastoral (1916) citado por GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. **O Cardeal Leme**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1916, p. 52-3.

⁴⁵ DOM LEME, Carta Pastoral (1916) citado por GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. **O Cardeal Leme**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1916, p. 52-3.

⁴⁶ DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro (1916-1964). **Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 12, p. 07-52, 1975.

⁴⁷ DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro (1916-1964). **Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 12, p. 07-52, 1975.

enxergava seus opositores como sendo os positivistas, partidários do cientificismo, os liberais, que sempre defenderam o pseudo argumento do pluralismo social no Brasil, os protestantes (mediadores entre o cristianismo e o ateísmo) querem usar a boa fé do povo, os agnósticos, comunistas, maçons e outros, pois no fundo são forças que visam a desestruturação da família brasileira⁴⁸.

Os ventos da Revolução de 30 iriam momentaneamente açoitar a Igreja e diante desse novo desafio, o clero procura afirmar sua imagem como sendo a de educar a sociedade, instrui-la, sendo que essa prática estava em uso desde o início da República. Essa busca pelos espaços perdidos iria fazer ressonância em Minas, pois alarmada com os novos rumos do País, onde os liberais defendiam a implantação de uma escola leiga, obrigatória e gratuita, a Igreja vai à luta. Sua bandeira era a defesa do ensino católico e contra o ensino mantido pelo Estado.

Durante a década de Trinta a Igreja lutaria com todos os meios possíveis para garantir a existência da escola confessional, sempre associada à concepção da “ordem cristã” a ser implantada na sociedade brasileira. Para os católicos de Minas, não bastava apenas o ensino religioso dentro do horário escolar. “A escola é a continuação do lar, a atmosfera que se respira nos dois ambientes educativos deve ser idêntica; entre a formação da família e o seu complemento na escola não deve haver antagonismo, mas harmonia, resultante da mais homogeneia continuidade⁴⁹.”

Para enfrentar essa situação, a Igreja faz uso da afirmação visível da fé católica nas instituições brasileiras, procurando mobilizar o sentimento patriótico do povo. Também a força da família não foi esquecida pelos católicos, pois:

A última encyclica papal, aparecida e publicada no dia 31 de dezembro ,pp, chamou a atenção do mundo inteiro, pela oportunidade dos assumptos, nella sobejante e magistralmente desenvolvidos. O chefe supremo da Christandade com mão de mestre, focalizou a questão do casamento religioso e da natalidade, considerada como base segura da sociedade.

A primeira questão (a do casamento religioso), estudada na luz de um critério sereno e dasapaixonado, demonstra os prejuizos e desastres reinantes numa família que se constituiu sem a benção de Deus. Um sacramento tão divino como os outros, e ao qual o apóstolo São Paulo chega a chamar de ‘grande sacramento’ não poderá nunca ser desprezado pela cristandade, que justamente pelo casamento, toma compromissos tão sérios e de tanta responsabilidade perante a sociedade e, principalmente, perante Deus. O modernismo da sciencia, que envolve com a evolução dos conhecimentos trouxe consigo a decadência do amor marital. O casamento, na ordem social moderna, é um jogo de

⁴⁸ CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. Católicos e liberais. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1988, p. 152.

⁴⁹ FRANCA, Leonel. O ensino religioso no Brasil. **Estudos da CNBB**, nº 49, 1976, p. 162.

conveniências e nada mais. Os noivos não esposam corações, mas casam-se com as fortunas, com as bellezas, com as sortes uns dos outros. A sanção da lei no contracto civil não garante a tranqüilidade de um lar, pela muito simples razão que, neste mundo, a lei assegura bens de raiz material, mas não acaricia o menor bem de raiz espiritua, de sorte que na luz destes pobres conceitos acima emitidos, para garantirmos uma alforria salutar ao nosso Brasil, é preciso, conforme se exprime, magnificamente, um articulista da Paulicéia, é preciso que o matrimônio é um “sacramento”, isto é, que o Estado garanta o vínculo do casamento e apóie sem tergiversação o ‘modus agendi’ da Igreja, relativamente a esse grande problema do casamento e da família, desta forma, teríamos garantido a salvação moral e material do Brasil, e o futuro, longe de vir a ser um proscenio de misérias e desmoraamentos, se transformaria logo, num triumpho total, numa Victoria luminosa, numa conquista extraordinária de grandeza e patriotismo⁵⁰.

Se a família era a viga mestra da sociedade brasileira, o catolicismo, seu aliado natural, e a ele devemos a língua e os costumes, recristianizar o Brasil era tarefa cujo significado era reconquistar para o País o espírito de nacionalidade perdido.

Querer reconstruir o Brasil sem o vigamento férreo do catolicismo, que é a autêntica estrutura da mentalidade brasileira é trabalho fictício e destinado a novas derrocadas. É fomentar, de futuro, novas roubalheiras, novas tiranias. Só a religião vai reintegrar o Brasil na sua grandeza⁵¹.

Para os católicos, a escola é um elemento estratégico nesse processo de recristianização do País em virtude de seu potencial de penetração em todos os segmentos da sociedade. De posse novamente desse processo, a Igreja livraria o Brasil das pragas que a assolavam desde os séculos XVIII e XIX. É fundamentada nesse pressuposto que o jornal *Correio Católico* de Uberaba em 06-06-1931 nº 370 abre sua primeira página:

ESCHOLAS SEM DEUS!

Certo sábio francez, que um dia visitou o Brasil, fazendo crítica dos nossos usos e costumes afirmou que – os brasileiros tem o espírito de imitação muito desenvolvido, e é uma verdade. Esta terra, quando foi descoberta por Pedro Álvares Cabral em 22 de Abril de 1500, viu a cruz esculpida na proa das galeras lusitanas, a sua primeira visão civilizadora foi o symbolo dessa augusta religião que embalou a idade primaveril de nossos antepassados.

A primeira cerimonia que os primitivos habitantes de Pindorama assistiram maravilhados foi a majestosa celebração do Santo Sacrificio da Missa. O padrão fincado nas ribas verdejantes de Porto Seguro, como baliza de possessão do Reino portuguez, foi ainda a Cruz. Os terrenos conquistados e novamente descobertos tiveram o número benedito da Santa Cruz; foram Nóbrega e Anchieta, dous missionários catholicos, que civilizaram e abrandaram, por meio da Cruz a fereza dos Tamoios e dos Guaranyys, cuja ignorância e barbárie eram obstáculos à entrada e desenvolvimento do progresso. [...] Nosso primeiros collegios, as

⁵⁰ *CORREIO CATHOLICO*, n. 352, 24 jan. 1931, p. 1.

⁵¹ MENDES, Oscar. A segunda revolução. *O Horizonte*, Belo Horizonte, 29 nov, 1930, p. 1.

*primeiras escolas que se abriram entre nos foram dirigidos por sacerdotes catholicos*⁵².

Continuava o articulista do Correio Católico:

*Na religião christan o Brasil nasceu, o Brasil cresceu, o Brasil progrediu; á religião christan estão filiadas às famílias brasileiras, na sua totalidade, a religião christan domina e empolga o paiz; e é o vínculo mais forte e mais e mais antigo do povo; entretanto o governo republicano, o governo que desde 15 de novembro dirige os destinos desta terra pretende agora fazer cousa nova, pretende atacar nossas crenças e descristianizar a Nação!*⁵³.

Esse discurso na imprensa retrata com fidelidade o pensamento católico, mineiro, pois a Constituição estadual de 15 de junho de 1891 foi promulgada “em nome de Deus todo poderoso”. Esse fato forneceria combustível para que a elite católica mineira através da imprensa, combatesse a existência das escolas leigas, assim como os colégios protestantes.

⁵² CORREIO CATHOLICO, n. 370, 06 jun. 1931, p. 1.

⁵³ CORREIO CATHOLICO, n. 370, 06 jun. 1931, p. 1.

CAPÍTULO II - A DÉCADA DE 30 E OS CONFLITOS IDEOLÓGICOS ENTRE CATÓLICOS E LIBERAIS

Durante a República Velha, a Igreja no Brasil ficou praticamente fora das decisões e tomadas de rumos que nortearam o Novo Regime.

Mesmo possuindo uma estrutura conservadora, a República brasileira, nos seus primeiros anos manteve uma prudente distância da Igreja e essa situação modificaria gradativamente com a Revolução de 30, capitaneada por Getúlio Vargas e pelos tenentes-ala jovem do Exército-, que por várias vezes entrariam em choques com os coronéis da República Velha, na tentativa de derrubá-los do poder. A *Revolução de 30* iria aglutinar forças antagônicas, cujo maior objetivo era a tomada do poder e modificar radicalmente os novos rumos do país. Esses novos rumos da história brasileira já estavam em curso desde a década de 20 e bastou uma quebra de pacto na política do café-com-leite para que a República Velha desmoronasse.

O advento da década de 30 iria trazer à baila novas ideologias para a sociedade brasileira e os reflexos desse longo período foram cruciais nos rumos do país.

Esse conturbado período da história brasileira tem como virada os anos de 1922 e 1924. Em 1922, eclode a Semana da Arte Moderna em S. Paulo, cujos protagonistas bateram forte contra os estrangeirismos presentes na cultura nacional. Nesse período, as revoltas tenentistas, o crescimento da classe operária, notadamente nos grandes centros urbanos, a emergência da classe média, somados à secularização da cultura, conseqüência direta da instituição do ensino não confessional, as idéias esquerdistas, assim como o avanço do protestantismo, indicavam para a Igreja possibilidades de derrocada da ordem religiosa e de perda de terreno.

Nesse mesmo ano, é fundado o Partido Comunista Brasileiro, cuja trajetória histórica seria marcada por perseguições movidas pela ala conservadora da sociedade brasileira. É desse mesmo período a criação do Centro D.Vital, onde o catolicismo procurava novos rumos espirituais, e o papel do conservador Jackson de Figueiredo seria fundamental no combate ao liberalismo e ao socialismo. Fechando essa conturbada década, a Revolta do Forte de Copacabana iria colocar o movimento tenentista nas primeiras páginas dos jornais, cujos desdobramentos mais radicais foram sentidos em 1924 na Revolta em S. Paulo, onde tropas legalistas entraram em choques com as tropas de Isidoro Dias Lopes.

O resultado desses combates foi que os revoltosos dirigiram-se para o Rio Grande do Sul, onde uniram-se às tropas de Luis Carlos Prestes, formando-se assim a Coluna Prestes, que percorreria o País, obtendo várias vitórias contra as forças das oligarquias.

Essa mesma década de vinte iria assistir ao desfecho final dessas oligarquias e o colapso da Bolsa em Nova York contribuiria de forma decisiva para o eclipse dessas estruturas, pois trouxe à tona, nossa dependência econômica dos capitais estrangeiros, principalmente norte-americanos.

Isso iria criar em uma parcela de nossos intelectuais um sentimento anti-capitalista e um princípio de nacionalismo econômico. Esse momento histórico assistiu as agitações nos meios operários urbano, enquanto que a então nascente classe média ampliava a consciência dos seus direitos, reivindicando uma participação mais atuante nos destinos do país.

A acelerada urbanização do país trouxe consigo o recrudescimento dos problemas sociais, sendo que essas crises foram canalizadas de forma sistemática pelos comunistas, já organizados desde 1922. A partir de 1930 outros grupos políticos entrariam em cena, modificando o panorama sócio-econômico brasileiro, pois a revolução de 1930 abalaria as bases da política nacional e seus protagonistas foram os políticos ligados à Aliança Nacional, intelectuais, amplos setores da classe média, todos trazendo tendências e idéias diferentes.

Por ser constituída de setores e tendências díspares, os revolucionários de 1930 não traziam um programa de governo ideologicamente unificado e isso iria favorecer as ambições ditatoriais de Getúlio Vargas, cujo longo governo iria modificar por completo as estruturas econômicas e sociais do Brasil.

As conseqüências dessa guinada radical nos destinos da nação seria o descrédito generalizado, principalmente da classe média e por extensão sobre uma grande parcela dos homens do novo governo, que era composto de várias tendências ideológicas. É nesse conturbado momento, que comunistas e integralistas partem para o embate ideológico com programas de salvação nacional.

As ideologias reinantes na Europa, principalmente o comunismo na Rússia, o nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália seriam os espelhos para amplos setores da intelectualidade brasileira, que passaram a ver nesses movimentos totalitários a salvação da sociedade nacional.

Nesse cenário conturbado, conservadores e liberais iriam travar verdadeiras batalhas que acabariam por envolver amplos setores da sociedade brasileira, sendo que

nesse caso a Ação Integralista Brasileira teve papel destacado, pois apresentou-se como alternativa diante das doutrinas liberais, assim como às totalitárias de esquerda. Em seus quadros, orbitava um grupo de intelectuais afinados com a doutrina católica, assim como pessoas ligadas diretamente ao clero e que professavam semelhanças de ação e comportamento. Para a Igreja, o momento era propício para a consolidação interna e uma relativa euforia dominava amplos setores católicos, pois enxergava nessa nova conjuntura a chance de serem atendidas suas reivindicações.

Durante esse período, o governo de Getúlio Vargas seria marcado pela aproximação com a Igreja e nesse contexto, o papel de intelectuais como Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima seria fundamental na costura de amplo leque conservador que campeava a política brasileira, e, portanto não seria estranho se a Ação Integralista Brasileira arregimentasse não só leigos católicos, mas também receberia apoio de grande parte do clero, que viam no conservadorismo um porto seguro para suas idéias.

O ideário integralista irá despontar nesse conturbado momento como sendo a único capaz de dar rumos ao país, acenando com uma “Humanidade nova”, a Humanidade integralista, na qual se processará: “a transformação completa do Brasil, novo conceito de vida, novo regime, novo quadro de valores⁵⁴”.

Os fios condutores das idéias integralistas apontam para o estabelecimento de um Estado totalitário ou integral, fundamentado mediante as corporações representativas das profissões, possuindo uma rígida hierarquia em torno do Chefe, subordinando todos os elementos à construção do ideal de nação, identificada com o próprio estado. Nesse conjunto de idéias estão explicitados os conceitos de ordem nacional, onde naturalmente estão todas as sub-ordens, desde a espiritual e moral até a administrativa.

Os integralistas tinham em mente de que para implantar tais ordens seria imprescindível uma revolução espiritual e cultural e, sendo preciso, o uso de força para a conquista do poder não seria descartada.

O integralismo defendia um nacionalismo radical, onde os direitos do Estado seriam ampliados de forma que “colocando a serviço da realização da nação, o homem e os grupos-família, sindicato e partido único-, e os setores vitais da sociedade(educação, cultura e religião)⁵⁵”.

⁵⁴ SALGADO, Plínio. **A quarta humanidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1936; BARROSO, Gustavo. **Integralismo e catolicismo**. Rio de Janeiro: ABC, 1937; BARROSO, Gustavo. **O que o integralista deve saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, p. 15.

⁵⁵ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. A igreja e o Integralismo no Brasil -1932-1939. **Revista de História**, São Paulo, v. 54, n. 108, p. 503-532, 1976.

O para-militarismo não estava descartado, pois o espírito da ordem e da disciplina sobreporiam a quaisquer reivindicações da liberdade como um todo.

Para os integralistas brasileiros, a noção de crise das instituições será sempre lembrada, onde a irracionalidade tomaria as rédeas condutoras de nossa sociedade e a solução para isso, seria necessário mobilizar os agentes sociais na tentativa de contratar essa grave ameaça. Esse era o perigo que os integralistas enxergavam: a crise de autoridade, e “a imagem da crise serve para reforçar a submissão a um poder miraculoso que emana dos chefes esperados e que encarnam em suas pessoas a identidade possível da sociedade consigo mesma⁵⁶”.

A imagem da crise a solapava as bases da sociedade foi usada à exaustão, pois representava o perigo que ameaçava todos os segmentos da sociedade, que para os ideólogos do integralismo somente teria uma solução, “se forem abandonados os interesses ‘classistas’ do capital e do trabalho e se uma classe, não comprometida com as outras duas, puder conduzir os destinos da nação⁵⁷”. O cerne do projeto Integralista, a solução para esses males perspassa que classes, sociedade civil e Estado se unam em torno das tradições nacionais, onde a autoridade e poder formariam uma pirâmide hierárquica que irradiaria a mesma autoridade.

Essa hierarquia funcionaria de tal maneira, que cada membro da sociedade estava ligado ao núcleo central desse poder, de forma que sua identificação seria como um corpo único e indivisível. Esse esquema de sociedade estaria calcado no seguinte pressuposto: a divisão entre dominantes e dominados se esfuma; a sociedade seria o espelho do Estado, os cidadãos identificam completamente com o partido, os funcionários com as instituições e os trabalhadores com as corporações.

Nesse sentido, escreve Reale:

O Integralismo é a doutrina que não crê em soluções fragmentárias para a questão social e prega a necessidade do Estado forte para garantir o equilíbrio entre as várias classes; que faz do Estado um realizador de fins morais e sustenta a necessidade de uma política voluntarista, capaz de acompanhar e dirigir a marcha rápida dos acontecimentos humanos, pondo sempre a realidade acima das teorias; que faz do Estado a síntese das aspirações nacionais e o coordenador das atividades individuais, mas não faz do Estado um fim absoluto e exclusivo, um tabu; que combate o individualismo porque o homem só vale integralmente como membro de uma coletividade e como expressão de um grupo, mas se afasta do comunismo que aniquila o indivíduo, tornando-o um meio, um

⁵⁶ CHAUI, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho (Org.). **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978, p. 129, v. 3.

⁵⁷ CHAUI, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho (Org.). **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978, p. 129, v. 3.

instrumento; que só compreende o internacionalismo como resultante dos valores específicos de cada povo, de cada Nação; que não admite a demagogia popular e a mentira do sufrágio universal, mas foge igualmente da ditadura e do cesarismo que sufocam a liberdade em nome de um interesse de qualquer ordem; que não desconhece os imperativos da Tradição, mas não faz deles pontos de chegada e sim marcos de uma contínua evolução; que não se baseia na consideração exclusiva dos valores econômicos, mas em valores espirituais e materiais do homem⁵⁸.

Por seu lado escreve Plínio Salgado:

O Integralismo considera a autoridade como força unificadora que assegura a convergência e o equilíbrio das vontades individuais e realiza o aproveitamento das energias da Nação em razão do bem coletivo. O Integralismo considera a sociedade como união moral e necessária dos seres vivendo harmonicamente segundo seus superiores destinos. Na concepção integralista o Estado reveste-se da suprema autoridade político-administrativa da Nação controlando e orientando todo seu dinamismo vital, subordinando-se, porém, aos imperativos da hierarquia natural das coisas, da harmonia social e do bem comum dos brasileiros. Fiscalização direta do Estado sobre o cinema, o teatro, a imprensa, o rádio e todos os veículos do pensamento que hoje estão atentando contra a liberdade, forçando o povo a submeter-se aos caprichos de capitalistas internacionais, de burgueses materialistas, de espíritos anárquicos e de agentes de Moscou; auxiliar todos os empreendimentos artísticos, proteger o cinema nacional, sanear a imprensa, elevando-a e libertando-a de interesses particulares que a oprimem⁵⁹.

Esse conturbado período exigiria dos Integralistas uma luta implacável, sendo que a cura dessa sociedade contaminada pelas idéias liberais e socialistas passava pelos seguintes caminhos:

- 1) criação de um Estado forte, identificado como único instrumento da Nação;
- 2) subordinação da luta de classes (obra mestra do liberalismo) ao critério do bem nacional, levando as classes a se organizarem em corporações profissionais articuladas ao poder central por sindicatos que representem os interesses recíprocos dos profissionais e da Nação;
- 3) supressão do sufrágio universal pelo voto corporativo;
- 4) submissão da produção econômica traçados pelo poder central para atender exclusivamente aos interesses da nação;
- 5) minimizar a interferência do capital internacional na política nacional e suprimir sua crueldade para com as massas trabalhadoras;
- 6) suprimir o comunismo punindo os agentes de Moscou e declarando este inimigo da Pátria, devendo ser eliminado e combatido de forma obstinada;
- 7) sufocar o cosmopolitismo e a importação de idéias estrangeiras criando uma cultura genuinamente nacional;
- 8) reformar de alto a baixo o ensino, da escola primária à universidade, imprimindo aos cursos brasilidade e civismo;
- 9) censurar e

⁵⁸ REALE, Miguel. Súmula do integralismo. In: **Perspectivas integralistas**. Editora Odeon, [s.d.], p. 28.

⁵⁹ SALGADO, Plínio. **Diretrizes integralistas**. O que é Integralismo? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, p.110-127.

sanear a imprensa e o rádio; 10) disciplinar o povo para o trabalho e para os princípios da moral cristã⁶⁰.

Em relação à religião os pensadores do integralismo possuíam a seguinte visão:

- a) A idéia de Deus se coloca como “ponto de convergência de todas as religiões – afirmação básica de todas - em que se coloca o integralismo para fundamentar a ordem social⁶¹”;
- b) O Estado integral defenderá a “liberdade religiosa absoluta” e combaterá qualquer “forma de sectarismo⁶²”;
- c) Mas, no caso brasileiro, o integralismo – em uma atitude tática-se alicerça fundamenta e radica no Cristianismo, nas doutrinas sociais e políticas do Cristianismo”, “atuando em entendimento com as autoridades eclesiásticas para marcar a linha exata de cooperação e colaboração de ambos para a grandeza da Pátria dentro do ideal cristão e de suas tradições religiosas⁶³”;
- d) Daí se pode afirmar que o “integralismo é um movimento cristão, tem suas bases filosóficas e morais na doutrina de Nosso Senhor Jesus Cristo, nos Evangelhos⁶⁴”;
- e) A simpatia do integralismo se volta para a Igreja católica por causa de sua doutrina social e política, “dos três ramos do cristianismo só o catolicismo se pronuncia em matéria social e econômica, expondo a verdade cristã sobre o assunto. Movimento cristão, o integralismo não poderá contrariar os princípios assentados pela Igreja e os integralistas precisam conhecer a augusta palavra de Roma sobre grave matéria⁶⁵”;

Calcado nos valores espirituais, o integralismo visava açambarcar as tradições históricas e religiosas do povo brasileiro, fazendo defesa intransigente dos sentimentos religiosos da população.

⁶⁰ CHAUI, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho (Org.). **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978, p 134-135.

⁶¹ BARROSO, Gustavo. **O que o integralista deve saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, p. 112.

⁶² BARROSO, Gustavo. **O que o integralista deve saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, p. 112.

⁶³ BARROSO, Gustavo. **O que o integralista deve saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, p. 112.

⁶⁴ BARROSO, Gustavo. **O que o integralista deve saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, p. 112.

⁶⁵ BARROSO, Gustavo. **O que o integralista deve saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, p. 113.

A postura desses intelectuais engendrava-se pelo autoritarismo de direita, sendo que esse pensamento se volta para o culto da tradição, que de uma forma ou de outra encontrava na Igreja dessa época um lugar seguro. Um dos maiores exemplos desse momento foram às inúmeras cartas pastorais, que ressaltavam vantagens mútuas para a Igreja e para o Estado de uma sociedade que estivesse embasada e organizada em bases religiosas. Nelas se afirmava que a nação católica “merecia um governo católico e que a volta do Estado para as ‘tradições do povo brasileiro’ beneficiaria a todos⁶⁶”. Esse discurso teria destino certo: a imensa maioria da população professava o catolicismo e salva-la das doutrinas nefastas e perniciosas era fundamental.

Para isso, o programa dos conservadores brasileiros fundamentava em algumas metas que deveriam ser atingidas: a atuação no terreno político, a propagação da boa imprensa, e também a luta contra o ensino leigo. A visão de mundo para esses conservadores era que o mundo e o Brasil estavam em crise e diante desse dilema era necessário “aplicar a doutrina católica para analisar a realidade nacional⁶⁷”.

Essa crise, não seria apenas econômica, mas sim fruto da desordem, da falta de religião, do distanciamento que os homens estavam da doutrina católica, enfim o mundo apresentava-se como sendo um local ameaçador e inseguro. O passado era visto com algo puro tranqüilo e livre dos vícios do presente e seu “endeusamento revela a resistência dos representantes da elite local decadente às novas forças sociais⁶⁸”.

As modificações advindas com o capitalismo industrial seria um fator de surpresa para os conservadores católicos, pois a mercadorização em todos os níveis, implicaria em mudanças que seriam sentidas em praticamente todos os segmentos da sociedade. A sociedade capitalista, com todas as implicações, não era a sociedade ideal para os conservadores católicos, que sonhavam e defendiam um mundo oligarca onde as tradições eram mantidas, servindo como um freio para as aspirações da sociedade.

O capitalismo “não era atacado nos seus processos econômicos, ataca-se suas manifestações no campo moral e religioso. O que era muito a gosto das tendências fascistas européias⁶⁹”. A defesa cerrada de um arcabouço moralista, centrado na intelectualidade tomista afastaria os pensadores católicos das reais necessidades do país e acabaria por

⁶⁶ DIAS, Romualdo. **Imagens de ordem**: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933). São Paulo; Unesp, 1996, p. 23.

⁶⁷ CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. Católicos e Liberais. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1988, p. 37 (Coleção Educação Contemporânea).

⁶⁸ CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. Católicos e Liberais. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1988, p. 177. (Coleção Educação Contemporânea).

⁶⁹ CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. Católicos e Liberais. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1988, p. 177. (Coleção Educação Contemporânea).

aproxima-los dos grupos direitistas, e nesse caso, a ideologia integralista serviria como espelho para uma grande parcela desses intelectuais.

Na visão desses intelectuais, o Estado burguês levaria o fiel para o individualismo, que nesse caso era rejeitado, assim como também o Estado coletivista e ateu. A solução seria um Estado corporativista, onde a família a escola e a religião seriam os norteadores para tão grave crise.

Na educação, “tradicionalmente considerado pela Igreja Católica como pertencente à sua supervisão, já que se trata de um recurso potente de socialização, ela trabalhou tenazmente a fim de inserir na lei do país tanto o Ensino Religioso como a defesa de escolas particulares⁷⁰”. Para os pensadores católicos, havia duas saídas para a crise que abatia sobre o país: “à volta dos homens para dentro de si, satisfazendo às leis do espírito, ou a queda para as ruínas que os cercam, aceitando as leis da matéria⁷¹”. Essa situação gerava insegurança para os pensadores católicos, pois:

na crise, a continuidade e a harmonia das racionalidades parciais parecem romper-se; cada parte surge como independente das outras e do todo e a ‘verdade’ deste último emerge como mescla indecisa entre uma racionalidade geral dos fenômenos sociais e uma irracionalidade do sistema no seu conjunto⁷².

As mudanças que abateram sobre o Brasil, serviriam de combustível para os conservadores buscarem na História as explicações de tal fato e nesse contexto, a Reforma Protestante, e Revolução Francesa, assim como a ascensão das idéias socialistas foram decisivos para a decadência da cristandade, e o catolicismo ultramontano seria a barreira para conter a propagação de tais idéias. Para fazer frente aos erros do mundo o conservadorismo católico criou as bases da restauração, onde

Esta restauração, base de qualquer reconstrução social do mundo, tem as suas bases nos princípios da lei natural e da lei revelada. Só estes princípios garantem que a reconstrução não de façam em bases vãs e falsas, pois restituem ao homem a dimensão natural (imane) e a dimensão sobrenatural (transcendente) arbitrariamente suprimidas pelo racionalismo⁷³.

⁷⁰ CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. Católicos e Liberais. 4. ed. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1988, p. 178. (Coleção Educação Contemporânea).

⁷¹ CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. Católicos e Liberais. 4. ed. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1988, p. 178. (Coleção Educação Contemporânea).

⁷² CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira. In: CHAUI, Marilena; FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho (Org). **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978, p. 127.

⁷³ CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. Católicos e Liberais. 4. ed. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1988, p. 40. (Coleção Educação Contemporânea).

É nesse panorama, que a Igreja buscará no laicato o auxílio que falta para fazer frente ao mundo moderno, sendo que nesse caso a Ação Católica se transformará em fonte inestimável para os conservadores defenderem suas idéias.

Esse grupo conservador enxergava no Estado, uma instituição perfeita, mas desde que este fosse constituído por homens ligados diretamente à tradição e o desdobramento natural desse processo, seria que a família, as escolas, e os partidos políticos fossem reflexo desse arranjo político.

A idéia de caos na civilização permeava os intelectuais conservadores e nesse caso duas saídas eram oferecidas como opção: “uma, corrente demagógica, cheia de vícios e paixões, cujo domínio pode levar o país a todos os extremismos modernos, cuja conseqüência será o comunismo materialista, a perseguição religiosa e a total paganização da sociedade brasileira⁷⁴”. E como essa corrente tem como objetivos a tomada do poder, ela “se desdobra em dois braços: o individualismo liberal burguês o qual traz implícitos e inconfessos os princípios dos agnósticos que abrem caminho para seu sucessor lógico que é o socialismo proletário⁷⁵”.

Nesse mesmo contexto, é oferecida à população brasileira uma outra corrente, “que de revolucionária só tem o nome, é a corrente nacional, tradicional e cristã. É esta que deve ser aproveitada para nela informar o espírito cristão⁷⁶”. Era, portanto natural, que os intelectuais católicos aproximassem dos membros da Ação Integralista Brasileira, pois ambos possuem praticamente o mesmo ideal e combatem de forma acirrada os males da moderna civilização. Essa aliança dos católicos com os integralistas brasileiros era vista como “pela posição espiritualista, pela valorização que dava às tradições cristãs, pela aceitação de muitos princípios da doutrina social da Igreja e pelo combate tenaz ao comunismo⁷⁷”.

Do lado integralista as palavras de Gustavo Barroso sobre essa aproximação não deixava dúvidas ao afirmar que “só o catolicismo se pronuncia em matéria social e econômica, expondo a verdade sobre o assunto⁷⁸”. E, elegendo a doutrina católica como baluarte dos valores tradicionais, atribuíram ao movimento conservador brasileiro a

⁷⁴ CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. Católicos e Liberais. 4. ed. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1988, p. 40. (Coleção Educação Contemporânea).

⁷⁵ CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. Católicos e Liberais. 4. ed. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1988, p. 40. (Coleção Educação Contemporânea).

⁷⁶ CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. Católicos e Liberais. 4. ed. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1988, p. 40. (Coleção Educação Contemporânea).

⁷⁷ MOURA, D. O. *Idéias católicas no Brasil: direções do pensamento católico no século XX*. São Paulo, **Convívio**, 1978, p. 98.

⁷⁸ BARROSO, Gustavo. **Integralismo e catolicismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936. p. 8.

necessidade de se manifestar de forma clara esses valores: “movimento cristão, o integralismo não poderá contrariar os princípios assentados pela Igreja e os integralistas precisam conhecer a augusta palavra de Roma sobre a grave matéria⁷⁹”.

Essa aproximação da A.I.B com os conservadores católicos daria a esses dois movimentos condições de doutrinar de forma ampla vastos setores das camadas urbanizadas e para isso, a Secretaria Nacional de Propaganda, órgão de imprensa e divulgação do movimento lançaria uma série de depoimentos, onde membros do clero e da intelectualidade tiveram espaços assegurados na divulgação dessas idéias. Intelectual influente nos meios Integralistas, Gustavo Barroso afirmava que as escolas brasileiras deveriam estar “sob um plano de Educação Moral do Povo Brasileiro, de maneira a conseguir a mais estreita cooperação, nesse sentido, entre a Família e o Estado⁸⁰”.

2.1 O Catolicismo brasileiro e a Educação na Década de 30

A década de 30 no Brasil representaria para a Igreja uma fase de grande prestígio e poder, fato até então desconhecido em outras eras. Nesse sentido, o trabalho de D. Sebastião Leme foi fundamental para que se processasse a restauração católica e como conseqüência, o catolicismo brasileiro teve a sua faixa de influência e atuação ampliados. A conseqüência mais direta do trabalho de D. Sebastião Leme nesse período é que foram atendidas diversas reivindicações que, desde a separação dos dois poderes pela República, tornaram-se os pólos centrais dos embates como a invocação de Deus na Constituição de 1934, o ensino religioso facultativo nas escolas - este, por inspiração de Francisco Campos - o casamento religioso com efeitos civis, a indissolubilidade do casamento.

Do mesmo D. Sebastião Leme foi à criação da Liga Eleitoral Católica, que passou a apoiar e a indicar candidatos a cargos no governo, através de eleições sendo que esses elementos “agiriam de forma a controlarem os programas governamentais, no que afetasse a religião e a moral⁸¹”. Esse era o quadro revelador do trabalho de D. Leme, onde perante principio republicano, a Igreja estava separada do Estado, mas na prática, o que estava acontecendo nesse conturbado período, era uma aliança oficiosa que, “visto o raio de

⁷⁹ BARROSO, Gustavo. **Integralismo e catolicismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, p. 8.

⁸⁰ BARROSO, Gustavo. **O que o integralista de saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, p. 61.

⁸¹ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. A igreja e o integralismo no Brasil - 1932-1939. **Revista de História**, São Paulo, v. 54, n. 108, p. 512, 1976.

influência da hierarquia e a sua capacidade de mobilização do povo, lhe abriria fácil as portas a várias de suas pretensões⁸²”.

Nesse momento, a Ação Católica se tornava um instrumento de trabalho, onde a participação dos leigos como ponta de lança na divulgação das mensagens da Igreja era fundamental, principalmente no campo social. Fundamentada na ordem, na paz e na felicidade humana, a Ação Católica agia com denodo, de forma que o “Estado conserve um mínimo de espírito cristão⁸³”, e num contexto mais amplo, essa sociedade iria produzir cidadãos cumpridores de seus deveres, onde os princípios de caridade, honestidade e bons princípios seriam fatores primordiais de coesão e de harmonização. Esses postulados da Ação Católica inevitavelmente arrastaria a sociedade brasileira para o modelo de Estado corporativista convergindo o mesmo para os princípios do Integralismo. O contacto com a realidade brasileira em confronto com as exigências cristãs cresciam na tomada de consciência crítica e lúcida do que significava o Estado baseado no Integralismo para a sociedade e a Igreja no Brasil.

A aproximação de setores da Igreja com os Integralistas se explica em quase sua totalidade pela crise em que o liberalismo estava vivendo, sendo que para os grupos católicos brasileiros, a saída natural desembocava no Estado corporativista.

Nesse conturbado período, a Igreja não morria de amores pelo liberalismo que, em termos de crença e religião, sempre se mostrou hostil à propagação dos cultos e à interferência no ensino. Às idéias liberais, responderam os regimes fortes desta época, “quaisquer que fossem as suas motivações, com propostas de tolerância, abertura e mesmo de apoio às diversas confissões religiosas⁸⁴”. O Integralismo veio ao encontro das propostas da Igreja, pois a mesma defendia “uma proposta autoritária, hierárquica e hierática de organização da sociedade brasileira⁸⁵”.

As tenções políticas em que passava o Brasil nessa época eram enormes, sendo que os expoentes máximos desse período foram a Intentona Comunista e a campanha presidencial de 1937, valorizadas ao extremo pelos conservadores católicos e Integralistas que, enxergando o perigo vermelho por todos aos lados, ampliavam o clima de medo e de insegurança.

⁸² LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. A igreja e o integralismo no Brasil - 1932-1939. **Revista de História**, São Paulo, v. 54, n. 108, p. 512, 1976.

⁸³ CURY, Jamil Carlos Roberto. **Ideologia e educação brasileira**. Católicos e Liberais. 4. ed. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1988.

⁸⁴ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Igreja e integralismo no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, v. 54, n. 108, 1976.

⁸⁵ CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. Católicos e Liberais. 4. ed. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1988, p. 45. (Coleção Educação Contemporânea).

Para os católicos conservadores, o modelo político baseado no liberalismo e no individualismo falira e era “o momento para que se evitasse a emergência do Estado Coletivista⁸⁶”. O modelo ideal de Estado seria onde a família, as tradições e a educação teriam ampla cobertura, mas nesse caso, todos os regimes são bem-vindos, com exceção do comunismo ateu que reduzira os homens a simples instrumentos do poder.

Essa conturbada década é marcada pelo fortalecimento da Restauração Católica, quando seus líderes passaram a orientar diversos eventos destinados a superarem o espírito laicista que estava presente desde a implantação da República em 1889, cerrar barreiras contra o avanço das idéias comunistas e socialistas, fortalecer o princípio da autoridade, reafirmar a presença da Igreja em todos os ângulos da sociedade, especialmente junto às classes que comandavam os destinos da Nação. É também nesse momento, que a questão educacional será configurada pela Igreja como elemento fundamental, sendo um instrumento de trocas e barganhas na reaproximação com o Estado.

O conservadorismo católico enxergava nesse momento a chance de suplantar o laicismo que estava presente desde a República Velha, renegando a Deus e aos princípios morais do cristianismo.

Na carta pastoral Cristo e a República datada de 25 de janeiro de 1931, o arcebispo de Porto Alegre D. João Becker afirmava: “as exigências da atual situação reclama direitos divinos. É preciso que Cristo seja reintegrado nas instituições da nova república brasileira⁸⁷”.

A nova constituição brasileira não pode prescindir de Deus. A negação oficial de sua existência é a destruição da firmeza social e o aniquilamento da coluna mais forte da autoridade pública. O povo reclama, como um direito que o Estado ligue a devida importância à fé cristã e às tradições religiosas do país. Por isso, na organização da família deverão ser observadas as leis divinas, assim como a infância e a adolescência não de ser educadas e instruídas em conformidade com suas convicções religiosas⁸⁸.

Se durante a Primeira República a Igreja estivera “afastada do poder pelos líderes liberais e positivistas é a partir da década de trinta que seu reconhecimento passa a ser efetivado como baluarte para a manutenção do próprio regime⁸⁹”, sendo que nesse momento o governo provisório de Getúlio Vargas indicaria para a pasta da Educação

⁸⁶ CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. Católicos e Liberais. 4. ed. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1988, p. 45. (Coleção Educação Contemporânea).

⁸⁷ BECKER, Dom João. **Cristo e a República**. 20ª Carta Pastoral. Porto Alegre, 1931, p. 5.

⁸⁸ BECKER, Dom João. **Cristo e a República**. 20ª Carta Pastoral. Porto Alegre, 1931, p. 5.

⁸⁹ AZZI, Riolando. Igreja e Estado em Minas Gerais. **Revista Síntese**, Nova Fase, n. 38, p. 23-52, 1986.

Francisco Campos, que proporia pessoalmente para Vargas o decreto de autorização do ensino religioso nas escolas públicas brasileiras.

O momento de efervescência política em que passava o Brasil, os católicos foram mobilizados pela alta hierarquia num movimento de envergadura nacional, reivindicando seus direitos através da Liga Eleitoral Católica, a LEC.

A LEC, criada por D. Sebastião Leme e Alceu Amoroso Lima em 1932, no Rio de Janeiro,

visava mobilizar o eleitorado católico para que este apoiasse os candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja das eleições de 1933, para a Assembléia Nacional Constituinte, e de 1934, para a Câmara Federal e as assembleias constituintes estaduais⁹⁰.

O programa básico da LEC estava calcado nos seguintes pontos: a) a promulgação da Constituição em nome de Deus; b) o reconhecimento constitucional da indissolubilidade do matrimônio e da validade civil do casamento religioso; c) a adoção da instrução religiosa obrigatória nas escolas públicas de nível primário e secundário, pois o Ensino Religioso encontra-se na legislação dos países avançados e a concessão de assistência religiosa oficial às forças armadas, às prisões e aos hospitais. D) O Ensino Religioso é a grande barreira contra o comunismo ateu. E) O Ensino Religioso e a obediência ao Papa em questões morais tem como objetivo a paz social justa e a salvação das almas. F) O Estado, se não pode ministrar ensino religioso, não deve impedi-lo; G) O Ensino Religioso só no lar e no templo formaria homens duais; H) A Escola não é a antítese da família nem da Nação.

Em campo oposto, os constituintes afinados com a defesa da laicidade argumentavam: a) O Ensino Religioso é tarefa do lar e do templo, pois a força da religião não deve valer-se do apoio do ensino público. b) A Nação é republicana e democrática e nesse caso o ensino religioso fere o princípio de igualdade perante a lei. C) Em nome da liberdade de todos, a maioria católica não pode impor sua religiosidade às minorias não crentes ou de crenças diferentes. D) A Igreja Católica não fica diminuída com a laicidade. E) Se o Estado é leigo, o ensino também deve sê-lo. F) O Ensino Religioso, mesmo facultativo, só existirá no papel. Na prática tornar-se á obrigatório, já que só incentivará a religião dominante. G) É a perda de uma conquista republicana e perturba a eficiência do ensino científico, por defender concepções anti-progressistas. H) A escola não é lugar para angariar prosélitos. Segundo as lideranças da LEC, o laicismo saiu vitorioso na vida pública

⁹⁰ BELOCK, I; ABREU, A. de (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Forense Universitária, 1984, p. 32.

brasileira a partir da Constituição de 1891; nela abolindo os princípios religiosos e por consequência, afastando o povo da influência da Igreja. O papel da LEC surtiu efeitos esperados, pois a mobilização do laicato na batalha eleitoral fez com que a Igreja agrupasse na Assembléia Nacional Constituinte de 8 de novembro de 1933 um grupo majoritário e com posições definidas.

Em que pese o fato de que a hierarquia católica brasileira não ter fundado um partido político, a opção foi no sentido de pressionarem os partidos visando com isso à defesa dos seus ideais. A extensão da LEC nos debates da Assembléia Nacional Constituinte “abrangeria toda a Nação, mostrando a força da Igreja⁹¹”, que agora mostrava uma visão mais política desse momento.

Esse momento foi crucial para os católicos, que alijados do poder desde 1891, fincavam agora um passo decisivo junto ao governo, e a reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas, abriria uma era de consenso entre governo e Igreja. Reagindo de forma quase que imediata, o Correio Católico em edição do dia 09/05/1931, nº366, estampava na primeira página:

No dia 30 de Abril pp o chefe do Governo Provisório assignou o decreto instituindo o ensino religioso nas Escolas primárias e secundárias do Paiz. Dispensamos-no de manifestar nosso contentamento por tão notável ephemeridade e as razões que como catholicos e brasileiros temos para nos rejubilar⁹².

Como complementação dessa notícia, os editores do Correio Católico ainda trazem a justificativa do próprio Francisco Campos que afirmava:

Damos essa peça notável, cujo valor histórico neste período de transformações não é preciso enaltecer para que todos o sintam e compreendam e se rejubilem com a reintrodução do ensino religioso nas escolas de um paiz religioso como o nosso⁹³.

O decreto de Francisco Campos, também foi alvo de comentários do padre Leonel Franca, que diz:

A situação deplorável da Constituição de 1891 que, no parágrafo 6º do art.72, estabelece: Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos, em que se menosprezavam tantos direitos imprescritíveis e se sacrificavam tantos interesses vitais da nação, veio pôr termo feliz o decreto de 30 de abril de 1931, que faculta o ensino religioso nos estabelecimentos oficiais de ensino primário, secundário e normal⁹⁴.

⁹¹ CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. Católicos e Liberais. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1988, p. 114. (Coleção Educação Contemporânea).

⁹² **CORREIO CATOLICO**, n. 366, 09 mai. 1931, p. 1.

⁹³ **CORREIO CATOLICO**, n. 366, 09 mai. 1931, p. 1.

⁹⁴ FRANCA, Leonel. **Ensino religioso, ensino leigo**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931, p.139-40.

Leonel Franca prossegue na mesma argumentação que:

1º) O fim da escola é educar, isto é, formar o homem; 2º) não é possível formar o homem sem um ideal de sua natureza e de seus destinos, isto é, sem uma concepção ético-religiosa da vida; 3º) Uma concepção ético-religiosa da vida não pode ditar o Estado, máxime um Estado leigo, sem violar o direito natural dos pais à educação dos filhos; 4º) O ensino religioso determinado pela vontade, das famílias, impõe-se portanto com a dupla necessidade de uma exigência pedagógica infrustrável e de um respeito jurídico às liberdades espirituais dos cidadãos [...]. O documento marcará época na história do nosso povo e constituirá talvez, para o Governo Provisório, o maior título de benemerência à gratidão nacional⁹⁵.

E concluindo sua exposição dizendo:

Com a admissão do ensino religioso, o Governo Provisório começa a elevar-se à compreensão das necessidades mais profundas do país [...]. Saímos de uma atmosfera de asfixia e começamos a respirar o oxigênio vivificante da liberdade. O regime escolar do Brasil poderá agora colocar-se ao lado de todos os países civilizados que não fizeram sectariamente da instrução pública um instrumento de vexação das consciências [...] o ensino religioso é uma questão de liberdade de consciência⁹⁶.

Se o decreto de Francisco Campos iria modificar as relações entre Estado e Igreja, aproximando-os, a Constituição de 1934 invocada em nome de Deus iria selar por um bom período a política conciliatória com a hierarquia católica, pois essa Carta Magna era radicalmente diferente da promulgada em 1891 que ignorava completamente qualquer tipo de menção religiosa. E mesmo a emenda constitucional realizada em 03 de setembro de 1926 nos parágrafos 6º e 7º estava explicitada a recusa em aceitar qualquer proselitismo, ao afirmarem: “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”, assim como, “Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União, ou dos Estados⁹⁷”.

À Constituição promulgada em 16 de julho de 1934, foram incorporadas praticamente todas as reivindicações católicas, defendidas pela Liga Eleitoral Católica sendo que o Artigo 153 ao afirmar:

O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas primárias, secundárias, profissionais e normais⁹⁸.

⁹⁵ FRANCA, Leonel. **Ensino religioso, ensino leigo**. Rio de Janeiro Schmidt, 1931, p.139-40.

⁹⁶ FRANCA, Leonel. **Ensino religioso, ensino leigo**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931, p. 141.

⁹⁷ COSTA, Messias. **A educação nas Constituições do Brasil: dados e direções**. Rio de Janeiro DP&A, 2002, p. 28.

⁹⁸ COSTA, Messias. **A educação nas Constituições do Brasil: dados e direções**. Rio de Janeiro DP&A, 2002, p. 28.

Essas vitórias na Constituição de 1934 selariam para os católicos os duros embates ideológicos que vinham mantendo com os liberais desde a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em 1932, sendo que em 19 de agosto de 1934 a revista católica de circulação nacional “A Ordem” publicava: “Há um sentimento de otimismo na convicção de que a Igreja no Brasil está mais viva do que nunca [...] e essa situação não foi até hoje excedida, em prestígio e prosperidade moral, em qualquer momento de sua história⁹⁹”.

Era a vitória parcial da Igreja, pois suas reivindicações são aceitas, e a partir desse momento, Estado e Igreja estarão unidos em uma cooperação mútua, sendo que o Estado buscaria a integração com a Igreja, elegendo feriados católicos, celebrações religiosas, bênçãos e a participação de membros do clero em cerimônias promovidas pelo Estado. Era a “defesa ingênua da tese da ‘nação católica’ que acabaria por leva-la a fazer uma escolha ideológica conservadora, mas necessárias ao processo político¹⁰⁰”.

Em 10 de novembro de 1937 Getúlio Vargas fecha o Congresso Nacional, iniciando o Estado Novo, com fortes conotações totalitárias, centralizado nas mãos do executivo federal.

Apoiado em grande parte pelas elites dominantes-latifundiários, industriais e grandes comerciantes, o Estado Novo seria um porto seguro diante das incertezas que atravessava o país. Vargas alegava que a situação do Brasil era de extremo perigo, pois a radicalização de vários setores da sociedade perturbavam a ordem, colocando em jogo as instituições.

A Aliança Nacional Libertadora, movimento de esquerda que combatia os setores conservadores era composta por militares, comunistas, liberais, socialistas e amplos setores da classe média urbana passou a inquietar o governo e, em 1935 com a aprovação da Lei de Segurança Nacional, esse grupo ficou proibido de manifestar-se. Nesse mesmo ano, Luis Carlos Prestes que estava na União Soviética volta ao Brasil em abril de 1935, designado para liderar uma revolução contra o imperialismo americano, chamada de “Intentona Comunista”, que fracassou e seus líderes foram perseguidos e presos.

Essa tentativa de golpe “assustou mais ainda os conservadores e o governo em geral, que se aproveita da sublevação mal articulada para anunciar o perigo do comunismo

⁹⁹ **A ORDEM**. Rio de Janeiro. 19 de agosto de 1932, p. 12.

¹⁰⁰ CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. Católicos e Liberais. 4. ed. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1988, p. 182. (Coleção Educação Contemporânea).

e a necessidade de repressão¹⁰¹”. A Intentona Comunista iria fornecer argumentos para que o governo caminhe em direção ao estabelecimento de um Estado forte e centralizado nos moldes apregoado pelos integralistas.

O temor às idéias comunistas foi incentivado não apenas pelo governo, mas também pela Igreja assim como por elementos conservadores e liberais que se opunham a qualquer forma de totalitarismo.

O golpe varguista foi rápido e fulminante, não encontrando barreiras nem oposição: estava instituído no Brasil o Estado Novo, “regime que não é original, pois em consonância com a voga direitista¹⁰²”, que assolava vários países europeus. Se os comunistas foram duramente perseguidos durante a vigência do Estado Novo, o mesmo não se pode dizer dos integralistas, vistos como eventuais aliados e parceiros. Somente a partir de 1938, quando da tentativa do golpe integralista é que esse grupo passa a ser perseguido e seus líderes presos ou deportados.

O regime implantado em 1937, em que pese sua guinada direitista, não estava baseado em nenhum partido oficialmente constituído, pois Vargas “não organizou nenhum movimento político para nele basear seu regime autocrático”¹⁰³. A censura, representada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda e Divisão de Rádio encarregaria na defesa do regime, reprimindo quaisquer manifestação considerada contrária ao Estado. As perseguições políticas acentuaram-se, sendo que a ditadura não poupou os “pioneiros” do manifesto de 1932 que a ela não se submeteram, como foi o caso de Anísio Teixeira que afastou-se completamente das atividades públicas durante o Estado Novo.

A Constituição de 1934 foi abolida e em seu lugar passou a vigorar a Carta de 10 de novembro de 1937, sendo que esta nunca foi submetida à consulta popular, pois o Congresso foi fechado e os partidos políticos suprimidos. A invocação a Deus no preâmbulo da nova carta é retirado, retornando ao laicismo do Estado. Todas as emendas católicas de Carta de 1934 são retiradas, com exceção ao ensino religioso, que é mantido, mas com alcance diminuído.

¹⁰¹ IGLÉSIAS, Francisco. **Trajectoria política do Brasil: 1500-1964**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 243.

¹⁰² IGLÉSIAS, Francisco. **Trajectoria política do Brasil: 1500-1964**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 243.

¹⁰³ SKIDMORE, Thomas. E. **Brasil: De Getúlio a Castelo (1930-1964)**. São Paulo: Paz e Terra, 1975, p. 53.

CAPÍTULO III - UBERABA: ORIGENS HISTÓRICAS

As origens históricas de Uberaba remontam aos princípios do século XIX quando grupos de aventureiros provenientes do Julgado do Desemboque estabeleceram-se nas proximidades do Córrego Lajeado sendo que a atividade agro-pastoril foi a principal atividade desses grupos. Essa vasta região era denominada de Sertão da Farinha Podre, pois desde a metade do século XVIII, grupos de aventureiros da Capitania de S.Paulo atravessavam essa região com destino às minas de ouro de Goyaz. Os primeiros registros da presença dos brancos no Sertão da Farinha Podre se devem ao naturalista Auguste de Saint Hilaire, que em 1819 de passagem pela região descreve seus habitantes assim como seus hábitos.

O arraial é composto de umas trinta casas espalhadas nas duas margens do riacho e todas sem exceção haviam sido construídas recentemente, sendo que algumas estavam inacabadas, quando ali passei. Muitas delas eram espaçosas pelos padrões da região e feitas com esmero¹⁰⁴.

Na década de 1820, inicia-se um princípio de urbanização do local, com a abertura das primeiras ruas e em 22 de fevereiro de 1836 a Lei Mineira de nº 28 conferiu ao local as prerrogativas de vila, com o nome de Vila de Santo Antonio de Uberaba.

3.1 A Formação Econômica de Uberaba no Século XIX

A topografia da região de Uberaba irá favorecer de forma decisiva a implantação da atividade pastoril e à atividade de subsistência. Possuindo vastos campos, suas propriedades eram verdadeiros latifúndios cujas raízes estavam nas sesmarias, exploradas muitas vezes por apenas uma família. É nesse contexto de isolamento geográfico que a região de Uberaba irá assistir o predomínio da atividade pastoril em detrimento da produção agrícola. O gado era vendido no Rio de Janeiro através da Cidade de Formiga que vinham compra-lo, percorrendo grandes distâncias. Saint-Hilaire comenta a respeito: “Apesar das terras da Farinha Podre serem também favoráveis a cultura do milho, da cana de açúcar, do feijão e do algodão, só este último, entretanto, era comercializado, pois o

¹⁰⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Goyas**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975, p. 150.

Arraial fica distante dos grandes centros e do mar¹⁰⁵”. O mesmo Saint-Hilaire registra a criação de gado em grandes proporções nos limites da atual Uberaba:

As pastagens nas cercanias de Farinha Podre são tão boas que, apesar da prolongada seca que ainda se fazia sentir quando passei por lá, os campos queimados estavam cobertos por um espesso tapete verde viçoso [...] a criação de ovelhas, de porcos e principalmente de bois constituiu sua principal ocupação, sendo que vários deles já possuem de 500 até 1000 cabeças¹⁰⁶.

A produção de cereais era baixa, pois “não encontravam condições de escoamento e a maior parte era consumida nos limites das próprias fazendas ou dentro das fronteiras da região¹⁰⁷”.

Entretanto, as transformações ocorridas na economia brasileira, principalmente após a segunda metade do século XIX também atingiriam Uberaba, sendo que em 1889 era inaugurada a estação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação. Com a chegada da Mogiana em Uberaba, o capitalismo brasileiro que era baseado nos produtos agrários destinados à exportação ligaria essa vasta região aos centros urbanos relativamente desenvolvidos, principalmente com a Província de S.Paulo. Os trilhos da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro tinham origens em Campinas, acompanharam as lavouras de café, Casa Branca, Ribeirão Preto e Franca-, transpôs o Rio Grande atingindo Uberaba em 23 de Abril de 1889. Uberaba não possuía grandes lavouras cafeeiras, mas já era um centro urbano relativamente desenvolvido, justificando, portanto os grandes investimentos ferroviários nessa época.

A presença dos trens da Companhia Mogiana em Uberaba iriam provocar mudanças significativas na economia local, pois essa forma de transporte além de baratear os fretes, transportavam maior quantidade de cargas, que chegavam ao destino final preservadas das intempéries.

No final do século XIX, Uberaba já estava integrada à ordem capitalista, sendo que o estabelecimento do Banco Mineiro e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais seriam marcos decisivos para a consolidação do mesmo.

¹⁰⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Goyas**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975, p. 151.

¹⁰⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Goyas**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975, p. 151.

¹⁰⁷ REZENDE, Eliane Mendonça Marquês de. **Uberaba**. Uma trajetória sócio-econômica (1811-1910) Uberaba: Arquivo Público, 1991, p. 29.

Também no século XIX teve início um princípio de industrialização com a inauguração da Fábrica de Tecidos Cassu, uma fábrica de chapéus, três fábricas de queijos, fábrica de vinhos e cerâmica.

Por outro lado, a pecuária extensiva também conheceu um grande desenvolvimento e modernização que se processava em Uberaba o que iria contribuir ainda mais para que a cidade fosse ponto de referência na criação de animais da raça zebuína. Em suma: o final do século XIX representou para Uberaba uma virada radical, pois além de um princípio de industrialização, assim como a existência de um comércio com certa expressão, a cidade assistiria o surgimento de suas primeiras escolas e estabelecimentos de ensino.

3.2 A Educação em Uberaba – Séculos XIX e XX

Já em meados do século XIX, 1854, foi fundado o primeiro colégio de Uberaba pelo médico Dr. Fernando Vaz de Melo e que ficou conhecido como “Colégio Cuiabá”, porque se instalou na praça do mesmo nome, onde é hoje o Colégio Marista Diocesano. Inicialmente, como curso primário e três anos após sua fundação, teve início o curso secundário¹⁰⁸. Funcionou por quase quatro anos.

COLÉGIO DES GENETTES

Fundado pelo Dr. Henrique Raimundo Dês Genetes, em 1859 funcionou até 1861, em prédio localizado na Rua Direita, em um sobrado que, ficaria conhecido como “Sobrado do Juca Severino”.

O PRIMEIRO LICEU DE UBERABA

O primeiro Liceu de Uberaba foi fundado em 1877 pelo professor franco, Dr. César Ribeiro. Estava localizado à Rua do Imperador (atual Governador Valadares) e seu corpo docente compunha-se dos professores César Ribeiro, Gaspar da Silva, Misael de Abreu Lima Pereira Coutinho, Antonio Silvério Pereira e o monge capuchinho Frei Germano d’ Annecy. Também esse colégio teve vida curta, pois seu diretor “envolvido em intrigas políticas, em dezembro de 1879, regressou à Franca, onde reabriria seu colégio¹⁰⁹”.

O COLÉGIO PIEDADE

Sua existência foi curta (1878-1882) e foi criado pelo coronel Joaquim Antonio Gomes da Silva.

¹⁰⁸ MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1974, p. 104.

¹⁰⁹ MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1974, p. 105.

Esse colégio contava com mais de oitenta alunos e teve como professores Joaquim Antonio Gomes, Joaquim Dias Soares, Frei Paulino de Fugano, Antonio Silvério Pereira, Major Joaquim José de Oliveira Pena, Alexandre José dos Santos e Antonio Carlos de Araújo¹¹⁰.

O SEGUNDO LICEU UBERABENSE

Foi criado em setembro de 1881 e por dez anos manteve os cursos primário e secundário. Seu corpo docente “era composto pelos professores Antonio Silvério Pereira, Alexandre José dos Santos, frei Germano d’ Annency, Ilídio Salatiel dos Santos, Dr. João José Frederico Ludovice, Joaquim Dias Soares e Luis Ribeiro Borges¹¹¹”.

O COLÉGIO UBERABENSE

Foi criado em julho de 1889 pelo professor Paulo Frederico Barthes, e ocupou as antigas instalações do Liceu Uberabense de César Ribeiro. Seus alunos eram “preparados para matrícula nos cursos superiores e a fama de excelência propagou-se por toda região¹¹²”. Nos últimos anos de sua existência, foi dirigido pelo professor Dr. Augusto Ferreira Reis que construiu um vasto prédio no Alto das Mercês onde mais tarde seria erguido o Colégio Diocesano. Em 1896, Uberaba desliga-se do Bispado de Goiás e D. Eduardo Duarte Silva, “o primeiro bispo de Uberaba adquiriu o prédio pela importância de 12000\$00 contos de rei para nele instalar o Seminário Episcopal¹¹³”.

O COLÉGIO DIOCESANO

Com a instalação do bispado em Uberaba a partir de 1896, a influência da Igreja na Educação local passa a ser preponderante, pois além do Colégio Diocesano é também criado o Colégio Nossa Senhora das Dores em 15 de junho de 1885, por D. Cláudio José Ponce de Leão, Bispo de Goiás. Em relação ao Colégio Diocesano, “seu primeiro reitor foi o Irmão Gondulfo, que acompanhado por vários professores deram início aos trabalhos educacionais na cidade¹¹⁴”.

O Colégio Diocesano de Uberaba iniciou suas atividades em 1903 e como Uberaba era um centro urbano relativamente próspero, esse colégio passou a atender uma vasta região, não somente de outras cidades do Triângulo Mineiro, mas também alunos vindos

¹¹⁰ MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1974, p. 106.

¹¹¹ MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1974, p. 106.

¹¹² MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1974, p. 106.

¹¹³ MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1974, p. 107.

¹¹⁴ MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1974, p. 107.

de Goiás, Mato Grosso e da região norte-nordeste do Estado de S.Paulo. Nos seus primeiros anos de existência, o Colégio Marista de Uberaba teve seus cursos ampliados e em 14 de junho de 1906, através do Decreto Federal de nº6.062 foi equiparado ao Colégio D.Pedro II.

O COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES

Esse colégio foi fundado por D.Cláudio José Ponce de Leão em 15 de junho de 1885. Mantido pela Ordem das Irmãs Dominicanas. Com a educação voltada primordialmente para o sexo feminino, a escola oferecia os cursos primário e secundário, o curso normal, aulas de pintura, canto, música e piano. “Em 1905, foi equiparado às Escolas Normais do Estado de Minas¹¹⁵”.

COLÉGIO MARIA ISABEL

Teve vida efêmera, pois foi criado em 1899 e “fechou suas portas após seis anos¹¹⁶”. Seu criador foi Joaquim Antonio Pinto da Fonseca e manteve durante esse breve período o ensino primário e secundário.

O SEMINÁRIO EPISCOPAL

Essa escola iniciou-se suas atividades na antiga capital de Goiás, - Goiás-Velho e, em 1896 instalou-se no prédio do Colégio Uberabense. Seu primeiro reitor foi o Cônego Hipólito Costa, que em 1897 entregou aos dominicanos a direção desse Seminário, “que por motivos não esclarecidos encerrou suas atividades em 1899¹¹⁷”, e em seu lugar, abriu-se um “externato” dirigido pelo padre Celidônio Mateus de S.José. Essa escola fecharia suas portas definitivamente em 1902.

O INSTITUTO DE ZOOTECCIA

A lei nº 41, de 3 de agosto de 1894, aprovada pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, autorizava o engenheiro João Pandiá Calógeras a construir o Instituto Zootécnico em Uberaba, primeira escola de ensino superior da cidade. Em janeiro de 1895 realizaram-se na Escola Normal, as provas de habilitação para as matrículas no Instituto, “às quais se submeteram diversos candidatos, sendo aprovados 14¹¹⁸”. Inaugurado em 15 de agosto de 1896, o Instituto formou uma única turma de engenheiros agrônomos, pois no final de 1898 o então governador de Minas Gerais, Silviano Brandão com um simples telegrama o

¹¹⁵ MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1974, p. 107.

¹¹⁶ MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1974, p. 107.

¹¹⁷ MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1974, p. 109.

¹¹⁸ MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1974, p. 109.

suprimiu. Esse ato do governo de Minas foi a reação contra o ‘Partido da Lavoura’ que aqui se criou para combater o imposto territorial, que irritava os pecuaristas da região¹¹⁹’.

A ESCOLA NORMAL DE UBERABA

Foi criada pela “Lei Mineira nº2.783 de 22 de setembro de 1881 e instalada a 12 de julho do ano seguinte, sob a direção do Major Joaquim José de Oliveira Pena, que na época era senador do Império. Essa escola teve curta duração, pois em 1885, fecharia suas portas¹²⁰”.

O COLÉGIO SANTA FILOMENA

Em janeiro de 1899,

a professora Salvina Barra Pontes criava o Colégio Santa Filomena, escola de instrução primária, destinada aos meninos e às meninas. Em 1923, passou a oferecer a instrução secundária também destinada aos dois sexos. Esse estabelecimento de ensino seguia as normas e programas da Escola Normal de Belo Horizonte sendo que em 1924 encerrou suas atividades em Uberaba, abrindo no ano seguinte em Araxá¹²¹.

Em 1924, um grupo de pastores protestantes tentam abrir uma filial do Colégio Grambery em Uberaba. A reação do Jornal Correio Catholico foi imediata, pois na edição de nº10 de 22/06/1924 a manchete já denunciava:

*Não se Illudam! Não é sem motivo que o Direito Canônico estabelece: ‘pena de excomunhão’ para os Paes e aquelles que suas vezes fazem si mandar educar e instruir seus filhos em colégios anti-catholicos. O Grambery é anti-catholico!*¹²².

Diante da reação da elite local, a direção do Colégio Grambery desiste dessa empreitada, preferindo abrir suas portas na cidade goiana de Ipamery.

O primeiro grupo escolar de Uberaba, foi criado pelo decreto estadual nº 2.589 de julho de 1909 e inaugurado em doze de outubro do mesmo ano, com o nome de Grupo Escolar Brasil, cuja orientação pedagógica estava de acordo com os princípios republicanos.

A Diocese uberabense também demonstrou preocupação com o ensino, seja de primeiro ou segundo graus, pois o bispo D. Eduardo Duarte e Silva, “abriria escolas para

¹¹⁹ MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1974, p. 111.

¹²⁰ MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1974, p. 118.

¹²¹ MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1974, p. 118.

¹²² Não se illudam. **Correio Católico**. Uberaba, n. 10, 22 jun. 1924, p. 1.

diversos meninos e meninas, e por meio de Circular de 31 de julho de 1910, recomendou ao reverendíssimo clero diocesano a criação de escolas paroquiais¹²³”.

A IMPRENSA UBERABENSE: SÉCULOS XIX E XX

Desde o final do século XIX, Uberaba já possuía jornais periódicos. Foi o caso do jornal Paranaíba, fundado em 1874 pelo médico francês Dr. Henrique Raymundo Dês Genettes no dia primeiro de outubro desse mesmo ano. Esse jornal era publicado uma vez por semana e teve curta duração: apenas três edições, cada uma com duzentos exemplares. Em 1876, é criado outro jornal, *Echo do Sertão*, dirigido por José Augusto de Paiva Teixeira, que também foi de curta duração: circulou entre fevereiro e março desse mesmo ano.

Em março de 1876, passam a circular, *O Beija-Flor*, *A Gazeta de Uberaba*, *O Uberabense* e *O Relâmpago*, impressos na tipografia do Dr. Dês Genettes. Entretanto, esses periódicos “também tiveram vida curta, não alcançaram o século XX¹²⁴”.

Em 30 de maio de 1880, é fundado o *Correio Uberabense*, semanário político de inspiração republicana, que por muito tempo travou luta ferrenha com o *Gazeta de Uberaba*, “representante local do Partido Conservador¹²⁵”.

Outro jornal de inspiração republicana foi *O Tiradentes*, que também teve vida efêmera: apenas um ano e meio.

Entre 1890 a 1945, foram fundados em Uberaba, aproximadamente 130 periódicos, que na maioria das vezes eram ligados aos partidos políticos ou às associações de classe. A maioria desses periódicos circulava apenas dentro dos limites do município, sendo poucos os que extrapolavam para outras regiões.

Em primeiro de maio de 1897 o grupo espírita Cristo, Deus e Caridade cria o jornal *Arrebol*, que mereceu o seguinte comentário do jornal *Cidade de Uberaba*:

e assim se vae formando essa bella conquista da república – a liberdade de consciência. Temos na imprensa local uma folha imparcial, uma literária, uma republicana, uma catholica, agora uma espírita e anuncia-se para breve um periódico protestante¹²⁶.

No dia dez de outubro de 1897 foi fundado pelos padres dominicanos o jornal *Correio Católico* em substituição ao *Jornal de Uberaba*, sendo que no início de suas

¹²³ MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1974, p. 111.

¹²⁴ MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1974, p.118.

¹²⁵ MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1974, p. 118.

¹²⁶ **JORNAL CIDADE DE UBERABA**, n. 5, 01 mai. 1897, p. 1.

atividades suas edições eram dominicais e na primeira página estava o lema que o nortearia por várias décadas: *“Jesus Christo deve reinar – venha a nos o vosso Reino¹²⁷”*. Por motivos econômicos, em 1911 o Correio Católico não será mais imprimido ressurgindo somente em abril de 1924 com o lema *“órgão defensor dos interesses da sociedade e da família¹²⁸”* e em 1925 passou a ser o porta-voz da Diocese de Uberaba. Para seus editores, o Correio Catholico se *“colloca na vanguarda do exército poderoso, que tem como bandeira a Cruz de Christo, para dar o toque de avanço em todas as luctas em que tiver de se empenhar o catholicismo contra os inimigos da fé¹²⁹”*.

O que distinguiria o Correio Catholico dos demais jornais de Uberaba, era a defesa intransigente da educação religiosa sendo que para seus editores, a *“educação leiga era a fonte de todo o mal¹³⁰”*. O ressurgimento do Correio Catholico é o reflexo das conturbadas décadas de 10 e 20, períodos de grande efervescência política e cultural, quando por todo o país surgem boletins, jornais e revistas com preocupações educacionais, tanto na defesa da educação leiga, assim como na defesa da educação religiosa e no combate ao agnosticismo republicano. O crescimento da imprensa pedagógica nessas décadas está inserido na transformação do papel da literatura educacional, que para Nagle

foi um importante instrumento de sustentação das freqüentes discussões que se faziam, da mesma forma que desempenhou o papel de transmissora e de das novas modalidades de percepção da problemática educacional, principalmente do modelo escolanovista¹³¹.

Nesse período a Igreja irá lutar para garantir sua hegemonia e por meio do movimento denominado Restauração Católica, as lideranças católicas por meio da imprensa periódica terá uma presença atuante na sociedade, sendo que o episcopado irá desenvolver uma luta sem tréguas para esse fim. É nessa fase da história que a defesa ou a crítica dos modelos educacionais passa a ser um campo de lutas e acirramento de posições e nesse caso a imprensa terá um papel fundamental.

Entre 1930 a 1945, o jornal Correio Católico será a arma poderosa da diocese de Uberaba na tentativa de barrar o avanço do ensino leigo nas escolas brasileiras e para isso um grupo de articulistas ligados diretamente ao clero local, estarão na linha de frente tecendo críticas e mostrando o que julgavam certo e errado na educação. Os artigos do Correio Católico sobre a defesa da educação religiosa, assim como nas críticas sobre o

¹²⁷ CORREIO CATHOLICO, n. 1, 10 out. 1897.

¹²⁸ CORREIO CATHOLICO, Nova Fase, n. 1, 24 abr. 1924.

¹²⁹ CORREIO CATHOLICO, n. 373, 27 jun. 1931, p. 3.

¹³⁰ CORREIO CATHOLICO, n. 373, 27 jun. 1931, p. 3.

¹³¹ NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República**. São Paulo: EPE/EDUSP, 1974, p. 271.

ensino laico, em sua maioria ácidas, vão ao encontro da chamada Restauração Católica, movimento iniciado na década de vinte e que tinha como líder D. Sebastião Leme, cardeal do Rio de Janeiro, que juntamente com um grupo de intelectuais serão o espelho do conservadorismo católico. Os artigos do Correio Católico refletiam diretamente essa posição, pois eram uma tentativa de marcarem “uma presença mais efetiva da Igreja, objetivando criar uma sociedade que respeite os valores tradicionais do Catolicismo¹³²”.

Para que suas posições sobre educação sejam ouvidas, os articulistas do Correio Católico irão centrar seus artigos sobre as vantagens do conservadorismo, a família solidamente constituída, a ordem na sociedade e o respeito à autoridade. Esses articulistas reivindicam os direitos ao ensino da religião católica nas escolas oficiais, criticam fortemente a República, considerando-a fonte de todo mal. Esse grupo enxergava na modernidade as mazelas da sociedade e propunham uma sociedade preferencialmente agrária e rural, onde os valores perdidos seriam resgatados. O temor à educação leiga era uma constante nos artigos dos colaboradores do Correio Católico sendo que na edição de nº348 de 27-12-1930 o articulista Salomão Ferraz em artigo intitulado

A religião dos brasileiros reclama a sua oficialização nos cursos de estudo da nossa Pátria. Esse articulista afirmava a ‘necessidade do ensino religioso em todas as escolas brasileiras, desde a mais humilde, localizada em uma aldeia até a mais portentosa universidade do Brasil’. Advertia o mesmo articulista: *‘o governo não errará se assim proceder e daqui alguns anos, veremos os bons resultados dessa política educacional’¹³³.*

Em abril de 1931, o então ministro da Educação Francisco Campos, com a colaboração do padre Leonel Franca decreta a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas, mesmo sendo este fora do horário normal de aulas, e esse fato não passará despercebido pelos articulistas do Correio Católico, pois na edição de 9-5-1931, estava estampado em sua primeira página: *“Ensino Religioso nos Estabelecimentos de Instrução Pública no Paiz¹³⁴”*, assinado por diversos articulistas, o ponto central desse artigo era a defesa da Igreja assim como pesadas críticas ao liberalismo e ao protestantismo. Esse decreto do ministro Francisco Campos foi comentado como sendo:

Damos essa peça notável cujo valor histórico neste período de transformações não é preciso enaltecer para que todos o sintam e compreendam e se rejubilem com a reintegração do ensino religioso

¹³² AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil: (1920-1930). **Revista Síntese**, Nova Fase, n. 10, vol. IV, mai-ago, 1977.

¹³³ A religião dos brasileiros reclama sua oficialização nos cursos de estudo da nossa Pátria. **CORREIO CATHOLICO**, Uberaba, n. 348, 27 dez. 1930, p. 1.

¹³⁴ Ensino religioso nos estabelecimentos de instrução pública no paiz. **CORREIO CATHOLICO**, Uberaba, n. 365, 09 mai. 1931, p. 1.

*nas escolas de um paiz catholico como o nosso*¹³⁵ continuavam os articulistas: *o berreiro do laicismo espumante e do livre pensamento escochante de mãos dadas com a dissolução protestante propagada especialmente hoje pela exploração norte-americana é precisamente um energumismo dannado, um despeito e um terror da concorrência, nada mais os protestantes e outras seitas, por exemplo, o que deviam fazer, dentro de uma boa coherencia de fé, era pedirem para si o privilégio, não o fazem naturalmente porque o seu sectarismo não chegou a ponto de não compreenderem a risibilidade da proposta em um paiz catholico*¹³⁶.

Diante do decreto sobre a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas e por conseqüência fazendo demonstração de força e mobilização, o Jornal Correio Católico estamparia em suas páginas, por aproximadamente sete edições cópias de telegramas, cujos remetentes eram figuras ligadas ao clero uberabense endereçados ao então ministro Francisco Campos e por extensão ao presidente Getúlio Vargas onde o apoio praticamente incondicional à nova medida era a tônica dos mesmos. O primeiro telegrama enviado ao ministro Francisco Campos data de 16-5-1931 ficou estampado na edição de nº 367 de 12-05-1931, sendo que para esse remetente,

*o sr. Francisco Campos, assim como o sr. Getúlio Vargas são pessoas de grande clarividência e o grupo de arruaceiros, que protestam, vociferam, gritam desatinadamente contra o decreto do ensino religioso, devem cerrar fileiras e fazer valer também a sua voz*¹³⁷.

Nessa mesma edição, o bispo de Uberaba, D. Alexandre Gonçalves felicita

*o dr. Francisco Campos, pois o decreto sobre o ensino religioso dará maior garantia ao verdadeiro patriotismo e moralidade pública e por isso é uma preciosa conquista dos direitos de consciência catholica num paiz catholico e que no catholicismo encontra única solução eficiente para os problemas moraes base de sua prosperidade*¹³⁸.

A resposta ao telegrama do bispo uberabense chegaria em 16-05-1931 assinado nada mais nada menos pelo então ministro Francisco Campos. Escrevia o ministro:

*quero reafirmar-lhe meus propósitos, continuar pugnando projeção, no plano realidade brasileira claros elevados imperativos Igreja Catholica, cujas linhas estruturales devem indicar as direções civilização*¹³⁹.

¹³⁵ Ensino religioso nos estabelecimentos de instrução pública no paiz. **CORREIO CATHOLICO**, Uberaba, n. 365, 09 mai. 1931, p. 1.

¹³⁶ Ensino religioso nos estabelecimentos de instrução pública no paiz. **CORREIO CATHOLICO**, Uberaba, n. 365, 09 mai. 1931, p. 1.

¹³⁷ O que precisamos. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 362, 12 mai. 1931, p. 1.

¹³⁸ O que precisamos. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 362, 12 mai. 1931, p. 1.

¹³⁹ **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 363, 16 mai. 1931.

Dirigido especialmente ao presidente Getúlio Vargas, no dia 06-06-1931, a Confraria do Rosário de Uberaba a Ordem Terceira Dominicana, o corpo docente e discente do Colégio N.S. das Dores assim como os escoteiros da cidade “*applaudem calorosamente gesto magnífico do Governo Provisório decretando ensino religioso escolas pedindo manutenção integral dispositivos mesmo decreto*¹⁴⁰”. No dia 06-06-1931 edição de nº 370 p. 01, o Correio Católico estampava o seguinte artigo, assinado por D.Alexandre Gonçalves:

*O Decreto Sobre o Ensino Religioso Nas Escolas – Protestos, Pretextos e Protestantismo”, não obstante ser a religião catholica a da maioria, quase totalmente dos brasileiros, tendo como adversários apenas alguns milheiros de elementos heterogêneos- livres pensadores, impios systemáticos, acadêmicos philosophantes, encyclopédicos sediços da Revolução Francesa e concomitante caterva de hereges protestantes e de uma leva de ministros protestantes norte-americanos sustentados pelos dollar a bom câmbio dos quaes o fim sobrenatural nunca foi a salvação da alma de ninguém e sim americanamente falando a DESNACIONALIZAÇÃO do Brasi, que mais querem estes, impagáveis pensadores, liberalismos encyclopedicos puritanissimos o que querem é a destruição da Igreja Catholica entre nosso povo*¹⁴¹.

Na edição de 13-06-1931 de nº 371, o artigo assinado pelo médico João Teixeira Alvarez estampava a seguinte manchete: “*O Decreto que Queremos*”, “[...] *a Igreja Catholica Romana por ser a religião da elite do mundo além de ser a única verdadeira, seus dogmas devem ser ministrados nas escholas do Brazil e aos outros credos não será permitido o acesso nos estabelecimentos de ensino, sejam oficiais ou não*¹⁴²”. Na mesma edição, esse articulista iniciava outro artigo com a seguinte comparação:

*‘O Sr. Francisco Campos e Mussolini’ [...] dizem que o sr. Francisco Campos pretende bancar o Mussolini neste Brazil, pouvera Deus, pois não dividamos que o illustre estadista possua cabeça igual ao do Dulce, mas falta o melhor: falta-lhe braço. O mesmo braço de ferro com que Mussolini quando governo, foi mandar collocar nas escholas da toda a Itália a imagem do Christo e ordenar o ensino do cathecismo caholico, com a esclusão de outras crenças. Porque não imitou o Sr. Francisco Campos a coragem e a audácia e a clarividência do estadista italiano e vem nos dar um decreto irrisório incompatível com nossa dignidade? O sr. Franciscio Campos com o seu decreto conciliatório accendeu uma vela para Deus e outra para o diabo: quis praticar o bem permitindo o ensino da religião catholica nas escholas, mas teve receio das seitas impias, dos livres pensadores e concedeu que as mesmas seitas se aproveitassem do mesmo decreto*¹⁴³.

¹⁴⁰ Telegrama ao Sr. Getúlio Vargas. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 370, 06 jun. 1931.

¹⁴¹ O decreto sobre o ensino religioso nas escolas – protestos, pretextos e protestantismo. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 370, 06 jun. 1931, p.1.

¹⁴² O decreto que queremos. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 371, 13 jun. 1931, p. 1.

¹⁴³ O senhor Francisco Campos e Mussolini. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 371, 13 jun. 1931, p. 1.

O Correio Católico do dia 09-01-1932 nº400, p. 1 noticiaria que em S.Paulo, o interventor, Coronel Manuel Rabello

usando de suas atribuições que lhe confere do decreto federal nº 398, de 11 de novembro de 1930, art. II facultava o ensino religioso nas escolas paulistas, sendo que esse ato é 'obra do radicalismo sectário, dando ganho de causa aos inimigos da Igreja, que são o protestantismo, a maçonaria, o espiritismo e o laicismo, este fruto de uma revolução sanguinária que varreu a França no século XVIII'. A Escola Nova não foi esquecida, "pois esta violação é tanto mais flagrante quando se considera que os partidários do laicismo escolar afirmam que a escola moderna deve preparar seus alunos para a vida prática, pelo conhecimento de tudo que lhes seja necessário saber, mas esquecem que há uma ciência primária, uma ciência dos últimos fins, o conhecimento dos destinos do homem- a ciência da religião cristã"¹⁴⁴.

Esse artigo terminava com uma clara advertência:

Por isso não aceitaremos seu decreto irrisório, no qual V. Excelência não teve a coragem de mencionar uma só vez o nome da Sagrada Religião Catholica de seu venerando pae e de sua veneranda mãe, ficaremos sem o ensino religioso nas escolhas, mas aguardaremos o dia da Redempção que talvez não esteja longe.¹⁴⁵

A Constituinte de 1934 irá mobilizar praticamente todos os setores da sociedade e o Correio Católico não permaneceria neutro, pois na edição de 30 de setembro de 1934, nº 486, p. 1, estampava o seguinte título “A NOVA REPÚBLICA É POSITIVISTA”. Nesse artigo, assinado por redatores diversos explicitava o temor de uma República atéia, onde a criminalidade infantil seria reflexos de uma escola agnóstica

[...] o ateísmo ameaça estender suas asas negras sobre a gloriosa terra de Santa Cruz. Quase meio século de confusão, de discórdia, de ignomia praticados em nome da Ordem e do Progresso. A tal ponto chegaram os desmandos administrativos da República Velha, que foi preciso demoli-la com a revolução de 30. E que regimem foi esse? Foi o regimem da república positivista, da república athea, da república fundada sobre o laicismo mentiroso e enganador, as escolhas sem Deus, onde as crianças estão sujeitas a toda sorte de infortúnios tornando-as no futuro criminosos de primeira ordem¹⁴⁶.

A Constituição de 1934 promulgada em 16 de julho desse mesmo ano atenderia as reivindicações da Igreja, pois em seu preâmbulo estava explicitada a proteção e confiança em Deus e no artigo 153, o ensino religioso teria frequência facultativa, ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa dos alunos manifestada pelos pais ou

¹⁴⁴ O caso do ensino religioso em São Paulo. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 400, 09 jan. 1932, p. 1.

¹⁴⁵ O caso do ensino religioso em São Paulo. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 400, 09 jan. 1932, p. 1.

¹⁴⁶ A nova República é positivista. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 486, 30 set. 1934, p. 1.

responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas, primárias, secundárias, profissionais e normais.

A década de trinta iria modificar o perfil da sociedade brasileira, pois a recessão de 1929, e a brutal queda nas exportações de café acabaria desenhando uma nova política econômica que baseada num princípio de industrialização provocaria um êxodo rural sem precedentes em nossa história e os reflexos dessa mudança seriam sentidos em toda a sociedade, pois já era possível notar nas maiores cidades a presença das idéias socialistas, a chegada de novas crenças, principalmente o protestantismo e isso exigiria das famílias uma vigilância maior, sendo que nesse caso, o ambiente escolar seria resguardado dessas nefastas influências.

Nesse caso a Igreja era vista como o baluarte da fé e da boa educação e como forma de assegurar sua presença nas escolas, o Correio Católico edição do dia 09-05-1935 nº 521 reproduz uma entrevista dada pelo ministro da Educação Francisco Campos no jornal carioca A Noite, onde o sr. Campos deixaria claro que

certamente a educação moral e cívica pode concorrer para a formação e o esclarecimento da consciência nacional. Mas quaes os fundamentos dessa educação moral, no meio da anarchia das doutrinas contemporâneas e na desorientação geral das intelligencias, se pontos de mira ou de referencia por que orientar-se ou dirigir-se? Só a religião pode offerecer ao espírito ponto de apoio e motivos e quadros de acção moral regulada e efficiente. A educação moral resulta da cultura dos sentimentos de veneração, de admiração, de entusiasmo, de reconhecimento e de temor que só a religião que está na raiz do espírito, pode alimentar, nutrir e aprimorar. O de que precisamos se precisamos é de educação moral, como não se contesta, é da educação religiosa¹⁴⁷.

Na edição de nº 564, de 14-06-1935 p.1 o alvo serão os colégios oficiais sendo que nesse caso, tais colégios são “*verdadeiros antros de atheismo*”, onde pululam “*toda espécie de heresias, tanto antigas como as modernas*”¹⁴⁸. A Constituição de 1934 estabeleceu, na alínea *a* do Art.150, que à União competiria “fixar o plano nacional de educação e para dar cumprimento a essa determinação, a Lei nº 174 de 6 janeiro de 1936, reorganizou o Conselho Nacional de Educação, sua função seria a de agir como órgão junto ao Poder Executivo no preparo de anteprojetos de lei, assim como elaborar o Plano Nacional de Educação, para ser aprovado pelo Poder Legislativo. O Ministério da Educação tomava providências, que através de um inquérito em forma de questionário colaborariam Lourenço Filho, Paulo de Assis Ribeiro, Júlio de Mesquita e outros. Entre as

¹⁴⁷ A educação vista pelo Sr. Francisco Campos. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 521, 09 mai.1935, p.1.

¹⁴⁸ Antros de atheismo. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 564, 14 jun. 1935, p. 1.

perguntas vale destacar duas que figuravam no Capítulo I: Como se deve entender a educação ministrada pela família? Em que limites deve ser a educação ministrada pelos poderes públicos? Demonstrado que a luta da Igreja pelo monopólio da educação não havia terminado, *Correio Católico* na edição de nº 641 abril de 1936 p.1. estampava:

Igreja, Família e Educação, assinado por redatores diversos, afirmava que *'a Igreja e seus educadores são indispensáveis na educação dos jovens e o poder público nunca esteve preparado para tal função, pois é contaminado pelo vírus do laicismo odioso, fruto da discórdia e da odiada Revolução Francesa'*¹⁴⁹.

Em maio desse mesmo ano, edição de nº647, o Liberalismo era fortemente criticado, [...] *o liberalismo hipócrita da revolução pretende negar ingresso nas escolas, ao fundador do cristianismo, sinônimo de irreligião e de ódio ao catolicismo, que procura vedar a entrada do homem – Deus nos estabelecimentos de ensino público [...] o rançoso liberalismo protestará ainda baldo de argumentos sérios, apegando-se ao desmoralizado bordão, religião só no lar ou na sacristia. A escola leiga não conhece Deus prescinde de sua imagem e da doutrina. Eis a solução de continuidade na educação cristã da infância:*

*Cristo adorado no lar e na Igreja é esquecido na escola [...]. O liberalismo revolucionário bem conhece o alcance da escola leiga assim compreendida e praticada. Tais escolas, para integrar um verso de Guerra Junqueiro, são 'açougues de inocência', são focos de agnosticismo, são fábricas de cépticos e de descrentes [...] os católicos não deveriam pugnar por esse retrocesso, visto como, sob o domínio republicano, a Igreja prospera consideravelmente, mercê da liberdade que lhe outorgara [...] Enxergando no liberalismo a fonte de todo mal, e como desdobraimento, a decadência moral das instituições, os articulistas do Correio Católico criticavam a [...] República no Brasil em nome de um falso liberalismo, proscreeu o cristianismo de suas instituições [...]. Entibiou-se a crença das novas gerações e, como conseqüência, perverteram-se os costumes. Multiplicaram-se os grandes crimes e suicídios. A venalidade enxovalhada as mais altas funções. Os assaltos ao erário público sucederam-se com voltante cynismo. A preocupação do gozo material dos prazeres dos sentidos, em sua ignóbeis manifestações, empolga os espíritos'*¹⁵⁰.

A ideologia católica cerrava defesa nos princípios “onde a verdadeira realidade é o mundo sobrenatural, que torna a realidade terrena mais ordenada e feliz e nesse caso o laicismo absolutiza o primado do econômico, autonomiza o temporal e concebe o homem como autoprodução¹⁵¹”. Era a defesa cerrada da educação religiosa onde

¹⁴⁹ Igreja, família e educação. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 641, 10 abril. 1936, p. 1.

¹⁵⁰ Os males do liberalismo. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 647, 16 mai. 1936, p. 1.

¹⁵¹ CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. Católicos e Liberais. 4. ed. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1988, p. 50 (Coleção Educação Contemporânea).

[...] A escola onde, se faculta o ensino religioso é um matadouro de crentes [...] a criança perde o espírito, o sentido, a estima, o gosto, o amor à pátria, ao cristianismo. Vae-se demolindo, peça por peça, no menino, o cristão edifica-se nele o pagão, em toda sua ignominiosa integridade [...] queremos o ensino religioso nas escolas, é um direito nosso. É o reconhecimento que pleiteamos, pelo Estado (o qual não pode viver de abstrações) de uma das mais belas realidades da alma brasileira as suas crenças tradicionais¹⁵².

Os professores também não foram esquecidos, pois nesse contexto o sentido de missão a ser cumprido onde a educação religiosa seria os alicerces de nossa sociedade. Em Outubro de 1937 é realizado em Belo Horizonte o II Congresso Nacional Católico de Educação onde as teses apresentadas focalizavam predominantemente o ensino de catecismo nas escolas esse fato seria comentado pelo Correio Católico na edição de 30 de outubro do mesmo ano, onde para os articulistas

[...] mais e mais se vão convencendo os nossos homens públicos que o laicismo escolar é uma calamidade [...]. Por isso as correntes políticas mais poderosas do país, se mostram infensas aos imperativos deletérios do laicismo e favoráveis aos postulados da Igreja [...] porta-voz da razão e do patriotismo [...]. Não se diga que os homens públicos do Brasil, se deixaram escravizar pelo clericalismo. Deixaram-se escravizar, é verdade, mas foi pelo bom senso, pela lógica, pelo raciocínio, pela verdade, pelo patriotismo bem entendido¹⁵³.

Baseado nesse pressuposto, Correio Católico estampava em sua primeira página “A Missão da Professora”

[...] a ignorância em matéria religiosa é um mal profundo, corresponde à cegueira, à miséria, à morte [...] a difusão do ensino religioso é o remédio para tão grande mal. A fundação de escolas elementares que proporcionem à infância, por toda a parte com o conhecimento da leitura, etc. os princípios da nossa religião é sumamente desejável. Estudo mais completo nas aulas superiores, cursos especiais de ensino religioso será ótimo complemento da instrução primária indispensável, onde nossas professoras cumpririam sua missão com denodo e afincio¹⁵⁴.

Os articulistas e editores do Correio Católico cerravam defesa da Ação Católica nas escolas, pois na edição de 20 de janeiro de 1939 nº 833

Era dever de todos, diretores e professores, incentivarem a instalação da Ação Católica nas Escolas, sejam públicas, sejam confessionais, pois somente desse modo, as pragas do mundo moderno serão exorcizadas. [...] e o bom católico sabe que as pragas do mundo são o comunismo, o liberalismo, o protestantismo e a maçonaria¹⁵⁵.

¹⁵² A educação religiosa. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 782, 03 jan. 1937, p. 1.

¹⁵³ O catecismo nas escolas. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 805, 30 out. 1937, p. 1.

¹⁵⁴ A missão da professora. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 827, 23 out. 1938, p. 1.

¹⁵⁵ Ação católica nas escolas. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 833, 20 jan. 1939, p. 1.

O temor à educação leiga era uma constante nos artigos dos colaboradores do Correio Católico sendo que na edição de nº 842 de 14-09-1940 a articulista Maria Cacilda dos Santos em artigo intitulado “A Grande Culpa de Nossos Colégios” irá tecer longas críticas aos colégios oficiais sendo que nesse caso, tais colégios

são verdadeiros antros de ateísmo, onde pululam ‘toda espécie de heresias, tanto antigas como as modernas’. Para essa articulista e educadora, o colégio ideal ‘ofereceria aos seus alunos o Santo Evangelho, o missal como livros todos os dias, onde a Acção Catholica seria criada, amada, pregada e pedida pelo Papa e seus ministros¹⁵⁶.

Demonstrando sintonia com o mundo da época, na edição de nº845 do dia 05-10-1940, outro articulista e redator, o padre Agenor Pedroso tecia em artigo tecia o seguinte comentário:

O Governo do Marechal Petain derrubou um baluarte do anti-christianismo que é o ensino leigo na França e que o mesmo, fruto da Revolução de 1789, foi uma das causas principaes da decomposição moral e política que conduziu á catrástrophe atual¹⁵⁷.

Na mesma edição, o padre e articulista Arlindo Vieira S.J, inicia seu artigo com o seguinte título: “*A Educação Leiga é Sem Moral*”. Nesse artigo, Arlindo Vieira afirma que a “*educação leiga é educação truncada, sendo um contrasenso, pois educar não é só instruir, mas educar é caldear o caráter, é formar o coração, é robustecer a vontade¹⁵⁸*”. A moralidade e a ordem não foram esquecidas, pois o mesmo articulista indaga no final do mesmo: “*Como realizar essas obras de tanta transcendência sem a base essencial dos princípios moraes?¹⁵⁹*”.

Procurando embasar seus argumentos contra a educação laica, o Correio Católico na edição de 22/3/de 1941 de nº869 irá pedir auxilio à Ação Católica nas escolas e para isso faz referência à carta enciclica ao episcopado brasileiro, do papa Pio XI onde o sumo pontífice pedirá que

pode-se com razão afirmar que não há tempo e lugar mais propício que o collegio para dispor a juventude á Acção Católica. Isto será de grande vantagem aos mesmos collegios, pois fácil é comprehender o bem que os jovens dedicados ao apostolado exercitarão entre os seus colegas. os frutos melhores porem caberão a estes jovens eleitos¹⁶⁰.

¹⁵⁶ A grande culpa de nossos colégios. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 842, 14 set. 1940, p. 1.

¹⁵⁷ O Marechal Petain. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 845, 05 out. 1940, p. 1.

¹⁵⁸ A educação leiga é sem moral. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 845, 05 out. 1940, p. 2.

¹⁵⁹ **CORREIO CATÓLICO**, n. 845, 05 out. 1940.

¹⁶⁰ A acção catholica e o Santo Papa Pio XI. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 869, 22 mar. 1941, p. 1.

Como forma de implantar com maior facilidade a Ação Católica nas escolas, sejam elas oficiais ou confessionais, na mesma edição o padre J. Armênio Cruz indica a bibliografia ideal para que isso ocorra, afirmando,

é o livro 'Acção Catholica nas Escolas', de autoria do Irmão Celestino Augusto, editado em S.Paulo pelos irmãos Maristas, pois essa obra não se limita à theoria e à citação de Encyclicas pontificiais, pois em seu precioso conteúdo estão expressos os seguintes parâmetros; formação social dos allunos, moral, ordem, respeito aos costumes e mandamentos da Santa Igreja, obediência, amor para que o bom catholico viva sempre na presença de Deus. e para que se estabeleça o seu Reino¹⁶¹.

Na edição do dia 05-04-1941 de nº871, outro artigo cujo título era, “*Reflexões Para Nossas Professoras*”, uma educadora da Argentina, cujo nome foi omitido, afirmava:

A escola perdeu a pedagogia da alma, que lhe podemos pedir-lhe ainda?” e que os mais admiráveis heroes da nossa história nos censurariam o facto de virem suas effigies a ursupar na aula, o lugar da cruz”. Nesse mesmo artigo, o laicismo foi duramente criticado, pois para a autora, . “os educadores laicistas querem suprir com a sciencia o vácuo que deixa Deus: pobres que á sciencia dão o nada por fundamento, querem ensinar a verdade mas proscvem o fundamento della,sem o qual só o absurdo¹⁶².

O Manifesto dos Pioneiros da Educação incomodava os editores do Correio Católico, pois na edição de nº872, o artigo assinado por diversos redatores fazia referência à co-educação como sendo um mal a ser combatido por todo bom católico. Nesse artigo, de título “*A Egreja e a Educação*”, o centro da notícia era o Estado do Ceará, onde

a ajuda decidida da Acção Catholica foi fundamental para que o arcebispo de Fortaleza conseguiu junto ao governo estadual a eliminação da co-educação em todo o Estado, pois a progressista capital havia sido contaminada pelo nosso instinto de imitação de tudo quanto procede de outras paragens, sendo que nesse caso a promiscuidade está dando péssimos resultados, agravada entre nós pelo clima de natureza tropical¹⁶³.

Nesse mesmo artigo, a xenofobia aos americanos estava em explicitada, pois a

moda vinha da América e ninguém notava para as péssimas conseqüências da co-educação, já inquietando os espíritos mais sensatos da terra de Tio Sam”. Concluindo esse artigo, Correio Católico “apela aos brasileiros a observância do acontecido em Fortaleza para que seja desprezado o modelo vindo de fora, vehiculador muitas vezes de um progresso de fachada, ou de uma civilização alicerçada em bases fictícias¹⁶⁴.

¹⁶¹ Acção catholica nas escolas. **CORREIO CATÓLICO**. Uberaba, n. 869, 23 mar. 1941, p. 2.

¹⁶² Reflexões para nossas professoras. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 871, 05 abr. 1941.

¹⁶³ A igreja e a educação. **CORREIO CATHÓLICO**. Uberaba, n. 872, 12 abr. 1941, p. 1.

¹⁶⁴ A igreja e a educação. **CORREIO CATHÓLICO**. Uberaba, n. 872, 12 abr. 1941, p. 1.

A ordem e a hierarquia eram os paradigmas dos articulistas e colaboradores do Correio Católico, sendo que para os mesmos as correntes pedagógicas deveriam seguir à risca

*as normas de Pio XI e não o exemplo de um importante collegio da capital paulista onde uma professora foi demitida e com justa causa pois a mesma não seguia programas e normas educacionais baseadas na educação christã e seus allunos não seguiam horários e aprendiam quando e como queriam; eis os dogmas da escola libertária*¹⁶⁵.

Na edição do dia 14/03/1942 de nº 917, o padre José Armênio Cruz, professor de filosofia do Colégio Marista e um dos mais combativos articulistas do Correio Católico assinava um longo artigo, intitulado “*A Igreja e a Questão Social*”, onde a crítica feroz aos governos “*civis que se apropriaram através dos tempos de uma iniciativa da Igreja, que sempre foi a educação*”. Embasado na “*Divini Illius Magistri de um Pio XI, ou entre nós de um Mario Lima, no seu ‘O Bom Combate’, ninguém poderia opor resistência*”. Continuando em suas críticas, José Armênio Cruz busca na história brasileira “*o papel desempenhado pelos jesuítas na formação de nossa nacionalidade e o caráter profundamente católico do nosso povo*”. No mesmo artigo, a Intentona Comunista não foi esquecida, pois para o articulista,

*quando em 1935, fracassou o levante comunista, no qual estavam implicados muitos dos opositores hodiernos da Igreja (a polícia que o diga e as prisões que o confirmem) em discurso oficial pela estação de Moscou, não se teve dúvida de afirmar que uma das causas preponderantes do fracasso foi a grande quantidade de colégios católicos disseminados pelo Brasil*¹⁶⁶.

Em 1909, foi criado em Uberaba o Grupo Escolar Brasil, mantido pelo Estado de Minas Gerais onde o ensino religioso não estava em seu programa até a introdução da Lei Estadual de nº1092 de 1928, onde o governo de Antonio Carlos cedendo às pressões dos católicos obrigaria todas as escolas do Estado a ministrarem o mesmo. A direção do Grupo Escolar Brasil, alegando falta de espaço físico determinou em 1940, que o ensino religioso, mesmo facultativo fosse temporariamente suspenso, até que fosse concluída a ampliação do mesmo, pois sem essa medida, ficaria impossível acomodar de forma satisfatória os alunos. Essa demora na ampliação do espaço físico do Grupo Escolar Brasil iria atrair a ira dos editores do Correio Católico, pois na edição de 18/04/1942 de nº 921, o padre José Armênio Cruz em mais um artigo intitulado “*A Igreja e a Questão Social*” dispara suas

¹⁶⁵ As normas de Pio XI. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 874, 03 mai. 1941, p.1.

¹⁶⁶ A igreja e a questão social. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 917, 14 mar. 1942, p.1.

críticas à direção do Grupo Escolar Brasil, onde “a Igreja repete a vida de seu fundador causando escândalo, pois Cristo é em todos os tempos e lugares sinal de contradição. *Signum cui contradicetur, a Igreja é o escândalo dos séculos*”. Para esse articulista, se Cristo representava escândalo, a “*atitude escandalosa e coerente dos católicos uberabenses no fato referente à educação religiosa não mais ministrada, mesmo que temporariamente no Grupo Escolar Brasil era digna de nota, pois*”, não tivéssemos os nossos colégios católicos em que se formaram convicções católicas, não teríamos o grupo decidido de professoras católicas que entre a fé e as ameaças não admitiram trepidação”. Continuava o mesmo articulista

*não tivéssemos os católicos exercendo na legislação do país a proclamada e benéfica influência que de fato exercemos, não tivéssemos o ensino religioso dentro do horário escolar e não poderíamos contar com a infância católica, com que contamos*¹⁶⁷.

Firmes na defesa da educação religiosa, assim com em sua divulgação, os editores do Correio Católico não titubeavam em publicarem notícias do exterior como foi na edição do dia 06/06/1942 de nº 928, quando o “*governo boliviano tornou obrigatório o ensino da religião católica nas escolas, tanto oficiais como particulares e que esse país deveria ser o espelho dos demais em questão tão importante*¹⁶⁸”.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário que entraria em vigor a partir de 09 de abril de 1942 promovida pelo ministro Gustavo Capanema, substituiria com poucas alterações a Reforma Francisco Campos (18 de abril de 1931). Como forma de apoio à nova lei, na edição de 09/05/1942, de nº 924 o jornal Correio Católico circularia com um artigo assinado pelo padre Mesquita Pimentel com o seguinte comentário:

Está de parabéns a família católica brasileira porque a Lei Orgânica do Ensino Secundário recentemente promulgada adotou-se em relação aos estudantes do sexo feminino princípios que são exatamente os postulados pelo catolicismo brasileiro e que constituem sólidos pontos de apoio para a esperada e desejada reconstrução da família em nossa Pátria.

Como forma de apoio intrínseco à nova Lei o padre Mesquita Pimentel cita o artigo 25 da referida Lei onde está explicitado:

serão observadas, no ensino secundário as seguintes prescrições especiais: 1º) é recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina. 2º) nos estabelecimentos de ensino secundário frequentado por homens e mulheres, será a educação destas ministradas em classes exclusivamente

¹⁶⁷ A igreja e a questão social. **CORREIO CATÓLICO**. Uberaba, n. 921, 18 abr. 1942, p. 1.

¹⁶⁸ Governo boliviano tornou obrigatório o ensino da religião católica nas escolas. **CORREIO CATÓLICO** Uberaba, n. 928, 6 jun. 1942.

femininas. 4º) a orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão dentro do lar.

O artigo do padre Mesquita Pimentel seria concluído com os seguintes comentários: 1º “*que o destino normal da mulher é a organização e o governo do seu lar; e 2º) que a coeducação dos sexos em um mesmo estabelecimento de ensino é uma prática condenada por ser intelectualmente frustrânea e moralmente nociva*”¹⁶⁹.

“É Excomungado quem Põe os Filhos em Colégios Protestantes”.

Essa era a manchete do Correio Católico do dia 12/12/1942 de nº 955, assinada pelo padre José Armênio Cruz, onde em um longo artigo estava explicitada a pena da excomunhão aos pais que colocam seus filhos em colégios protestantes. Nessa matéria, o padre José Armênio Cruz alegava que

os colégios protestantes roubam a fé das almas que lhes caem nas garras e a fé é o maior dom de Deus”. Esse articulista afirmava também que os colégios protestantes eram “*simples filiais desse americanismo tão em voga em nossa terra católica tão obediente à Roma, sendo que o Código de Direito Canônico, no Cânon 1374, proíbe aos meninos católicos freqüentarem colégios acatólicos, neutros e mistos e, os pais e tutores que ainda não experimentaram o terrível castigo saibam que uma vez excomungados não poderão participar dos frutos da comunhão dos santos, assim como não receberão os demais sacramentos da Igreja.*

Finalizando esse artigo, o padre José Armênio Cruz indica aos católicos o modelo ideal a ser seguido: “*que não se mandem os filhos a colégios ou a escolas anti-católicas e que não admitam mestres, educadores, nem criados perigosos por suas doutrinas ou sua conduta*”¹⁷⁰.

Por ocasião das formaturas de colação de grau em diversos colégios de Uberaba e região, tornou-se prática comum que uma autoridade religiosa fosse o paraninfo e durante a década de quarenta, o então bispo uberabense D.Alexandre Gonçalves do Amaral que era também um dos editores do Jornal Correio Católico participaria de vários eventos desse tipo, e nessas ocasiões seus discursos eram transcritos pelo jornal e sempre nas primeiras páginas. É o que trouxe a edição de 16/01/1943 de nº 960 quando da colação de grau das normalistas do Colégio Nossa Senhora de Patrocínio onde o então bispo fulminava a Escola Nova ao escrever:

Há um engano comum na moderna pedagogia de alguns mestres precipitados em seu pragmatismo educacional quando supõem que as relações que prendem discípulos e mestres, os vínculos que ligam

¹⁶⁹ A lei orgânica do ensino secundário. **CORREIO CATÓLICO**. Uberaba, n. 924, 9 mai. 1942, p. 1.

¹⁷⁰ É excomungado quem põe os filhos em colégios protestantes. **CORREIO CATÓLICO**. Uberaba, n. 955, 12 dez. 1942, p. 1.

professores e alunos são de apenas psicológica e social, natural enfim. Nos dias de hoje assistimos o avanço do psicologismo vazio, do naturalismo materialista, de sociologismo revolucionário, de politiquismo anarquizado, com tintas de interccionismo e nem sei mais que nomes inventado.

D.Alexandre fecharia seu discurso afirmando a superioridade da Educação católica: “*a pedagogia católica exige os princípios eternos do Mestre Eterno. Não basta que o mestre apenas saiba ser mestre. É preciso que seja Mestre*¹⁷¹”.

Se na formatura das normalistas da escola N. Sra. do Patrocínio o bispo D.Alexandre criticaria de forma veemente a Escola Nova, no dia 13/02/de 1943 no Colégio S.José em Ibiá tal discurso tornou-se a repetir e desta vez de forma mais virulenta: “*é necessário neutralizar o veneno daquilo que o saudoso Pio XI chamava a ‘peste do mundo moderno-o laicismo’ o laicismo deformou gerações segundo a visão de monsenhor L.Civardi um dos autores do Manual da Acção Católica*”, prossegue D.Alexandre: “*o laicismo, filho de uma progenitora sanguinária que se chamou Revolução Francesa é neto do protestantismo racionalista*”. Não esquecendo os positivistas da República brasileira, o bispo de Uberaba afirmou:

O laicismo deixou nas entrelinhas positivistas da antiga Constituição os traços indelévels da sua origem, o caráter nefasto de sua gênese, deixando também na alma boa e simples do brasileiro desprevenido e crédulo, esse ranço de cartesianismo, este mormaço de materialismo que iria preparar o advento comunista.

Finalizando esse discurso, D. Alexandre enaltece o grupo católico conservador com a seguinte mensagem:

*não fosse a união mais esclarecida dos que nos dirigem restituindo ao catecismo o lugar de medula, que lhe compete no ensino, não fosse a reação católica partindo das alturas sagradas das montanhas de Minas, no Primeiro Congresso Eucarístico de 1928, iniciou o triunfo cristão nas escolas, não fosse a pena cintilante dos católicos como Augusto de Lima e Mário de Lima no movimento de restauração do ensino religioso, escrevendo este último o resumo de vinte anos lutas no seu ‘O Bom Combate’, não fosse a organização católica que atingiu as próprias universidades, este materialismo prático e despudorado teria logrado realizar o advento comunista em nossa terra*¹⁷².

No dia 11/12/1943 de nº 1005 o padre A. Negromonte era o autor da seguinte matéria: “*Perigos de um mau Colégio*” onde o temor aos colégios protestantes era o centro de quase todo esse artigo. Diz o padre; “*os colégios protestantes são péssimos colégios*

¹⁷¹ Mensagem às futuras professoras. **CORREIO CATÓLICO** Uberaba, n. 960, 16 jan. 1943, p. 1.

¹⁷² Os males da escola nova. **CORREIO CATÓLICO**. Uberaba, n. 964, 13 fev. 1943, p. 1.

para nós, mesmo que fossem os melhores do mundo em tudo o mais”. Nesses colégios o padre A. Negromonte enxergava três grandes perigos a saber: “os mestres, os livros e os colegas”. Com relação aos mestres, diz Negromonte:

são quase sempre protestantes e um professor protestante é sempre um perigo para a fé católica dos alunos, principalmente tratando dos adolescentes, os jovens sem formação suficiente, sem capacidade para separar os erros da verdade, beberão incautamente o veneno de que perecerão. a única finalidade dos mestres protestantes está no sentido de aumentarem mais adeptos, pois são proselitistas, não ocultando suas crenças.

Em relação aos livros, utilizados em colégios protestantes, A. Negromonte afirmava: “evidentemente, os livros que os colégios protestantes adotarão não serão católicos, serão obras corrosivas, hereges”. Outro perigo que um colégio protestante oferece “são as idéias americanizadas, importadas de outras terras e que são radicalmente contrárias à nossa fé e civilização¹⁷³”. Finalizando esse artigo, A. Negromonte deixava explicitada a posição da Igreja citando o Código de Direito Canônico, Cânon 1374, proibindo aos católicos de freqüentarem tais colégios e indo mais além, citava o Cânon 2319, parágrafo 1º nº4 onde o transgressor estava sujeito à excomunhão.

Entre 16 de dezembro de 1944 à 07 de abril de 1945 o jornal Correio Católico iria fulminar com uma série de artigos a Escola Normal de Patos de Minas, localizada na cidade de mesmo nome, que nessa época pertencia à Diocese de Uberaba. O primeiro artigo do Correio Católico de nº 1056 contra a Escola Normal de Patos de Minas estampava a seguinte manchete: “A Escola Normal de Patos, Foco de Maçonaria e Laicismo?¹⁷⁴”, assinado pelo padre José Armênio Cruz, já nas primeiras linhas desse longo artigo, a orientação religiosa da Escola Normal era o centro das atenções da população católica de Patos pois seguindo o mesmo “continuam de pé as graves acusações populares sobre a orientação religiosa da Escola Normal, sendo que essas acusações e queixas chegaram até nós os ecos das suspeitas e reservas da população católica de Patos”. Criada em 1903, por Olegário Maciel, futuro governador de Minas Gerais, a Escola Normal possuía orientação protestante, e esse fato incomodava os editores do Correio Católico, pois nesse mesmo artigo, José Armênio Cruz queixava de que

criada sob o bafejo morno do protestantismo fanático, a Escola Normal não conseguira ainda desvencilhar-se das amarras que a prendiam rigidamente ao liberalismo religioso e ao naturalismo pedagógico e o

¹⁷³ ¹⁷¹Perigos de um mau colégio. **CORREIO CATÓLICO**. Uberaba, n. 1005, 11 dez. 1943.

¹⁷⁴ A escola normal de Patos, foco de laicismo e Maçonaria? **CORREIO CATÓLICO**. Uberaba, n. 1056, 16 dez. 1944.

povo dizia que a escola livrou-se do Chuço do Protestantismo para cair ardência das brasas da Maçonaria e da Escola Nova.

Procurando apoio para seu artigo José Armênio Cruz apela para a população de Patos para que *“tomem ciência da orientação religiosa e pedagógica da Escola Normal, pois tudo nos leva a crer que a mesma é maçônica e laicista e seu único objetivo é no sentido de prejudicar os interesses da juventude católica de Patos de Minas”*. Na tentativa de maiores esclarecimentos sobre a orientação religiosa da Escola Normal de Patos, o articulista do Correio Católico *“expediu dois ofícios, o primeiro destinado ao bispo de Uberaba, D. Alexandre e o segundo ao Mos. Fleury Curado vigário de Patos onde aguardamos uma palavra sobre esse caso”*. A resposta aos telegramas enviados ao bispo diocesano e ao vigário de Patos veio na edição do dia 16/12/1944 de nº 1056 onde primeiramente manifestou-se a esse respeito Monsenhor Fleury Curado, que em visita à Escola Normal de Patos diz que

verifiquei que não consta na grade curricular o ensino religioso e isso contraria frontalmente nossos preceitos, e como o elemento primordial – Religião-, foi banido desse estabelecimento de educação da nossa sociedade patense, católica na sua quase totalidade, o que não se verifica noutras Escolas congêneres neste Estado, contrariando dessa maneira aos dispositivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário que reza: ‘o ensino de religião constitui parte integrante da educação da adolescência’¹⁷⁵.

A resposta do bispo de Uberaba ao telegrama de José Armênio Cruz veio na edição de 21/12/1944 de nº 1058, onde também em visita deixaria as seguintes impressões a respeito da Escola Normal de Patos: *“continuo a pensar que a orientação da Escola Normal de Patos é anti-católica e anti-clerical”*. *“Estou convencido de que o encerramento do ano letivo deste ano e o do ano passado, ambos foram acintosos aos católicos, ao clero e à Igreja”*. Como pastor da Igreja, D. Alexandre advertia os moradores de Patos afirmando que *“o Cânon 2319 do Código do Direito Canônico no parágrafo 1º nº4 que incorrem de excomunhão ‘os pais ou os que fazem as suas vezes, em que entregam conscientemente os seus filhos para serem educados em religião acatólica’*. Concluindo sua resposta ao telegrama do padre José Armênio Cruz, o bispo de Uberaba afirmava: *“o prédio é bom, os professores e diretores são dedicados, mas a orientação da Escola Normal de Patos é anti-católica, laicista e maçônica”¹⁷⁶.*

¹⁷⁵ A escola normal de Patos. **CORREIO CATÓLICO**. Uberaba, n. 1056, 16 dez. 1944, p. 1.

¹⁷⁶ A escola normal de Patos é anticatólica. **CORREIO CATÓLICO**. Uberaba, n. 1058, 21 dez. 1944.

Em 30 de dezembro de 1944 o Correio Católico na edição de nº 1059 publicava um depoimento de um ex-professor, da Escola Normal de Patos, o sr. Anadir José de Santana, que mesmo radicado em Belo Horizonte deu o seguinte depoimento contra a escola:

Quando professor de francês, naquele estabelecimento, usei do estratagema de adotar em minhas aulas um livro de leitura com lição de moral e religião, 'Guide de l'enfance' dos Irmãos Maristas. Fui até advertido pela diretoria de perder tempo nas aulas de francês, ensinando religião, pois assim pretendia livrar meus alunos do laicismo e das falsas ideologias que assolam nossos tempos¹⁷⁷.

Na primeira edição do ano de 1945, que circulou no dia 06 de janeiro sob o nº 1060 o Correio Católico publicava um extenso artigo do padre José Batista, cujo título era: *Educação e Preconceito* onde a defesa dos ideais católicos sobre Educação estavam assim explicitados: “em nenhum setor da cultura moderna, e muito particularmente da nossa cultura brasileira, é tão necessário uma palavra de ordem e de bom senso como no setor pedagógico”. Prossegue o padre José Batista:

sem receios podemos afirmar que, hoje como outrora, a Igreja não fica na retaguarda da campanha, nada quer dever a ninguém, conservando sempre a posição de equilíbrio sadiamente moderno na qualidade de mãe da civilização. Para isso combateremos os excessos dos enciclopedistas da Revolução Francesa, disciplina sem religião, toda impregnada de força, regimem que, entre nós, a República laicista consagrou e as escolas do país receberam coagidas.

O temor ao ateísmo e às idéias francesas na educação estavam assim expressas: “e foi sua criação de ateus, sanguinários e guilhotinistas que, pretendendo criar na escola a mentalidade puramente intelectualista, esqueceu maldosamente e timbrou a toda força, formar o individuo desprovido de toda religião como se esta devesse ser ministrada unicamente no lar”. A pedagogia católica também não foi esquecida, pois

se porém, com a palavra 'tradicional', querem os ateus apontar a Igreja Católica, atribuindo-lhe os atributos indesejáveis de promotora duma disciplina imposta, forçada, regimem de força e de coação, só lhes podemos dizer que os defensores da Escola Nova estão redondamente enganados.

O ataque à Escola Nova continuava: “estes senhores entendidos, tão prontos a suscitar verrinas provocadoras, deveriam compulsar os nossos tratados de pedagogia católica, conhecer a fundo a doutrina que nos age, capacitar-se de tudo o que ela rejeita”. Afirmando sua presença entre a juventude, o articulista afirmava:

¹⁷⁷ A escola normal de Patos por um ex-professor. **CORREIO CATÓLICO**. Uberaba, n. 1059, 30 dez, 1944.

a Igreja sempre zelou pela direção da juventude, sempre cuidou do grande problema da Educação da mocidade e parece mesmo obra de crianças irresponsáveis assentar baterias contra a disciplina tradicional católica, apresentando-a como bicho-papão, relíquia da Idade Média, coisa abominável, quisto capaz de precipitar no servilismo degradante num amplo obscurantismo à nossa briosa juventude escolar.

Dando embasamento a esse longo artigo o autor deixava claro que suas idéias estavam respaldadas:

Nos Arautos militantes da pedagogia católica que no Brasil é representada por uma plêiade brilhante de sacerdotes e leigos católicos de nomeada grandes mentores do pensamento católico como Everardo Backeuser, padre Leonel Franca, Jônatas Serrano, Luis J. dos Santos, Alceu do Amoroso Lima, que em obras substanciosas, vêm orientando no campo da teoria e no da prática, todos os que se interessam pela tão momentosa e vital questão do ensino .e atacar a Escola tradicional católica é considerar papalvos inaptos atrazadões toda uma geração de sábios e beneméritos que, no correr dos séculos a Igreja formou e apresentou ao mundo!

Como uma advertência ao futuro o articulista encerrava dessa forma:

apenas deixemos que no dia do amanhã faça sentir a eles mesmos, na própria pele, o quanto andam enganados, depois eles nos dirão se é preferível adotar o regime em que o aluno faz o que entende satisfazendo na íntegra seus instintos rebeldes e dando asas à maldade congênita do que está possuída toda natureza adolescente, sem direção alguma, sem freio algum, sem a menor severidade, sem nada que a chame o caminho do dever, no mais livre pandemônio, na mais completa liberdade, ou se vale a pena adotar o método educativo católico em que o aluno obedece conscientemente de forma racional, longe de fazer o que lhe sugere a ardente imaginação turbulenta .o amanhã nos dirá, embora tardiamente, a realidade última desses métodos extremamente dulçurosos, moderníssimos, pois esperar um dia depois do outro, é melhor¹⁷⁸.

No dia 13 de janeiro de 1945 na edição de nº1061 o Correio Católico iria desferir mais um artigo contra a Escola Normal de Patos cujo título era: “*É Maçônica e Anticatólica a Escola Normal de Patos*”. Esse artigo, assinado pelo Monsenhor Fleury Curado iniciava com a seguinte crítica à Escola Normal:

todo o povo de Patos de Minas foi testemunha das ‘provas evidentes’ que deu o ano passado, em dezembro, o sr. Diretor, por ocasião da entrega solene de diplomas às novas normalistas, no Cinema Tupan desta cidade. Provas de laicismo, de antireligiosidade, de acatolicidade e para infelicidade do povo de Patos, a Escola que o sr. Agnaldo Magalhães dirige, necessita de uma ‘defesa’.

¹⁷⁸ Educação e preconceito. CORREIO CATÓLICO. Uberaba, n. 1060, 06 jan. 1945.

Continuava o articulista:

ali foi declarado para a ciência de todos que a 'Escola Normal de Patos, não era da direita, nem da esquerda, desta ou daquela religião; não era católica, nem contra a religião católica', portanto leiga, neutra, acatólica, como, aliás, já todos nós sabíamos sobrejamente.

Prosseguindo na mesma direção Monsenhor Fleury afirmava:

isto não nos causa nenhuma surpresa, pois o Sr. Diretor nunca foi apologista da Educação religiosa, nem tão pouco poderia concordar com o ensino e orientação católica naquele estabelecimento de educação destinado às ilustres filhas desta terra.

Monsenhor Fleury concluiria o artigo com a seguinte afirmação:

Tenha a Escola Normal de Patos outra orientação, católica, de acordo com os sentimentos religiosos de nosso povo, e então ela merecerá o apoio e aplausos de todas as famílias católicas e das autoridades eclesiásticas¹⁷⁹.

O Jornal Correio Católico publicaria entre os dias 03 e 10 de fevereiro de 1945 edições 1063, 1064 e 1065 uma longa resposta do diretor da Escola Normal de Patos, Agnaldo Magalhães rebatendo as acusações que a Diocese de Uberaba fez em relação à orientação pedagógica desse estabelecimento de ensino. Nesse documento, o então diretor de ensino afirmava:

pretendo entregar o julgamento da questão conhecida sobre o ensino de religião, ou antes, a ausência do ensino de religião na escola por mim dirigida à autoridade diocesana, pois como defensor de liberalismo, todos nossos alunos são livres para quaisquer práticas religiosas. e que mesmo sendo um agnóstico convicto, nunca impedi que nas colações de grau, nossos alunos participassem dos cultos religiosos por ocasião dessas solenidades. e a Escola festeja o aniversário de sua fundação a 5 de maio com uma missa em ação de graças na Igreja Matriz .há comunhão geral e benção dos anéis.

Em seguida o diretor da Escola Normal resumia nesse prólogo:

Corre em minhas veias o sangue de vinte gerações católicas, e estou na direção da referida escola desde 1938, sendo que a orientação não desviou de rumo e porque somente agora os elementos responsáveis pelo catolicismo fazem essa campanha difamatória e destituída de fundamentos?

Conclui o diretor:

de outro lado, a diretoria da escola sempre revelou claramente as suas legítimas convicções. convencida de que o ensino religioso seria uma

¹⁷⁹ É maçônica e anticatólica a escola normal de Patos. **CORREIO CATÓLICO**. Uberaba, n. 1061, 13 jan. 1945.

desobediência às leis do ensino, mantendo ‘fidelidade intransigente ao princípio liberal’ de respeito às crenças, doutrinas e convicções alheias¹⁸⁰.

Com a manchete: “Aos Católicos de Patos” do dia 10/03/1945 edição de nº1068, o *Jornal Correio Católico* declarava que

Possuímos documentos que ainda não são conhecidos do povo de Patos de Minas relativamente ao caso da Escola Normal, publicaremos um desses documentos, apenas para ilustrar as nossas afirmações, que o diretor afirma destituídas de fundamentos, o documento que possuímos foi retirado da grade curricular da escola, sendo que o ensino do evolucionismo, do materialismo, do agnosticismo são normalmente ministrados, inclusive os livros condenados, até postos no ‘Index’, que se encontram na biblioteca dos alunos, tudo isso não fatos que traduzem no laicismo da escola?

O mesmo articulista ainda perguntava:

Onde está o ensino religioso ministrado nessa escola? pois os grandes acontecimentos da vida escolar são ‘solenizados com a prática de atos na Igreja Católica’ mas o ensino da Religião aí praticada não pode ser dado? Gostaríamos de receber uma resposta convincente por parte da diretoria da referida escola, pois se o ensino de religião é proibido pela legislação e a prática não o é, em uma ‘escola nova’, que é ‘da vida, pela vida e para a vida’? E assim era finalizado o artigo: ‘até então Correio Católico não estava fazendo justiça a esta escola de Patos: ela foi tolerada demais. Damos todos a mão à palmatória: já deveríamos há mais tempo, ter libertado Patos de anormalidade tão perigosa, como a orientação agnóstica e calcada no laicismo desta Escola¹⁸¹.

A defesa da Escola Normal de Patos de Minas sairia no jornal *Gazeta de Patrocínio* no dia 17 de março de 1945, em artigo assinado pelo diretor Agnaldo Magalhães com o seguinte título: “Direito de defesa”, onde estava explicitada a orientação pedagógica da escola da seguinte forma:

há duas categorias de escolas normais no Estado: oficiais e reconhecidas. Destas últimas existem numerosas que, pertencendo a congregações católicas, dão a essa religião um caráter obrigatório, ministrando o seu ensino dentro do horário dos trabalhos, desconheço, porém, a existência de escolas normais oficiais – essas que são congêneres da nossa - que adotem aquela prática, pois cumprindo-lhes executar os ‘Programas do Ensino Normal’ aprovados pelos decretos 10392, 10821, 10726 e 10896 – portaria de 14-3-1934, dentro do horário organizado pelo órgão competente, não lhes sendo permitido modificá-los; e não figurando nos programas e no horário o ensino de religião, procedendo daquela maneira estariam desobedecendo às ordens superiores.

¹⁸⁰ Direito de resposta. **CORREIO CATÓLICO**. Uberaba, n. 1063, 03 fev. 1945, n. 1063, 10 fev. 1945, n. 1064, 17 fev. 1945, n. 1065, p. 1- 4.

¹⁸¹ Aos católicos de Patos. **CORREIO CATÓLICO**. Uberaba, n. 1068, 10 mar. 1945.

Continuando em sua defesa, o diretor da Escola Normal afirmava:

que os responsáveis pelo Correio Católico citaram parcialmente a Lei Orgânica do Ensino Secundário, afirmando que a Escola Normal desta cidade está desobedecendo a um seu dispositivo, e transcreve-a rebatendo as colocações do jornal: O Revmo. Monsenhor Fleury na sua carta citou a Lei Orgânica do Ensino Secundário, afirmando que a Escola Normal não obedece a referida Lei, escrevendo ácidas críticas à orientação pedagógica por nós imprimida, sendo que estamos amparados pelo artigo 21 que diz, ‘o ensino de religião constitui parte integrante da educação da adolescência’ e mais; o artigo 133 da referida Lei traz claro que ‘o ensino religioso poderá ser contemplado como matéria de curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias, não podendo portanto constituir objeto de obrigação de mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos’, Constituição Federal de 10 de Novembro de 1937.

Concluindo sua defesa, o diretor da Escola Normal afirmava:

A lei em que V. Excia. se apoiou rege apenas a vida dos ginásios e colégios, tipos definidos de ‘estabelecimentos de ensino secundário’ nos artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º não abrange as escolas normais, que a própria Constituição, no artigo 133, cita separadamente das escolas secundárias.

Finalizava dessa forma:

Tudo isto, Exmo. Sr. Bispo seria ainda mais acertado para que a campanha de Correio Católico não apresentasse como apresenta, a mancha da deslealdade e para que não se tenha o direito de dizer que ela se apóia na criminosa máxima nazista, contrária à moral e à religião: ‘os fins justificam os meios’¹⁸².

No dia 07 de Abril de 1945, edição 1071, Correio Católico estampava em sua primeira página: “*Vitoriosos os Católicos de Patos*”. Notícias veiculadas pelo órgão oficial dos Poderes do Estado de Minas Gerais nos dizem o seguinte: ‘*Atos do Sr. Secretário da Educação Transferindo para a diretoria da Escola Normal de São Gonçalo do Sapucaí, o diretor da Escola Normal de Patos, Agnaldo Magalhães Alves*’. Justificando tal ato, Correio Católico escrevia:

sentindo assim chegar a seu término uma campanha saída de sua humilde tenda, cumprimenta efusiva e filialmente ao Exmo. Sr. Bispo Dom Alexandre G. Amaral, ao Rvmo. Mons. Fleury Curado e ao vitorioso povo católico de Patos. Tudo por Deus, pela Igreja e pela Pátria¹⁸³.

A transferência do diretor Agnaldo Magalhães Alves da Escola Normal de Patos encerraria a campanha movida pelo Correio Católico contra a Escola Normal por este

¹⁸² Direito de defesa. GAZETA DE PATROCÍNIO. Patrocínio, n. 311, 17 mar. 1945.

¹⁸³ Vitoriosos os católicos de Patos. CORREIO CATÓLICO. Uberaba, n. 1071, 07 abr. 1945.

dirigida, os próximos artigos do jornal passaram a focalizar outros assuntos, como as críticas aos comunistas e socialistas, mas essa é uma outra história.

CONCLUSÃO

O núcleo dessa pesquisa foi centrado nas críticas à educação ministrada pelo Estado, assim como a ausência do ensino religioso nas escolas que o jornal Correio Católico de Uberaba em momento algum aceitou. Se, de um lado a Igreja que durante a Colônia e o Império detinha as rédeas do ensino, a partir da República essa situação modificaria por completo, pois a Constituição de 1891 colocaria o catolicismo brasileiro no limbo e para o clero isso seria inaceitável.

A partir das décadas de vinte e trinta, a Igreja partiria para os enfrentamentos contra o mundo contemporâneo e nesse caso a imprensa teria um papel central. A utilização da imprensa como arma justificaria, pois seria mais fácil a divulgação de documentos eclesiais e congressos tendo como público alvo a população para que a mesma tomasse ciência sobre a necessidade do ensino religioso na educação, assim como na construção de um novo homem, centrado nos ideais católicos, pois dessa forma estariam varridos do mapa os problemas que angustiavam a humanidade.

Nesse trabalho, procuramos selecionar as matérias que mais faziam apologias à educação ministrada pela Igreja, assim como destacamos as críticas que os editores do Correio Católico também fizeram aos novos rumos da educação brasileira, principalmente ao ideário da escola nova e seus desdobramentos naturais.

Os editores do Correio Católico deixavam claro que a questão moral aliada aos bons costumes seriam armas infalíveis para combaterem o agnosticismo e o laicismo advindos das escolas públicas, principalmente a partir do século XX quando mudanças radicais atingem grandes parcelas da população brasileira. É nesse período que a Igreja passa a enfrentar o mundo contemporâneo na tentativa de recuperar sua influência e comando sobre os novos rumos da sociedade moderna que é vista como ameaçadora e hostil.

Essa fase da história brasileira não deixa de ser significativa tanto pela doutrina defendida pela Igreja assim como pelas propostas vindas do alto clero e acatadas pela maioria dos fiéis, quanto pela grande mobilização das massas urbanas. Em relação à doutrina, a hierarquia, auxiliada por amplos setores da intelectualidade, a Igreja valeria-se de argumentos e princípios elaborados pelo papado notadamente Pio IX que enxergava o mundo contemporâneo como ameaçador e hostil.

A ação do clero e o zelo doutrinário católicos desse período se desenvolveram com bases nos princípios da autoridade, da ordem e da obediência, armas infalíveis no combate ao mundo contemporâneo. Como forma de estabelecer a diferença de poder de influência da Igreja no Brasil, vale a pena traçar uma breve retrospectiva histórica, observando seu comportamento institucional.

No Império, em que pese o regime do padroado vigente desde a Colônia, a Igreja era praticamente um departamento estatal e essas relações sofreriam os primeiros abalos em 1874 na chamada “Questão Religiosa”, envolvendo D. Vital e D. Macedo Costa. Essa queda de braço entre a Santa Sé e o Império revelaria fragilidade dessa aliança e mesmo no final desse período, um movimento de reforma do clero implementada pelos bispos ultramontanos foi recebida pelo governo de forma cautelosa.

As idéias ultramontanas implantadas no clero brasileiro abrangeriam três áreas: formar intelectualmente o clero, que seria realizada em seminários reformados, disciplinadores e restritos somente aos destinados à função sacerdotal -, a intensificação da pastoral junto aos fiéis, centrada principalmente na catequese e a difusão de novas devoções, baseadas no rigor e na obediência.

As confrarias e ordens tiveram seu poder enfraquecido com o surgimento das novas associações religiosas de orientação exclusivamente romana, sendo que dessa forma o clero passou a exercer maior controle sobre os leigos e todas atividades estavam diretamente ligadas às paróquias.

O positivismo republicano trouxe novos desafios para a Igreja, principalmente na questão da separação com o Estado e a liberdade de culto, sendo que o clero passaria a enxergar o novo regime como fruto da maçonaria e do laicismo, portanto inimigos a serem riscados do mapa.

O grande desafio para o clero católico estava no sentido de orientar a sociedade em direção a uma concepção religiosa de vida, e mesmo estando embasada nas teorias de pensadores europeus, a Igreja no Brasil partiria para o confronto direto com a modernidade, vista como corruptora da moral e dos bons princípios, e nesse contexto, a hierarquia católica empenharia com denodo para o restabelecimento de sua autoridade e por consequência a recatolização da sociedade e do Estado.

As mudanças que ocorreram nas décadas de 30 e 40, inspiradas no corporativismo e na existência de um Estado com fortes características laicas não afastaram a Igreja das proximidades do poder. O que se percebe é que ambos prestaram auxílio mútuo, em um processo de sacralização da política em praticamente todos os níveis.

O fruto das reviravoltas ocorridas com a Revolução de 30 é o surgimento de um Estado hipertrofiado, que assumiria as rédeas do desenvolvimento econômico baseado no capitalismo e nessas mudanças a Igreja não ficaria alheia a esse processo. Ao defender um ideário conservador e ampliar sua esfera de dominação principalmente junto à população, o clero brasileiro visava restaurar a ordem e a disciplina como elementos capazes de barrarem as paixões e costumes, e como consequência dessa prática, a Igreja no Brasil ofereceu armas e combustível ao modelo de dominação imposto pelos revolucionários de 30.

Entretanto, a Igreja no Brasil mesmo contando em suas fileiras com um clero com baixa formação partiria para os enfrentamentos e nesse caso a utilização da imprensa seria arma valiosa e ferramenta imprescindível. Por outro lado, os fiéis vivenciavam uma religiosidade distante, fruto do catolicismo doméstico que havia imperado desde a Era Colonial. É nesse contexto que o clero ultramontano com suas devoções e doutrina formada na Europa do século XIX toma as rédeas e a publicação de diversas Cartas Pastorais Coletivas serão os parâmetros a serem seguidos, pois o povo católico estava à deriva, distante do ideário a ser seguido.

Havia também outras dificuldades que a Igreja enfrentaria que seriam no campo político e social, pois a Constituição republicana era claramente laicista e positivista, onde o liberalismo ganharia uma infinidade de adeptos, principalmente nos centros mais urbanizados do país e as instituições políticas e sociais rumavam para o indiferentismo religioso e o ensino caminhava em direção ao cientificismo agnóstico.

Para a Igreja, a família brasileira corria sérios riscos pois o casamento religioso após a Constituição de 1891 era apenas mera formalidade, e a maçonaria e o protestantismo ganhavam novos adeptos enquanto que a presença de anarquistas, comunistas e socialistas marcavam presença na sociedade através dos sindicatos e associações de classes. As consequências dessas mudanças ameaçavam ainda mais a existência da Igreja que, sem o prestígio de outrora, estava nivelada às demais religiões, perdendo sua influência de condutora da sociedade.

Enxergamos que durante a Colônia e também no Império, a Igreja suportou excessiva ingerência do Estado em sua jurisdição eclesiástica e possuía um clero que agia mais para garantir a ordem social do que cuidar dos assuntos celestes. A República iria açoitar a Igreja, pressionando-a para o afastamento da vida pública com a implantação da laicidade do Estado e suas instituições.

Esse era o momento de combater o laicismo e suas conseqüências, e para isso a Igreja traçaria novas estratégias que mudavam assim que os problemas iam sendo percebidos. A afirmação da doutrina conservadora foi o pólo central da guerra católica contra o mundo contemporâneo, espécie de armadura contra as investidas do liberalismo republicano, e para isso a mobilização do clero e do laicato católico eram armas de grande alcance. Para o sucesso dessa empreitada era necessário a trabalho de aprofundamento e divulgação do ideário católico sendo que para isso a coerência aos rumos traçados pela Santa Sé foram importantes.

Nesses embates, a existência em suas fileiras de intelectuais como Jackson Figueiredo e Leonel Franca forneceriam à Igreja o combustível tão desejado na construção de um corpo doutrinário sólido e coerente. Para isso, a existência do Centro D. Vital e da revista *A Ordem* foram armas na propaganda doutrinária da Igreja. Outra arma utilizada pelo clero foi a promoção dos movimentos religiosos mobilizando milhares de fieis, principalmente nos grandes centros onde a ação pela base seria o pólo de atração dessas forças. A elite do país também não foi esquecida, sendo que os congressos eucarísticos foram sua maior expressão.

A grande questão é essa: o que a Igreja no Brasil defendia durante esses conturbados tempos? Qual era o modelo a ser seguido?. A alternativa viável e única possível seria buscar um empreendimento restaurador que desse combate à secularização e se possível uma aliança mesmo que passageira com o Estado. A concepção religiosa de vida, assim como o respeito à hierarquia já estavam presentes nos escritos da Igreja, e foram realçados com ênfase no pontificado de Pio IX.

O que interessava era a restauração do Brasil, e o objetivo final seria trazer a Terra de Santa Cruz de volta ao catolicismo e mesmo que isso envolvesse a Igreja nas questões políticas, na ingerência entre capital e trabalho e mais do que nunca, influir nos rumos educacionais do país.

Essa luta da Igreja com o mundo contemporâneo possuía raízes ainda nas primeiras décadas do século XX, quando em 1916, o cardeal D. Leme liderou os movimentos religiosos na Arquidiocese do Rio de Janeiro. Esse movimento de restauração fortaleceria o clero, mas por outro lado serviria para enfraquecer as irmandades ordens e confrarias.

Nesse contexto, um forte trabalho de propaganda da doutrina à respeito dos sacramentos da Igreja serviria para restabelecer a ordem no catolicismo popular e de fachada, praticado pela imensa população do país.

Durante as comemorações do Centenário da Independência em 1922, o arcebispo D. Leme, valendo-se da realização do Congresso Eucarístico lançaria as bases para programa político-pastoral, que teria ampla repercussão em todo o Brasil, e esse programa estava baseado na existência da autoridade, da hierarquia, na ordem.

Se a décadas de 10 e 20 assistiram a chegada de Restauração Católica, a década de 30 com todas as implicações decorrentes assistiria a implantação definitiva do projeto católico através da Ação Católica e as conquistas na Carta de 1934. Esse foi o trabalho da Igreja, sempre apoiado pela elite, assim como pelo episcopado e pelo Centro D. Vital.

A doutrina da autoridade que a Igreja tanto defenderia foi sempre sinônimo ao papel da hierarquia. Essa obra gigantesca, só poderia ser coordenada por um grupo fortemente unido em torno de um ideal comum. Nesse plano, os intelectuais católicos tiveram um papel fundamental nessa empreitada, despertando largos setores da população para os reclames da Igreja.

Foram criados movimentos religiosos de massa e apresentados para a sociedade como sendo os únicos a serem dignos de créditos. A vontade de barrar o mundo contemporâneo foi sempre uma preocupação constante dos líderes católicos dessa época, e nesse contexto a própria situação política desse conturbado momento forneceria combustível para tal projeto.

A trajetória da Igreja sempre apontaria para o autoritarismo em detrimento ao livre pensar, e nesse caso as ideologias extremistas que varreram o mundo durante as décadas de 30 e 40 vieram ao encontro do ideário católico. A existência no Brasil de uma sociedade agrária e conservadora, construída ao longo dos anos tornou um campo fértil para as idéias católicas que enxergavam no laicismo, no naturalismo assim como no liberalismo, os caminhos para a perdição humana.

Sendo fonte e eixo de todas as heresias, o modernismo era considerado uma reunião de todas as ameaças, tais como o orgulho, o individualismo, a amor pelas coisas mundanas, a ignorância religiosa, a desobediência a Deus os costumes permissivos, a fome dos prazeres, sendo que nele também estava inserido o laicismo, considerado como a peste do nosso tempo.

Essas ameaças que tanto atormentavam a Igreja eram identificadas pelos lugares em que estavam localizadas: na intelectualidade, o racionalismo; na ordem moral, a luxúria; na ordem social, o individualismo e o egoísmo. Para os pensadores católicos, a autoridade da Igreja não permitiria a emancipação do indivíduo e a liberdade, segundo esses pensadores, consiste na ordem, na obediência ao papa, e no respeito à hierarquia.

O combate travado contra a sociedade contemporânea seria centrado na aplicação dos seguintes propostas: reforço da autoridade papal, defesa intransigente da doutrina, combate ao laicismo, instrução religiosa nas escolas, mesmo sendo essas mantidas pelo Estado, divulgação da Ação Católica em todos os segmentos da sociedade, e reformar o fiel com base na ética cristã.

Nesse contexto, o jornal Correio Católico mantido pela Diocese de Uberaba foi um reflexo das orientações provenientes da Santa Sé, principalmente nas décadas de 30 e 40, quando posições e tomadas de rumos acirrariam os debates em torno da educação, seja ministrada pela Igreja, seja ministrada pelo Estado.

A utilização da imprensa como arma justificaria, pois seria mais fácil a divulgação de documentos eclesiais e congressos, tendo como público alvo a população para que a mesma tomasse ciência sobre a necessidade do ensino religioso na educação, assim como na construção de um novo homem, centrado nos ideais de obediência, respeito à hierarquia, e nos dogmas da Igreja.

Nesse trabalho, procuramos selecionar as matérias que mais faziam apologias à educação ministrada pela Igreja, assim como destacamos as críticas que os editores do jornal Correio Católico também fizeram aos novos rumos da educação brasileira, principalmente ao ideário da Escola Nova e seus desdobramentos naturais. Os editores do Correio Católico deixavam claro que a questão moral aliada aos bons costumes seriam armas infalíveis para combaterem o agnosticismo e o laicismo, trazidos à baila pela República positivista implantada em 1889. Percebemos que nas páginas do Correio Católico havia sempre a preocupação com a formação dos professores, assim como suas convicções religiosas, pois como mestres e guias, equiparavam-se aos sacerdotes, conduzindo alunos aos bons e comportados caminhos recomendados pela Igreja; e não era por acaso, que o bispo de Uberaba, Dom Alexandre Gonçalves do Amaral fiel colaborador desse jornal sempre participava da colação de grau das várias escolas normais do Triângulo Mineiro, e no conteúdo de suas mensagens havia sempre a defesa do ideário católico na educação, enquanto que o laicismo era fortemente criticado, visto como fonte de todo mal, elemento que levaria os homens à eterna perdição.

FONTES PRIMÁRIAS

A ACÇÃO catholica e o Santo Papa Pio XI. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 869, 22 mar. 1941, p.1.

A EDUCAÇÃO leiga é sem moral. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 845, 05 out. 1940, p. 2.

A EDUCAÇÃO religiosa. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 782, 03 jan. 1937, p. 1.

A EDUCAÇÃO vista pelo Sr. Francisco Campos. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 521, 09 mai.1935, p.1.

A EGREJA e a educação. **CORREIO CATHÓLICO**. Uberaba, n. 872, 12 abr. 1941, p. 1.

A EGREJA e a questão social. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 917, 14 mar. 1942, p.1.

A ESCOLA normal de Patos é anticatólica. **CORREIO CATÓLICO**. Uberaba, n. 1058, 21 dez. 1944.

A ESCOLA normal de Patos, foco de laicismo e Maçonaria? **CORREIO CATÓLICO**. Uberaba, n. 1056, 16 dez. 1944.

A ESCOLA normal de Patos. **CORREIO CATÓLICO**. Uberaba, n. 1056, 16 dez. 1944, p. 1.

A GRANDE culpa de nossos colégios. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 842, 14 set. 1940, p.1.

A LEI orgânica do ensino secundário. **CORREIO CATÓLICO**. Uberaba, n. 924, 9 mai. 1942, p. 1.

A MISSÃO da professora. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 827, 23 out. 1938, p. 1.

A NOVA República é positivista. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 486, 30 set.1934, p.1.

A RELIGIÃO dos brasileiros reclama sua oficialização nos cursos de estudo da nossa Pátria. **CORREIO CATHOLICO**, Uberaba, n. 348, 27 dez. 1930, p. 1.

AÇÃO CATHOLICA nas escolas. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 833, 20 jan. 1939, p. 1.

ANTROS de atheismo. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 564, 14 jun. 1935, p.1.

AS NORMAS de Pio XI. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 874, 03 mai. 1941, p.1.

CORREIO CATHOLICO, n. 1, 10 out. 1897.

CORREIO CATHOLICO, n. 352, 24 jan. 1931.

CORREIO CATHOLICO, n. 370, 06 jun. 1931.

CORREIO CATHOLICO, n. 373, 27 jun. 1931, p. 3.

CORREIO CATHOLICO, Nova Fase, n. 1, 24 abr. 1924.

CORREIO CATHOLICO, Uberaba, n. 363, 16 mai. 1931.

CORREIO CATOLICO, n. 366, 09 mai. 1931.

CORREIO CATÓLICO, n. 845, 05 out. 1940.

É EXCOMUNGADO quem põe os filhos em colégios protestantes. **CORREIO CATÓLICO**. Uberaba, n. 955, 12 dez. 1942, p. 1.

ENSINO religioso nos estabelecimentos de instrução pública no paiz. **CORREIO CATHOLICO**, Uberaba, n. 365, 09.mai. 1931, p. 1.

GOVERNO boliviano tornou obrigatório o ensino da religião católica nas escolas. **CORREIO CATÓLICO** Uberaba, n. 928, 6 jun. 1942.

IGREJA, família e educação. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 641, 10 abril. 1936, p.1.

JORNAL CIDADE DE UBERABA, n. 5, 01 mai. 1897, p. 1.

MENSAGEM às futuras professoras. **CORREIO CATÓLICO** Uberaba, n. 960, 16 jan. 1943, p. 1.

NÃO SE illudam. **Correio Católico**. Uberaba, n. 10, 22 jun. 1924, p. 1.

O CASO do ensino religioso em São Paulo. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 400, 09 jan. 1932, p.1.

O CATECISMO nas escolas. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 805, 30 out. 1937, p. 1.

O DECRETO sobre o ensino religioso nas escolas – protestos, pretextos e protestantismo. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 370, 06 jun. 1931, p.1.

O MARECHAL Petain. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 845, 05 out. 1940, p.1.

O QUE precisamos. **CORREIO CATHOLICO** Uberaba, n. 362, 12 mai. 1931, p. 1.

O SENHOR Francisco Campos e Mussolini **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 371, 13 jun.1931, p.1.

OS MALES da escola nova. **CORREIO CATÓLICO**. Uberaba, n. 964, 13 fev. 1943, p.1.

OS MALES do liberalismo. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 647, 16 mai. 1936, p.1.

PERIGOS de um mau colégio. **CORREIO CATÓLICO**. Uberaba, n. 1005, 11 dez. 1943.

REFLEXÕES para nossas professoras. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 871, 05 abr. 1941.

TELEGRAMA ao Sr. Getúlio Vargas. **CORREIO CATHOLICO**. Uberaba, n. 370, 06 jun. 1931.

BIBLIOGRAFIA

AZZI, Riolando. Igreja e Estado em Minas Gerais. **Revista Síntese**, Nova Fase, n. 38, p. 23-52, 1986.

_____. O início da restauração católica no Brasil: (1920-1930). **Revista Síntese**, Nova Fase, n. 10, vol. IV, mai-ago, 1977.

_____. O fortalecimento da restauração católica no Brasil (1930-1940). **Revista Síntese**, Nova Fase, v. VI, n. 17, p. 69-85, 1979.

A ORDEM. Rio de Janeiro. 19 de agosto de 1932.

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. Introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4. ed. Brasília: UnB, 1961.

BARROSO, Gustavo. **O que o integralista deve saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

_____. **Integralismo e catolicismo**. Rio de Janeiro: ABC, 1937.

BECKER, Dom João. **Cristo e a República**. 20ª Carta Pastoral. Porto Alegre, 1931.

BELOCK, I; ABREU, A. de (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Forense Universitária, 1984.

BEOZZO, José Oscar. A igreja entre a Revolução de 1930. O Estado Novo e a redemocratização. In: PIERUCCI, Antonio Flavio de Oliveira et. al. **O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 270. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, t. 3, v.4).

CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira. In: CHAUI, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho (Org). **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978.

_____; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho (Org.). **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978, p. 129, v. 3.

COSTA, Messias. **A educação nas Constituições do Brasil**. Dados e direções. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CUNHA, Luiz Antonio. A Organização do Campo Educacional: As Conferências de Educação. **Educação & Sociedade**. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação- ano III – nº 9 maio 1981. p 6.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. Católicos e Liberais. 4. ed. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1988. (Coleção Educação Contemporânea).

DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro (1916-1964). **Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 12, p. 07-52, 1975.

DIAS, Romualdo. **Imagens de ordem**: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933). São Paulo; UNESP, 1996.

DOM LEME, Carta Pastoral (1916) citado por GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. **O Cardeal Leme**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1916.

EPISCOPADO BRASILEIRO. **Carta pastoral coletiva**. São Paulo: Salesianas, 1890, p. 18-19.

_____. **Pastoral Coletiva** (1910). Rio de Janeiro: Tip Leuzinger, 1911, p.10.

FRANCA, Leonel. **Ensino religioso, ensino leigo**. Rio de Janeiro: Schimidt, 1931.

_____. O ensino religioso no Brasil. **Estudos da CNBB**, nº 49, 1976.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 1994.

GREGÓRIO XVI, Papa. **Mirari vos (Sobre os principais erros do seu tempo 1832)**. Petrópolis: Vozes, 1947.

HOYOS, Federico. **Colección Completa Encíclicas Pontificiais - 1832-1963**. 4. ed. Buenos Aires: Guadalupe, 1963.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajectoria política do Brasil: 1500-1964**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. A igreja e o Integralismo no Brasil -1932-1939. **Revista de História**, São Paulo, v. 54, n. 108, p. 503-532, 1976.

MALATIAN, Teresa. M. **Império e missão**: um novo monarquismo brasileiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

_____. Catolicismo e monarquia na primeira República. **História**, São Paulo, Unesp, v. 11, p. 259-269, 1992.

MANOEL, Ivan A. A presença católica na educação brasileira: 1859-1959. **Didática**, São Paulo, v.28, p. 12, 1992.

_____. **O pêndulo da História**. A filosofia do catolicismo conservador (1800-1960). 1998. Tese (Livre Docência em História)- Universidade Estadual Paulista, Franca: Unesp, p. 38.

_____. Igreja e laicismo educacional: as bases do conflito. **Didática**, São Paulo, v. 21, p.8, 1985.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936**. Belo Horizonte: O Lutador, 1990.

MENDES, Oscar. A segunda revolução. **O Horizonte**, Belo Horizonte, 29 nov, 1930.

MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1974.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República**. São Paulo: EPE/EDUSP, 1974.

PEIXOTO, Ana Maria Cassasanta. A luta dos católicos pela escola em Minas Gerais nos anos 30. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, Faculdade de Educação, UFMG, nº 17, jun., p 57, 1993.

REALE, Miguel. Súmula do integralismo. In: **Perspectivas integralistas** . Editora Odeon, [s.d.], p. 28.

REZENDE, Eliane Mendonça Marquês de. **Uberaba**. Uma trajetória sócio-econômica (1811-1910) Uberaba: Arquivo Público, 1991.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. Rio de Janeiro: Vozes. 1988.

ROMANO, Roberto. **Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1974.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Goyas**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

SALEM, Tânia. Do centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN'S (Org). **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982.

SALGADO, Plínio. **A quarta humanidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1936.

_____. **Diretrizes integralistas**. O que é Integralismo? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

SKIDMORE, Thomas. E. **Brasil: De Getúlio a Castelo (1930-1964)**. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Educação é um direito**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1968.

WERNET, Augustin. **A igreja paulista no século XIX**. São Paulo: Ática, 1987, p. 180.